

idn cadernos

A ANTÁRTIDA NO ESPAÇO GEOPOLÍTICO DO ATLÂNTICO SUL

VANESSA REI

A Antártida no Espaço Geopolítico do Atlântico Sul

Vanessa Rei

Dezembro de 2019

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspetivas são da responsabilidade dos autores não refletindo uma posição institucional do Instituto da Defesa Nacional sobre as mesmas.

Diretora

Helena Carreiras

Editor

Luís Cunha

Núcleo de Edições

António Baranita

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt

www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

PENTAEDRO, Lda.

Praceta da República, 13 – 2620-162 Póvoa de Santo Adrião – Portugal

Tel.: 218 444 340

Fax.: 218 492 061

E-mail: pentaedro@mail.telepac.pt

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-1994-0

Depósito Legal 344513/12

© Instituto da Defesa Nacional, 2019

Vanessa Rei é assessora para a cooperação bilateral na Direção-Geral de Política de Defesa Nacional. Acompanha o relacionamento na área da Defesa com países europeus e sul-americanos e foi membro da Comissão para a implementação do Centro para a Defesa do Atlântico (Comissão CeDA).

Anteriormente desempenhou funções no Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças como assessora para a cooperação multilateral, sendo responsável pelo acompanhamento do relacionamento de Portugal com o Banco Europeu de Investimento (BEI), o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD), o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Mundial (BM).

Foi igualmente analista na área das relações internacionais durante dez anos.

É doutorada em História, Estudos de Segurança e Defesa pelo ISCTE-IUL, mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais, pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e licenciada em Sociologia e Planeamento pelo ISCTE-IUL.

Foi a primeira investigadora portuguesa na área das ciências sociais a desenvolver um projeto de investigação na Antártida – na Base Uruguaia de Artigas, ilha Rei Jorge, arquipélago das Shetlands do Sul –, no âmbito do seu doutoramento.

Índice

Resumo/Abstract	7
Glossário de Siglas	9
Preâmbulo	11
Introdução	13
Capítulo 1 – O Espaço Geopolítico do Atlântico Sul	
1.1. O Atlântico Sul	17
1.1.1 Os Fatores Físico, Recursos Naturais e Circulação	19
1.2. Evolução Histórica do Espaço Geopolítico do Atlântico Sul	24
1.2.1. Dos Descobrimentos ao Final da Guerra Fria	24
1.2.2. Do Final da Guerra Fria à Atualidade – Alianças Regionais: a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e a Comissão do Golfo da Guiné	30
1.2.2.1. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)	30
1.2.2.2. A Comissão do Golfo da Guiné (CGG)	35
1.3. A Convenção de Montego Bay e a Extensão da Plataforma Continental no Atlântico Sul: Linhas de Fricção	37
Capítulo 2 – A Antártida	
2.1. O Continente Antártico	45
2.1.1. Os Fatores Físico e Recursos Naturais	45
2.1.1.1. O Impacto das Alterações Climáticas no Continente Antártico	48
2.1.2. A Antártida ao Longo da História	51
2.1.2.1. De Terra Incógnita a Continente Desejado	55
2.1.2.2. Entre Duas Guerras e até ao “Tratado da Paz”	59
2.1.2.3. O Tratado da Antártida	66
2.1.2.4. Do Tratado da Antártida à Atualidade	75
2.1.2.4.1. Brasil	75
2.1.2.4.2. Uruguai	79
2.1.2.4.3. Estados Unidos da América	82
2.1.2.4.4. Argentina	84
2.1.2.4.5. Chile	88
2.1.2.4.6. Reino Unido	92

2.2. Portugal e a Antártida	97
2.2.1. O Programa Polar Português	97
2.2.2. O Memorando de Entendimento entre Portugal e o Brasil	104
2.3. Projeto COOPANTAR	105
Conclusão	107
Bibliografia	115

Resumo

Muito antes de ser oficialmente descoberta, a Antártida já alimentava a imaginação das nações e dos seus marinheiros, pelas riquezas naturais que possuía. Em 1959 foi assinado o Tratado da Antártida com o intuito de reprimir a conflitualidade crescente em torno das reivindicações territoriais naquele continente. Congelaram-se as existentes, proibiram-se novas, mas não se acomodou a questão da exploração de recursos minerais, à data, inviável. O Atlântico Sul, entendido como o espaço localizado entre a América do Sul e África, encerra um corredor de elevado valor geoestratégico e possui três importantes bacias oceânicas intercomunicantes, i) o *choke point* Natal/Dakar; ii) a passagem do Cabo da Boa Esperança; e iii) a Passagem de Drake e os estreitos de Beagle e Magalhães, ligações naturais diretas entre Atlântico e Pacífico. Consideramos assim que Antártida e Atlântico Sul não podem analiticamente ser dissociados, mas qual a importância da Antártida naquele espaço geopolítico? Para além da localização estratégica, ambos encerram recursos naturais importantes, especialmente os recursos antárticos. Com o intuito de impedir a exploração dos recursos naturais na Antártida e a consequente destruição daquele *habitat*, foi assinado em 1991 o Protocolo de Madrid. No entanto cientistas que têm lutado pela preservação do “continente gelado” acreditam que os interesses comerciais poderão colocar em risco aquele Protocolo. A pressão para o consenso é muito elevada no âmbito do Sistema do Tratado da Antártida, sobretudo devido à adesão de novos membros, que ao não terem efetuado reivindicações territoriais defendem o estatuto de Reserva da Humanidade.

Palavras-chave

Antártida, Atlântico Sul, espaço geopolítico, história, cooperação, reivindicações territoriais, Tratado da Antártida

Abstract

Long before its official discovery, Antarctica was already in the imagination of the nations and their sailors, for its believed natural assets. The Antarctic Treaty was signed in 1959 to curb the growing conflict over territorial claims in that continent. Existing claims were frozen and new ones were forbidden, but the possibility of exploitation of mineral resources was not addressed, once it was not workable. South Atlantic, which can be understood as the space between South America and Africa, comprises a corridor of high geostrategic value and has three important intercommunicating ocean basins, choke point Natal/Dakar, Cape of Good Hope, Drake Passage and the straits of Beagle and Magellan, direct natural links between the Atlantic and the Pacific. We thus consider that Antarctica and the South Atlantic cannot be analytically dissociated, so how important is Antarctica in that geopolitical space? Besides their strategic location, both contain important natural resources, especially Antarctica. In 1991 the Protocol on Environmental Protection was signed to prevent the exploitation of natural resources in Antarctica and the consequent destruction of that habitat, but scientists who have been fighting for the

preservation of the “icy continent” believe that commercial pressure could jeopardize the Protocol. Notwithstanding, the pressure for consensus is very high in the Antarctic Treaty System, mainly because of new members that cannot make any territorial claims and therefore stand for Antarctica’s statute as Reserve of Humanity.

Keywords

Antarctica, South Atlantic, geopolitical space, history, cooperation, territorial claims, Antarctic Treaty

Glossário de Siglas

- AIG** – Ano Internacional da Geofísica
- ATCM** – Antarctic Treaty Consultation Meeting
- BAS** – British Antarctic Survey
- CCAMLR** – Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos
- CCAS** – Convenção para a Conservação das Focas Antárticas
- CEAC** – Comunidade Económica da África Central
- CEDEAO** – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- CEP** – Committee on Environmental Protection (Comité para a Proteção Ambiental)
- CGG** – Comissão do Golfo da Guiné
- CLCS** – Commission on the Limits of the Continental Shelf (Comissão das Nações Unidas para os Limites da Plataforma Continental)
- COMNAP** – Council of Managers of National Antarctic Program
- CONANTAR** – Comissão Nacional para Assuntos Antárticos
- COOPANTAR** – Dinâmicas de Cooperação na Antártida
- CRAMRA** – Convenção para a Regulamentação das Atividades sobre os Recursos Minerais
- DNA/IAA** – Dirección Nacional del Antártico / Instituto Antártico Argentino
- EIA** – U. S. Energy Information Administration
- END** – Estratégia Nacional de Defesa (Brasil)
- IAU** – Instituto Antártico Uruguayo
- ICAO** – International Civil Aviation Organization (Organização da Aviação Civil Internacional)
- ICSU** – International Council of Scientific Unions
- IGM** – Instituto Geográfico Militar
- IHO** – International Hydrographic Organization (Organização Hidrográfica Internacional)
- IMB** – International Maritime Bureau
- IMO** – International Maritime Organization (Organização Marítima Internacional)
- INACH** – Instituto Antártico Chileno
- IOC** – Intergovernmental Oceanographic Commission (Comissão Oceanográfica Intergovernamental)
- IWC** – International Whaling Commission (Comissão Baleeira Internacional)
- JARPA** – Japanese Whale Research Program under Special Permit in the Antarctic
- MPLA** – Movimento Popular de Libertação de Angola
- NASA** – National Aeronautics Space Administration
- NATO** – North Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
- NSC** – National Security Council
- NSF** – National Science Foundation
- NSTC** – National Science and Technology Council

OTAS – Organização do Tratado do Atlântico Sul
PAA – Plano Anual Antártico
PAN – Política Antártica Nacional
PEP – Protocol on Environmental Protection (Protocolo de Proteção do Meio Ambiente)
POLANTAR – Política Nacional para Assuntos Antárticos
PROANTAR – Programa Antártico Brasileiro
PROPOLAR – Programa Polar Português
PWR – Pressurized Water Reactor
RAPAL – Reunión de Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos
RPC – República Popular da China
SCAR – Scientific Committee on Antarctic Research
STA – Sistema do Tratado da Antártida
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TIJ – Tribunal Internacional de Justiça das Nações Unidas
UNASUL – União das Nações Sul-Americanas
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
USAP – United States Antarctic Policy
WMO – World Meteorological Organization (Organização Meteorológica Mundial)
ZEE – Zona Económica Exclusiva
ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

Preâmbulo

Quando em outubro de 2010 me sugeriram que olhasse para um mapa da Antártida com atenção e refletisse sobre o que via, estava longe de adivinhar onde a curiosidade me levaria. Seis meses depois estaria em Coimbra, a participar na III Conferência Portuguesa das Ciências Polares e volvidos quinze meses após ter olhado para aquele mapa pela primeira vez, estava na Antártida, na ilha de Rei Jorge, arquipélago das Shetlands do Sul.

Uma ideia que germinara numa tarde de outubro levar-me-ia a Punta Arenas, no Chile, a uma Base Científica Antártica Artigas e a Cambridge no Reino Unido, num empreendimento que resultou numa tese de doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa¹, defendida em junho de 2018, sobre a importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul. Tornei-me assim a primeira investigadora portuguesa na área das ciências sociais a desenvolver um projeto na Antártida.

O trabalho de investigação que apresentamos nesta edição dos IDN Cadernos resulta dessa tese de doutoramento, com atualizações pontuais, e pretende despertar a curiosidade do leitor para a análise das questões antárticas na perspetiva das ciências sociais inspirando, quiçá, novos projetos nesta área, ainda pouco explorada em Portugal.

1 Programa de Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa, realizado no ISCTE-IUL em parceria com a Academia Militar. Orientador da tese: Doutor Carlos Mendes Dias, Coronel; Coorientador: Doutor Luís Nuno Rodrigues.

Introdução

Com uma área de 14 milhões de km², a Antártida é o quarto maior continente do planeta, podendo duplicar esta extensão no inverno temporada em que se torna praticamente inacessível – com temperaturas na ordem dos -65°C no interior. Este continente possui recursos naturais valiosos como água e minério (entre outros) e localiza-se estrategicamente entre três continentes e três oceanos, uma “plataforma giratória” nas palavras de Therezinha de Castro.

Foi oficialmente descoberta em 1820 por navegadores britânicos, russos e norte-americanos, comandados por Edward Bransfield, Fabian Bellingshausen e Nathaniel Palmer, respetivamente, embora existam fortes indícios, de acordo com o astrofísico português Paulo Afonso, de que navegadores portugueses terão chegado à Antártida dois a três séculos antes, citando uma carta de 1597, desenhada pelo geógrafo João Baptista de Lavanha, onde surge a *Grande Terra Australis* com uma nota relevante nas anotações: sobre a orla da Antártida, a sul do continente africano, é possível ler “Região dos papagaios, assim chamada pelos portugueses devido ao incrível tamanho que nela têm as ditas aves” (Afonso, 2003, p. 33) – refira-se que naquela região a sul de África não existiam papagaios.

No final do século XX, com o intuito de impedir a exploração dos recursos minerais e a conseqüente destruição daquele *habitat*, foi assinado em 1991 o Protocolo de Proteção do Meio Ambiente ou Protocolo de Madrid (em vigor até 2041), no âmbito da primeira revisão do Tratado da Antártida de 1959, e que acaba por proibir a exploração daquele tipo de recursos por um período de 50 anos, numa fase em que vários membros consultivos se posicionavam para iniciar a prospeção. Porém, os cientistas, que têm lutado pela preservação do “continente gelado”, acreditam que a pressão comercial poderá colocar o protocolo em risco.

Preservar o ecossistema antártico é especialmente importante na medida em que a Antártida é uma das regiões do planeta onde a ação local tem um impacto ao nível internacional. Uma vez que os países que reclamavam soberania não abdicaram da mesma após a assinatura do Tratado, quaisquer atividades desenvolvidas nas regiões reivindicadas, como a colocação de estações meteorológicas ou a construção de bases, por exemplo, embora enquadradas no espírito da cooperação internacional, gera desconforto entre intervenientes, podendo conduzir a tensões diplomáticas – como no caso da Argentina e do Reino Unido, que não só disputam a soberania das ilhas Malvinas/Falkland, mas cujas reivindicações territoriais na Antártida se sobrepõem.

Por outro lado, mesmo os Estados que não reclamam parcelas do território antártico, como a República Popular da China (RPC), consideram-no propriedade da humanidade, demonstrando resistência à exploração de recursos por terceiros, pelo que poderão reagir no plano internacional caso o Tratado seja quebrado.

Na corrida, já centenária, ao “continente gelado”, destacaram-se inicialmente os Estados signatários do Tratado da Antártida – África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e a (então) URSS – sendo que sete reclamaram parcelas daquele território. Argentina, Chile, Austrália e

Nova Zelândia justificam as reivindicações com a proximidade geográfica e com a necessidade de preservação daquele ecossistema. No hemisfério norte, o Reino Unido, a França e a Noruega defendem a sua presença alegando razões de ordem histórica, científica e ambiental.

EUA e Federação Russa, por seu turno, não reivindicaram oficialmente soberania sobre a Antártida nem reconhecem as reivindicações dos outros países, mas reservaram-se o direito de vir a reclamar território quando assim o entenderem, situação que confere um cariz de especial complexidade à gestão de interesses e sensibilidades sobre aquele continente, propensa a tensões diplomáticas.

Mais recentemente, Brasil, Uruguai e até Portugal têm investido na investigação na Antártida, enviando missões militares e/ou civis para o terreno, daí a pertinência de incluir também Portugal nesta investigação, apesar de ter aderido tardiamente ao Tratado da Antártida (apenas em 2010) e de o Programa Polar Português ter uma dimensão significativamente reduzida em comparação com os demais programas dos atores com interesses simultaneamente no Atlântico Sul e na Antártida analisados nesta investigação – Argentina, Brasil, Chile, EUA, Reino Unido e Uruguai.

O Atlântico Sul, por sua vez, pode ser entendido em termos (geo)políticos como o espaço localizado entre a linha imaginária que delimita o “corredor” Natal (Brasil)-Dakar (Senegal) e o paralelo 60° S, que limita a fronteira com o Oceano Glacial Antártico e a partir do qual se aplica o Tratado da Antártida.

Encerra, de acordo com a geógrafa brasileira Therezinha de Castro, um corredor de elevado valor geoestratégico que tem como “pontos de amarras” o Cabo de Agulhas, na África do Sul e o Cabo Horn, na Argentina e que possui três importantes bacias oceânicas intercomunicantes: o *choke point* Natal/Dakar, caminho direto entre as Américas, África e a Europa; a passagem do Cabo da Boa Esperança, ligação Atlântico/Índico que conecta América, África e Ásia; a Passagem de Drake e os estreitos de Beagle e Magalhães, ligações naturais diretas entre Atlântico e Pacífico.

Therezinha de Castro atribui especial importância ao triângulo insular composto pelas ilhas Falkland, Trindade e Fernando de Noronha, considerando que ocupa uma posição chave no controlo da junção Atlântico-Pacífico. Embora a passagem Magalhães/Drake tenha perdido alguma relevância após a abertura do Canal do Panamá, continua a ser uma rota de reserva frequentada em especial pela cabotagem sul-americana e por navios militares. A autora refere ainda um terceiro triângulo geoestratégico – Shetlands, Orcadas, Sandwich, Gough e Geórgias – que se posiciona no corredor vital da bacia aberta do Oceano Glacial Antártico e que forma, juntamente com a Antártida, um flanco de retaguarda no Atlântico Sul, desafiando o espaço geopolítico da esfera do domínio da América e de África.

Face ao que precede, Antártida e Atlântico Sul não podem ser analiticamente dissociados. Mas, qual a importância da Antártida, na atualidade, no espaço geopolítico do Atlântico Sul? Foi a pergunta de partida para a presente investigação.

Para dar resposta a esta questão, partimos de uma análise histórica com o intuito de compreender o atual contexto na Antártida e no Atlântico Sul. Definimos como hori-

zonte temporal para a discussão central o período entre 1990 e 2016, uma vez que o início da década de 1990 marca uma viragem nas políticas ambientais para a Antártida – assinatura do Protocolo de Madrid – bem como o reforço no terreno da presença dos atores tradicionais e surgimento de novos.

No Atlântico Sul, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) conheceu um novo dinamismo e as ameaças à segurança – pirataria, tráfico de estupefacientes e de armamento – colocaram esta região sob o olhar atento de diferentes países, como Brasil, EUA e Estados-membros da União Europeia (UE), entre outros.

Simultaneamente, foram elaboradas dez perguntas de investigação que se revestiram de especial importância no desenvolvimento deste trabalho, na medida em que permitiram um maior controlo da pesquisa. Por outro lado, a sua resposta contribuiu para a solução do problema lançado na pergunta de partida anteriormente referida:

1. Porque é a Antártida importante no Atlântico Sul?
2. Quais os interesses dos países do Atlântico Sul na Antártida?
3. Que linhas de fricção e focos de tensão existem atualmente na Antártida?
4. Poderão os recursos existentes converter-se em focos de tensão?
5. Qual o âmbito das missões antárticas dos países do Atlântico Sul?
6. Que tipos de parcerias são estabelecidos no âmbito da investigação no terreno, na Antártida?
7. De que forma poderão as alterações climáticas contribuir para a relevância estratégica da Antártida?
8. Qual o impacto do alargamento da plataforma continental nas estratégias dos países com interesses na Antártida?
9. Será o quadro legal em vigor suficiente e eficiente para a prevenção e resolução de conflitos na Antártida?
10. Que relevância estratégica poderão ter as rotas marítimas do Atlântico Sul?

Como hipóteses de trabalho, elaboradas com base no pré-conhecimento da temática em questão e na realização de leituras e entrevistas exploratórias, foram propostas:

1. O fator circulação incrementa a importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul, sobretudo no controlo das rotas marítimas, designadamente as que circulam junto à Passagem de Drake e ao Cabo da Boa Esperança;
2. O fator recursos naturais é o mais relevante para a importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul;
3. Se os recursos naturais da Antártida e *offshore* adquirirem viabilidade económica, o Tratado da Antártida é quebrado e, consequentemente, aumenta o interesse e a conflitualidade no continente gelado;
4. A relação de soberania da Argentina e do Chile na Antártida é diferente de todos os outros países presentes no continente gelado e constitui uma estratégia a longo prazo para, finda a vigência do Tratado, anexarem definitivamente os territórios reivindicados;

5. A limitação e, num patamar mais restrito, a proibição de manifestações de soberania e da manutenção de bases militares e civis permanentes, bem como do número de missões científicas no terreno constituem as medidas mais importantes na prevenção de conflitos na Antártida;
6. Se houver uma maior presença de cientistas de diferentes nacionalidades na Antártida, então o estatuto de Reserva da Humanidade é reforçado e são dissuadidos conflitos pela soberania, mesmo num cenário de exploração rentável de recursos.

A investigação conheceu vários momentos entre janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2016. Partindo de leituras e conversas exploratórias, foi elaborado um plano de trabalho que nos conduziu em janeiro de 2012 ao Chile, nomeadamente ao Instituto Antártico Chileno (INACH), onde pesquisámos nos arquivos e na biblioteca dados que poderiam complementar a análise, e à Antártida, mais concretamente à ilha de Rei Jorge, arquipélago das Shetlands do Sul, onde desenvolvemos o projeto Dinâmicas de Cooperação na Antártida (COOPANTAR), que teve como objetivo observar e analisar no terreno a presença das missões científicas estrangeiras, as dinâmicas de cooperação e a vivência de quem permanece longas temporadas nas bases, com os seus desafios logísticos e organizacionais.

O projeto COOPANTAR revelou-se uma mais-valia na medida em que permitiu compreender não só as dinâmicas de cooperação, aliás, como se pretendia, mas igualmente conhecer os desafios do dia-a-dia de quem permanece numa das regiões mais movimentadas da Antártida.

Mais tarde, em outubro de 2015, entrevistámos o coordenador do Programa Polar Português, o professor doutor Gonçalo Vieira e viajámos até Cambridge (Reino Unido) com o objetivo de, por um lado, efetuar pesquisa bibliográfica e documental numa das principais bibliotecas polares do mundo, localizada no Scott Polar Research Institute (SPRI) e, por outro, entrevistar dois dos mais conceituados investigadores polares britânicos: Robert Headland, Senior Associate do SPRI e Peter Clarkson, antigo Secretário Executivo do Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR) e responsável pelas atividades de educação e divulgação sobre a Antártida no SPRI.

A presença portuguesa no continente gelado é igualmente abordada, não por uma questão de mero patriotismo, mas sim pela evolução que tem conhecido ao longo da última década e por comparação com os demais países com interesses no Atlântico Sul e na Antártida.

Em suma, antecipando algumas das conclusões desta investigação, foi possível confirmar que a Antártida é um laboratório privilegiado para o desenvolvimento de investigação científica, mas tão ou mais importante do que este facto, trata-se de um continente com elevada relevância estratégica, cuja importância no espaço geopolítico analisado, Atlântico Sul, passa essencialmente pela sua localização, características físicas e pelos seus recursos naturais.

Capítulo 1

O Espaço Geopolítico do Atlântico Sul

1.1. O Atlântico Sul

Considerado por Therezinha de Castro “o mais intercontinental dos oceanos”, o Atlântico é o segundo maior oceano do planeta, com uma área de 80.657.008 km² e o que recebe a maior quantidade de água doce do mundo. Distingue-se dos outros grandes oceanos, Pacífico e Índico, pela ampla comunicação marítima que estabelece entre as duas regiões polares o que, tendo em consideração a importância crescente das mesmas no quadro das relações internacionais, lhe confere um elevado valor geoestratégico (Castro, 1998).

O Atlântico divide-se entre Norte e Sul, embora a delimitação não seja totalmente consensual² na medida em que pode variar consoante as configurações políticas estruturais da região em períodos históricos específicos (Luís, 2010). Assim, essa divisão é passível de ser concretizada segundo fatores geográficos, históricos ou (geo)políticos. Deste modo, geograficamente, o Atlântico Sul é a parte do oceano que se situa a sul do Equador. Em termos históricos, é a região de comércio entre a América do Sul, o continente africano e a Europa, dinâmica que se iniciou com as Descobertas, no século XVI. Já como “espaço geopolítico”, pode ser entendido como a região localizada entre a América do Sul, África e a Convergência Antártica.

Ao longo do século XX foram efetuadas várias tentativas de delimitação do Atlântico Sul: em 1922, o geógrafo escocês e cartógrafo do rei de Inglaterra John George Bartholomew delimitava o Atlântico Sul (Bartholomew, 1922) entre os paralelos 10° N e 60° S. Mais tarde, em 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) no Artigo 6.º do Tratado fazia coincidir a divisão entre Atlântico Norte e Sul no Trópico de Câncer (23° 26' N 0° 0' O):

“Para os fins do Artigo 5.º, considera-se ataque armado contra uma ou várias das Partes o ataque armado:

- contra o território de qualquer delas na Europa ou na América do Norte, contra os Departamentos franceses da Argélia, contra o território da Turquia ou contra as Ilhas sob jurisdição de qualquer das Partes situadas na região do Atlântico Norte ao Norte do Trópico de Câncer;
- contra as forças, navios ou aeronaves de qualquer das Partes, que se encontrem nesses territórios ou em qualquer outra região da Europa na qual as forças de ocupação de qualquer das Partes estavam à data em que o Tratado entrou em vigor ou

2 De acordo com Carlos de Meira Mattos (1987) não existe uma definição precisa do Atlântico Sul.

no Mar Mediterrâneo ou na região do Atlântico Norte ao norte do Trópico de Câncer, ou que os sobrevoem” (NATO, 1949).

Durante a década de 1970, os almirantes e estrategas brasileiros Armando Vidigal e Mário César Flores adotaram o paralelo 15° N como limite norte do Atlântico Sul, destacando naturalmente o papel do Brasil neste espaço geopolítico (Luís, 2010). Já em 1986 a Assembleia Geral das Nações Unidas, na Declaração da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), considerou-o como a região situada entre África e a América do Sul, uma divisão igualmente com conotação (geo)política.

Doze anos mais tarde, também numa perspectiva (geo)política, Therezinha de Castro defendia que o Atlântico Sul era o espaço marítimo compreendido entre três frentes continentais – América, África e Antártida – e três corredores: um no Norte, na zona entre Natal (no Brasil) e Dakar (no Senegal) e dois no Sul, entre a Antártida e as frentes continentais americana e africana, respetivamente a Passagem de Drake e o Cabo da Boa Esperança (Castro, 1998).

Para a autora, a divisão do Atlântico entre Norte e Sul ocorria “(...) na área do entorce continental sul-americano; quando a América do Sul se caracteriza como América do Leste, já que o meridiano que passa por Washington (no Atlântico) é o mesmo que corta Lima (no Pacífico); e a cidade brasileira de Natal dista tanto de Bordeaux na França como da própria capital dos Estados Unidos, do mesmo modo que as duas metrópoles posicionadas no Hemisfério Norte. Precisamente nessa zona, o saliente nordestino do litoral brasileiro se projeta na direção da protuberância africana ocidental para estrangular o Atlântico, dividindo-o em dois. Essa linha divisória é uma reta inclinada, já que Natal, no Brasil, se encontra ao sul do equador, enquanto Dakar, no Senegal, se posiciona ao norte desse círculo máximo da Terra” (Castro, 1998, p. 6).

Therezinha de Castro considerava que o Atlântico Sul encerrava um corredor de elevado valor geoestratégico e que tinha como “pontos de amarração” o Cabo de Agulhas, na África do Sul (34° 49’ S) e o Cabo Horn, na Argentina (55° 58’ S), possuindo três importantes bacias oceânicas intercomunicantes: i) o *choke point* Natal/Dakar, caminho direto entre as Américas, África e a Europa; ii) a Passagem do Cabo, ligação Atlântico/Índico que conecta América, África e Ásia e iii) os estreitos de Drake, Beagle e Magalhães, ligações naturais diretas entre Atlântico e Pacífico (Castro, 1998).

A autora, citando o International Hydrographic Bureau refere que o Oceano Glacial Antártico é em si um prolongamento dos oceanos Pacífico, Atlântico e Índico, uma vez que não existe nenhuma barreira de contenção entre eles, apenas uma zona limítrofe de águas subantárticas, de extensão variável – dependendo das estações do ano – entre 35° e 50° S, denominada Convergência Antártica, que será abordada com maior detalhe no próximo capítulo.

Neste contexto, perante o amplo debate em torno da delimitação do Atlântico Sul, iremos adotar na nossa análise a divisão apresentada por Therezinha de Castro por representar o espaço geográfico onde os atores projetam poder ou influenciam de forma significativa determinados fatores geopolíticos, primordiais para as dinâmicas de poder que nesse “mundus” se configuram ou evoluem (Dias, 2009), ou seja, o espaço geopolítico.

1.1.1. Os Fatores Físico, Recursos Naturais e Circulação³

O fator físico é um dos mais relevantes, pela importância que o seu conteúdo encerra na caracterização de determinada entidade e pela permanência e prévia existência do conhecimento, permitindo que o fator seja conhecido antecipadamente com rigor (Castro, 1998). Iremos neste ponto analisar alguns dos subfatores que caracterizam o Atlântico Sul, nomeadamente no que concerne à sua hidrografia – extensão, localização, configuração, morfologia, vias navegáveis.

O Atlântico Sul é um oceano que, em traços gerais, apresenta alguma simplicidade. A plataforma continental é estreita quer do lado sul-americano, quer do lado africano, sendo que a Argentina detém a maior extensão de plataforma continental, com larguras entre os duzentos e setenta e cinco e os oitocentos quilómetros, seguindo-se a brasileira com uma largura entre zero e cem quilómetros.

No continente africano a plataforma continental mais extensa é a da Namíbia, na fronteira com a África do Sul, que varia entre os 50 e os 80 km. As regiões abissais mais profundas – com mais de 5.500 metros – encontram-se relativamente próximas das plataformas continentais sul-americana e africana e a dorsal meso-atlântica apresenta uma linha estável, com picos que emergem nas ilhas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Falkland, Trindade-Martim Vaz e Fernando de Noronha. Embora seja o oceano que recebe maior volume de águas fluviais, os materiais resultantes da erosão dos rios são quase nulos ao largo da foz do Congo e apenas com alguma expressão na foz do rio da Prata, entre a Argentina e o Uruguai (Castro, 1998).

Os ventos são pouco frequentes nas costas africanas, brasileiras, uruguaias e no meio do oceano, mas quase constantes junto à foz do Rio da Prata e na zona marginal do Oceano Glacial Antártico.

Importa referir que o Atlântico Sul é o único oceano tropical sem ciclones, sendo que o movimento das suas águas superficiais desenha um círculo anticiclónico – com a corrente Sul Equatorial como corrente inicial –, aspetos que permitiram aos navegadores

3 De acordo com o IESM (2007), os fatores geopolíticos são um conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, suscetíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspetivação consistente de apoio à Política e à Estratégia. Segundo Mendes Dias (2010), o fator físico é um dos mais relevantes, essencialmente por duas razões: i) pela importância que o seu conteúdo detém na caracterização de determinada entidade e ii) pela permanência e prévia existência do conhecimento, permitindo que o fator seja conhecido antecipadamente com rigor. O autor utiliza a definição preconizada pelo IAEM, na qual o fator físico significa “o território definidor da existência física de uma entidade política, jurídica e administrativa”. Os recursos naturais (ou a sua inexistência) têm um papel preponderante no valor de um território e no Poder do ator soberano. Podem ser energéticos (petróleo, gás natural, carvão...), minerais (ferro, aço, ouro, prata, etc.) e alimentares (cereais, recursos piscícolas, etc.), entre outros. Contudo, à existência de recursos naturais tem de ser necessariamente associada a capacidade de exploração e transformação, assim como a disponibilidade nos mercados interno e externo, que ditará o seu valor. O fator circulação “representa a acessibilidade do território e da população a bens e ideias”, encontrando-se ligado à dinâmica da economia e à própria ação política do desenvolvimento (Dias, 2010). É um fator que assume especial relevância no que concerne às comunicações de relação (fax, internet, televisão, rádio, telefones fixos e móveis, imprensa, satélites), quer na promoção da coesão interna quer na difusão de mensagens desagregadoras.

da Era das Descobertas navegar pelas suas costas e cruzá-lo – todavia, não foi despreciando o papel das ilhas sul atlânticas no sucesso da navegação naquela era, uma vez que constituíam importantes locais de abrigo e de abastecimento.

É um oceano rico em recursos naturais, especialmente em hidrocarbonetos, encerrando cerca de 18% das reservas mundiais de petróleo (Oliveira, 2009). Considerando que a existência de recursos naturais tem de ser necessariamente associada à capacidade de exploração e transformação dos mesmos, o que ditará o seu valor (Dias, 2010), refrase-se que a região do Golfo da Guiné tem vindo a assumir um papel preponderante na última década como produtora de hidrocarbonetos de elevada qualidade – com baixo teor de enxofre⁴ –, sendo que a sua localização estratégica permite o escoamento do produto diretamente por via marítima para os mercados americano e europeu (Almeida e Bernardino, 2013).

Estima-se que aquela região possua uma das maiores reservas mundiais de petróleo *offshore*, com pelo menos 54 mil milhões de barris em 2015 (BP, 2016) e reservas consideráveis de gás natural – só a Nigéria, o maior produtor regional de hidrocarbonetos, detinha, em 2015, reservas de 5 biliões de metros cúbicos – não se excluindo que este número possa triplicar uma vez que ainda é uma região pouco explorada (Johnson *et al.*, 2012).

Já em 2005 o Fundo Monetário Internacional (FMI) reconhecia o elevado potencial económico do Golfo da Guiné, com um mercado de cerca de 300 milhões de consumidores, num universo cultural de quatro línguas europeias: Português, Francês, Inglês e Espanhol (Mañe, 2005). É igualmente uma região rica em ouro, diamantes e recursos naturais como florestas tropicais e grandes bacias hidrográficas, fatores que a tornam economicamente atrativa, gerando naturalmente a necessidade de reforço da segurança.

No Brasil, encontram-se as mais recentes descobertas de petróleo e gás nos campos do pré-sal, que apontam para reservas com potencial de 55 mil milhões de barris (Costa, 2012). O pré-sal localiza-se sob uma camada profunda de rocha salina, sendo que as reservas encontradas naquele país são as mais profundas do mundo, representando o maior campo petrolífero mundial do género (Petrobrás, s.d.). “As reservas descobertas na camada pré-sal ao longo da costa, entre o Espírito Santo e Santa Catarina, inseriram o Brasil no mapa geopolítico do petróleo. Este foi um dos factores, *inter alia*, que provavelmente levaram o presidente George W. Bush a restaurar a IV Frota, para o Atlântico Sul, sob o pretexto de combater o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, o terrorismo e a pirataria que ameaça o fluxo do livre comércio nos mares do Caribe e da América do Sul. Porém, o próprio almirante Gary Roughead, Chefe de Operações Navais, anunciou em 24 de Abril que se havia decidido restabelecer a IV Frota, em virtude da imensa importância da segurança marítima no sul do hemisfério” (Bandeira, 2008 *apud* Dias, 2011).

Argentina e Chile são igualmente produtores de hidrocarbonetos, em particular a partir de jazidas *onshore*, mas detêm simultaneamente algumas jazidas *offshore* na região do

4 De acordo com o FMI, a qualidade do petróleo do Golfo da Guiné é superior à do petróleo da América Latina (Mañe, 2005).

Estreito de Magalhães (Empresa Nacional de Petróleo do Chile, s.d.). A Argentina possui cinco bacias de petróleo e gás produtivas, sendo que duas delas, a Golfo San Jorge e a Austral, incluem reservas *offshore*.

Nesta região do Atlântico Sul destacam-se igualmente as reservas das ilhas Falkland/Malvinas. A reivindicação por parte da Argentina sobre este arquipélago terá subjacentes as reservas de petróleo e as suas águas ricas em recursos marinhos. De acordo com o governo das Falkland (Vidigal, 2014), não reconhecido pela Argentina, o crescimento médio de 3,8% da economia do arquipélago na primeira década do século XXI superou o do Reino Unido (1,6%), sendo o setor das pescas o principal responsável por esse desempenho, prevendo-se que continue a sustentar elevadas taxas de crescimento na segunda década.

Estima-se que a exploração de petróleo e de gás venha igualmente a influenciar de forma positiva a economia do arquipélago “with the Sea Lion [poço de petróleo] discovery now moving towards a production phase, commercial supply of oil is expected to commence in 2018/2019 and is predicted to contribute significantly to the country’s economy” (Vidigal, 2014, p. 21), uma vez que as empresas terão de pagar ao governo das Falkland, em *royalties*, 9% do valor de mercado do petróleo acrescidas de uma taxa de 26% sobre os lucros (Deloitte, 2015).

De acordo com o investigador brasileiro Lucas Kerr Oliveira (2009), embora o continente sul-americano seja considerado uma região pouco marcada por conflitos armados graves, podemos constatar que algumas das suas mais importantes guerras do século XX envolveram precisamente disputas por regiões petrolíferas ou potencialmente petrolíferas, seja com uma potência extracontinental, como a guerra das Falkland/Malvinas (1982), seja entre países sul-americanos, como as guerras entre Peru e Equador (1995 e 1941) ou entre Paraguai e Bolívia (Guerra do Chaco, em 1936).

A União das Nações Sul-americanas (UNASUL) em 2012 (Globo, 2012) e os Chefes de Estado da América Latina e Caraíbas (CELAC) em 2013 (Diário Popular, 2013), demonstraram o seu apoio à posição argentina relativamente às Falkland/Malvinas junto do então Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, solicitando que intercedesse pela retoma das negociações entre a Argentina e o Reino Unido.

Esta situação espoletou, por parte das autoridades britânicas, uma campanha de divulgação de folhetos produzidos pelos ilhéus e por britânicos, com o objetivo de dar a conhecer a cultura, o estilo de vida, o empreendedorismo local, o potencial turístico, as memórias da guerra, entre outros aspetos, valorizando o percurso histórico das famílias locais e a herança britânica (Vidigal, 2014).

Em 2016, já sob a presidência de Mauricio Macri, mais flexível do que a sua antecessora Cristina Kirchner no que respeita às negociações com as autoridades britânicas, Argentina e Reino Unido retomaram o diálogo relativamente a esta questão. No mês de setembro, o Ministro de Estado, Negócios Estrangeiros e Commonwealth efetuou uma visita oficial a Buenos Aires, tendo reunido com a sua homóloga Susana Malcorra. Do encontro resultou um compromisso para a remoção de obstáculos relativamente ao desenvolvimento económico daquele arquipélago e o reconhecimento por parte do

Reino Unido dos cerca de cem soldados argentinos que pereceram na guerra de 1982 (Wintour, 2016).

Por sua vez, na mensagem de Natal de 2016, a então primeira-ministra britânica, Theresa May, afirmou que a melhoria das relações diplomáticas com a Argentina era do interesse de todos e revelou que iria apoiar o processo de autodeterminação das Falkland/Malvinas (Merco Press, 2016).

Refira-se, neste contexto, que apesar da abertura do presidente da Argentina, Maurício Macri, para retomar as negociações sobre as Falkland/Malvinas, o Ministério das Relações Exteriores e Culto argentino reiterou no final de 2016 a intenção de continuar a reclamar soberania sobre o arquipélago, que considera ter sido “usurpado” pelos britânicos há (então) cento e oitenta e quatro anos (Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2017):

“Hoje, o povo e o governo argentino reafirmam uma vez mais os imprescritíveis direitos de soberania da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul, Sandwich do Sul e sobre os espaços marítimos circundantes (...) A República Argentina reitera o seu firme compromisso com a resolução pacífica das controvérsias e com o respeito pelo direito internacional e convida o Reino Unido a aprofundar o diálogo iniciado ao longo do último ano com vista a retomar as negociações que permitam encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução pacífica e definitiva para a disputa de soberania (...)” (Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2017).

Relativamente ao fator circulação, que “representa a acessibilidade do território e da população a bens e ideias” (Dias 2010, p. 246), importa referir que a Rota do Cabo da Boa Esperança ainda hoje é considerada uma das mais importantes do mundo. De acordo com a U. S. Energy Information Administration (EIA, 2014) foram transportados por esta rota em 2013, em ambos os sentidos, cerca de 5 mil milhões de barris de petróleo por dia, representando 9% de todo o petróleo transacionado por via marítima ao nível mundial.

Para leste, o transporte marítimo de crude destinou-se a todos os mercados asiáticos – 3,5 milhões de barris por dia –, já em direção a oeste, destinou-se aos mercados americanos, particularmente aos EUA. Embora mais dispendiosa, a Rota do Cabo da Boa Esperança constitui uma alternativa viável para os navios que procuram evitar o Golfo do Aden, os Estreitos de Bab el-Mandeb e o Canal do Suez (EIA, 2014).

De acordo com o diplomata José Viegas Filho, na costa sul-americana o tráfego marítimo é essencialmente costeiro entre Bahía Blanca (Argentina) e o nordeste brasileiro, sendo difuso, mas intenso, a norte do Brasil.

Segundo o mesmo autor (Filho, 2016) as rotas com maior intensidade de tráfego são:

- Golfo Pérsico – Cabo da Boa Esperança – Europa Atlântica e Mediterrânica. A rota com maior volume de carga do mundo. A partir do Golfo da Guiné, integra o tráfego de exportação de petróleo nigeriano;
- América do Sul – Europa;
- Golfo Pérsico – Rio da Prata;
- Golfo Pérsico – Santos/Vitória (Brasil);

- Golfo Pérsico – Caraíbas – EUA;
- Golfo da Guiné – Santos/Vitória;
- Golfo da Guiné – Caraíbas – EUA;
- América do Sul – Caraíbas – EUA.

Segundo Viegas Filho (2016), as rotas entre o Cabo da Boa Esperança e os pontos da costa leste da América do Sul, entre Vitória e Buenos Aires, não apresentam especial interesse económico global, apenas para a Argentina, para o Brasil, para os exportadores do Golfo Pérsico e para o Japão. Já as linhas para o Médio Oriente, Extremo Oriente e Europa movimentam maior quantidade de carga do que as rotas interamericanas.

O diplomata brasileiro (Filho, 2016) identifica ainda áreas críticas para o tráfego marítimo no Atlântico Sul, nomeadamente:

- i. Arquipélago de Cabo Verde, uma vez que a partir da sua posição geográfica, pode controlar o acesso ao Mediterrâneo e ao norte da Europa, através da passagem entre o arquipélago e a costa africana;
- ii. Cabo da Boa Esperança, cuja posição geográfica é hoje vital para o comércio marítimo, em especial no que se refere ao petróleo do Golfo Pérsico;
- iii. Cabo Horn e Estreito de Magalhães, como alternativa ao acesso ao Oceano Pacífico por navios de grande porte;
- iv. Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, devido à posição que ocupam em relação ao tráfego marítimo do Atlântico Sul. Ascensão, utilizada durante a Segunda Guerra Mundial como base naval e aeronaval, domina, a menos de 900 milhas, o centro da faixa oceânica até Dakar;
- v. As regiões do estuário do Rio da Prata e de Bahía Blanca, com cinco portos comerciais, com destaque para Puerto Belgrano, onde se localiza a principal base da Armada Argentina.

Deste modo e em resposta a uma das perguntas lançadas no início da presente investigação – que relevância estratégica poderão ter as rotas marítimas do Atlântico Sul? – importa referir que, de acordo com Mendes Dias (2011), a rota do Estreito de Magalhães, do estuário do Rio da Prata e dos portos brasileiros, que progride para os portos europeus do Ocidente e do Mediterrâneo, enriquece funcionalmente o Brasil.

Por outro lado, essa relevância pode igualmente ser asseverada por Therezinha de Castro, que defendia a valorização estratégica da Passagem de Drake e da Rota do Cabo da Boa Esperança no quadro da doutrina de defesa do hemisfério representada pelo TIAR, que analisaremos adiante, apelidando-os de “Vasos Comunicantes Geográficos Interoceânicos” (Penha, 2009).

E porque é a Antártida importante no Atlântico Sul? De acordo com a autora, a localização daquele continente permitia controlar estes “Vasos Comunicantes”, quer através de radares, satélites, quer de patrulhamento marítimo e aéreo – embora este último condicionado ao verão antártico –, pelo que para os países com interesses no Atlântico Sul seria estrategicamente importante deter bases no “continente gelado”, sobretudo se permitirem controlar aquelas duas passagens.

A China, por exemplo, utiliza a Rota do Cabo no transporte de mercadorias para a costa oeste africana, nomeadamente para os portos da Cidade do Cabo (África do Sul), Luanda (Angola), Matadi (República Democrática do Congo), Lagos (Nigéria) e Abidjan (Costa do Marfim), bem como para a América do Sul, para os portos de Santos (Brasil), Montevidéu (Uruguai) e de Buenos Aires (Argentina). Esta rota também pode ser utilizada pelas empresas chinesas para o transporte de mercadorias com destino aos mercados da América do Norte e Europa Ocidental (CFC, s.d.).

Ainda no que concerne às rotas no espaço geopolítico do Atlântico Sul, refira-se, a título de exemplo, que a distância entre Luanda e o Rio de Janeiro (Brasil) é de 5.615 km. A ligação entre as duas cidades, de navio, demora pouco mais de quatro dias – a uma média de 30 nós –, o mesmo tempo que demora a ligação marítima entre Abidjan e Porto de Espanha (Trinidad e Tobago, Caraíbas), conferindo vantagens comparativas no transporte de hidrocarbonetos do Golfo da Guiné para os principais portos do Atlântico relativamente ao petróleo oriundo do Médio Oriente.

1.2. Evolução Histórica do Espaço Geopolítico do Atlântico Sul

1.2.1. Dos Descobrimentos ao Final da Guerra Fria

De acordo com a investigadora brasileira Cristina Ribeiro Luís (2010), o espaço marítimo atlântico começou a ser construído pelos europeus como uma dimensão específica, definida a partir dos seus interesses e valores expressos sobretudo nos tratados assinados entre Portugal e Espanha no século XV, dos quais se destaca o Tratado de Tordesilhas. Entre os Estados europeus em vias de consolidação, os da Península Ibérica reuniam as condições necessárias para iniciar a aventura marítima, graças à sua condição geográfica e política e igualmente devido à sua experiência náutica desenvolvida no Mar Mediterrâneo (Luís, 2010).

Nessa época, a então conhecida como “Rota das Índias” criou uma importante “diagonal insular” num segmento de rotas de Lisboa até Buenos Aires, que ia desde os Açores, ainda no Atlântico Norte até às ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, no Sul. De norte para sul estes arquipélagos e ilhas transformaram-se em linhas vertebrais da expansão atlântica ibérica em direção ao Oriente.

As ilhas de Tristão da Cunha – a 2.300 km de África e a 400 km de Gough, na região subantártica –, Santa Helena – a 1.900 km da costa africana e a 3.500 km do Brasil – e Ascensão – a 1.700 km da Libéria e a 1.900 km do Brasil –, descobertas por navegadores portugueses, mas posteriormente ocupadas pelo Reino Unido no século XIX, transformaram-se em “trampolins de valor geoestratégico”, especialmente para a América do Sul e Reino Unido, bem como em bases de apoio na Rota do Cabo (Castro, 1998).

Já o triângulo Falkland, Trindade e Fernando de Noronha ocupa uma posição chave no controlo da junção Atlântico-Pacífico. A passagem Magalhães/Drake, que perdeu alguma relevância após a abertura do Canal do Panamá, continua a ser uma rota de reserva frequentada em especial pela cabotagem sul-americana e por navios militares (Castro, 1998). O terceiro triângulo geoestratégico – Shetlands, Orcadas, Sanduíches, Gough e Geórgias – posiciona-se no corredor vital da bacia aberta do Oceano Glacial

Antártico e forma, juntamente com a Antártida, um flanco de retaguarda no Atlântico Sul, desafiando o espaço geopolítico da esfera do domínio da América e de África (Castro, 1998).

Deste modo, não foi inocente a instalação, por parte do Brasil, da Estação Antártica Comandante Ferraz precisamente na ilha de Rei Jorge, no arquipélago das Shetlands do Sul. Para Therezinha de Castro, estas triangulações insulares constituem postos avançados para a guarda e integridade da costa sul-americana, nomeadamente para o Brasil, Uruguai e Argentina (Castro, 1998).

De acordo com a autora, a derrota das autoridades argentinas na Guerra das Malvinas/Falkland impôs a “gibraltarização” do Atlântico Sul, com a transformação do arquipélago num trampolim da NATO, no alinhamento Gibraltar/Ascensão (Castro, 1998). O conflito destacou o valor geoestratégico das Falkland como posto avançado de defesa na região de Magalhães/Drake e como base de apoio às operações britânicas na Antártida.

As ilhas deste terceiro triângulo estratégico – Geórgia, Sanduíche, Orcadas e Shetlands – formam um arco em U, denominado Arco de Scotia ou das Antilhas Austrais, considerado de elevado valor geopolítico na medida em que, devido às suas características geomorfológicas, poderia por um lado, sugerir uma continuidade da cordilheira dos Andes até à Península Antártica, justificando as pretensões argentinas e chilenas relativamente à Antártida e, por outro, demarcar a fronteira entre Pacífico e Atlântico, movendo-a 1.600 km para leste (Child, 1988).

“South Georgia, the South Sandwich, the South Oarkney, and the South Shetlands form a long U-shaped arc (the Scotia Arc), which runs from the eastern tip of Tierra del Fuego far to the east to South Georgia and the Sandwich Islands the curves back to the Antarctic Peninsula. They are significant for a number of reasons. For one to some analysts they suggest a geological continuity from the Andes of the mainland South America to the mountains of the Antarctic Peninsula; this continuity is one of the arguments used by both Argentina and Chile to buttress their Antarctic claims (...). For Chile the Scotia Arc, and the Scotia Sea, which it encloses, is important because it can be argued that this arc represents the natural boundary between the Pacific and Atlantic. Should this argument be accepted, Chile’s Antarctic position is strengthened at the expense of Argentina’s because both accept the bioceanic principle under which Chile has predominance in the South Pacific and Argentina in the South Atlantic” (Child, 1988, p. 27).

Estas ilhas do Arco de Scotia são substancialmente importantes, de acordo com Child, porque a nação que as detiver pode projetar poder⁵ de forma mais eficiente nas suas águas territoriais e nas zonas económicas exclusivas nas regiões próximas da Antártida (Child, 1988).

Regressando à era da “Rota das Índias”, refira-se que o protagonismo de espanhóis e portugueses na construção da “Europa Atlântica”, que se manteve relativamente estável e equilibrada até ao final século XVI, acabou por ser ameaçado pela entrada na equa-

5 Poder aqui entendido como a capacidade de impor a vontade aos outros e de forçar elementos mais fracos a fazer concessões (Spykman, 2008).

ção marítima atlântica do Reino Unido, França e da Holanda, países que acabaram por desafiar o domínio luso do Atlântico Sul e em particular das rotas.

Para tal não terá sido despendida a estrutura triangular de trocas comerciais organizada a partir da exportação de mão-de-obra africana para as Américas, de matérias-primas americanas para a Europa e de produtos manufaturados para o continente americano, que acabou por contribuir para a baixa coesão entre as duas margens do Atlântico Sul, facilitando incursões de outros atores (Luís, 2010).

O Atlântico Sul tornou-se especialmente importante como rota marítima comercial após a independência norte-americana, uma vez que o Reino Unido acabaria por perder a sua principal fonte de matéria-prima. A pressão para que a frota naval britânica acedesse ao Oriente aumentou ao mesmo tempo que Portugal e Espanha iam perdendo influência nas suas colónias na região sul-atlântica. Novas nações sul-americanas foram surgindo, como o Brasil, a Argentina, o Chile e o Uruguai e a coroa inglesa foi estabelecendo acordos comerciais com as mesmas, estratégia que lhe permitiu reforçar a sua influência naquele espaço geopolítico sobretudo durante a *Pax Britannica*, ocupando territórios descobertos por navegadores portugueses, como os arquipélagos anteriormente referidos.

No entanto, o significado estratégico atribuído ao Atlântico Sul foi sendo esvaziado após a construção dos canais do Suez e do Panamá – final do século XIX e início do século XX, respetivamente. Por outro lado, o crescimento económico do Atlântico Norte neste período superou o do Atlântico Sul, enfraquecendo ainda mais o seu valor político para a sociedade internacional em pleno desenvolvimento industrial, tendo a relevância deste espaço passado a estar apenas associada aos interesses das potências coloniais europeias e, em segundo plano, aos interesses de países regionais independentes, à data quase exclusivamente sul-americanos.

Durante a Primeira Guerra Mundial, as características periféricas do Atlântico Sul, associadas à marginalidade dos países sul-americanos no plano internacional e ao declínio do interesse nas rotas marítimas comerciais – embora tivessem sido utilizadas para projeção de forças militares e de equipamento durante o conflito – relegaram este espaço geopolítico para segundo plano.

Não obstante, a Segunda Guerra Mundial viria a atrair novamente a atenção internacional, ainda que de forma ténue, sobre o Atlântico Sul. A base geográfica representada pelas rotas do triângulo América-Europa-África na região do *choke point* Natal-Dakar permitiu o acesso dos EUA ao norte de África e o conseqüente contra-ataque dos Aliados às forças alemãs estacionadas na região do Mediterrâneo, com o apoio das bases norte-americanas de Parnamirin Field e Naval Air Station, ambas em Natal, no Brasil⁶. Paralelamente, a sul, submarinos alemães navegavam em águas antárticas e subantárticas

6 A Base de Parnamirin Field, operada pela Força Aérea, foi construída em 1941, na Base Aérea de Natal. Tinha capacidade para 1.800 oficiais e 2.700 praças, recebendo por dia uma média de 600 aeronaves. A Naval Air Station, operada pela Marinha e construída antes da Segunda Guerra Mundial, era uma base de hidroaviões localizada no estuário do rio Potengui (Natal). Ambas tiveram um papel importante na Segunda Guerra Mundial pela sua localização estratégica tendo, no entanto, perdido relevância para os EUA após o final do conflito (Rolim, 2015).

procurando capturar e afundar navios dos Aliados, pelo que as bases norte-americanas no Brasil tinham um papel de destaque no apoio à proteção daqueles navios e à destruição dos submarinos do inimigo (Luís, 2010).

Após o final de Segunda Guerra Mundial, já em 1947, foi assinado no Rio de Janeiro, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) ou Tratado do Rio, ainda em vigor, entre o governo norte-americano e a maioria dos países da América do Sul⁷ que tinha como objetivo promover a segurança coletiva do hemisfério sul – um ataque contra um dos signatários constituía um ataque contra todos –, numa tentativa de conter a influência soviética na região⁸.

No entanto, segundo o investigador Eli Alves Penha (s.d.), o TIAR acaba por apresentar alguma precariedade, uma vez que não envolve comandos militares combinados (como a NATO), nem se constitui como um órgão de planeamento militar de coordenação num sistema integrado⁹. Foi criado à imagem do Interamerican Defense Board, um organismo de consultoria da Organização dos Estados Americanos – Organization of the American States (OAS) – que tem por missão efetuar recomendações com o propósito de melhorar a coordenação das políticas nacionais de defesa dos seus vinte e oito Estados-membros. Deste modo, o TIAR acaba por ser um Tratado de cariz predominantemente bilateral, estabelecido a partir de acordos de cooperação militar dos EUA com cada país sul-americano.

A partir da década de 1960, a ausência de um poder hegemónico nas interações políticas do Atlântico Sul, aliada ao colapso do colonialismo europeu, gerou um vazio de poder naquele espaço geopolítico, suscetível de ser ocupado pela URSS. A interrupção do tráfego marítimo no Canal do Suez entre 1967 e 1975 reativou a Rota do Cabo, por onde passaria a circular uma importante parcela do petróleo importado pelo Ocidente. Todavia, mesmo após a reabertura do canal, manteve-se o tráfego marítimo de matérias-primas estratégicas transportadas por superpetroleiros através da Rota do Cabo, uma vez que aqueles navios não podiam atravessar o Suez devido à sua dimensão.

Simultaneamente, a URSS ia aumentando a sua presença nos países emancipados, sobretudo em Angola, tendo fornecido apoio económico, tecnológico e militar ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), facilitando o estabelecimento de posições no Atlântico Sul (Luís, 2010). Por sua vez, as autoridades norte-americanas, através

7 O TIAR foi assinado em 1947 entre os EUA e os seguintes países sul-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela. No entanto, em 2012, Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela anunciaram a saída do Tratado, à semelhança do México em 2002.

8 O TIAR foi evocado em setembro de 2019 para justificar uma intervenção na Venezuela, situação terminantemente rejeitada pelo Uruguai, que acabou por anunciar a saída do Acordo.

9 Eli Alves Penha afirma que, ao contrário do TIAR, o Simonstown Agreement, assinado entre o Reino Unido e a África do Sul em junho de 1955, constituiu efetivamente um acordo técnico com resultados práticos e compromissos bem definidos. Apresentava um comando unificado, o South Atlantic Command, representado por uma autoridade britânica designada pela Royal Navy, cuja missão passava por zelar pela defesa da África Austral e controlar a expansão da área de influência soviética naquela região. Em contrapartida, o Reino Unido comprometia-se a fornecer equipamento naval à Marinha sul-africana (Penha, s.d.).

da colaboração da África do Sul, apoiavam a guerrilha da União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), procurando reverter a influência soviética na região.

De acordo com Camila Luís, perante os sinais de perturbação da estabilidade sul-atlântica, crescia a preocupação nos países ocidentais relativamente às rotas marítimas e aos recursos naturais oceânicos. Considerava que o vazio de poder provocado pela retirada dos países europeus de África deveria ser colmatado por um acordo multilateral defensivo semelhante à NATO (Luís, 2010). Concomitantemente, no final da década de 1970/início da década de 1980, foi negociada entre os EUA, Argentina e África do Sul a criação de um instrumento político de segurança marítima regional, que integraria igualmente Uruguai e Brasil, uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) na prática, uma extensão da NATO com efeito dissuasor das pretensões soviéticas.

Na configuração desta aliança as interações políticas no Atlântico Sul saíam do isolamento regional e a partir do equilíbrio estratégico entre os principais atores locais, militarmente liderados pelo Reino Unido e pelos EUA, elevar-se-iam no plano internacional integrando a dinâmica da bipolaridade em parceria com a NATO. O Brasil opôs-se à concretização da OTAS, considerando o projeto inoportuno, supérfluo e perigoso, dado que o governo não acreditava que o nível de ameaça soviética na região fosse suficientemente grave que justificasse a constituição de um novo pacto defensivo, pese embora 90% do comércio internacional brasileiro se efetuar, à data, por via marítima, da maior parte da população se concentrar nas proximidades da costa e de o mar constituir uma importante fonte de recursos, nomeadamente de petróleo.

Assim, para as autoridades brasileiras qualquer aprofundamento de alianças no plano militar, no âmbito regional, deveria ser estabelecido apenas por intermédio do TIAR e com efetiva participação dos EUA, pelo que consideravam a proposta da OTAS redundante uma vez que a questão da segurança marítima na região se encontrava contemplada no Tratado do Rio.

Por outro lado, o Brasil considerava a OTAS um instrumento perigoso dado que poderia desnecessariamente promover a militarização do Atlântico Sul e desencadear uma escalada de conflito entre as duas superpotências. Paralelamente, para o governo brasileiro, seria prejudicial para o crescente intercâmbio de contactos com a “África Negra”, uma vez que o projeto OTAS incluía a África do Sul, à data sob o regime de *Apartheid*.

O projeto sucumbiu definitivamente após a Guerra das Falkland/Malvinas em 1982, que opôs o Reino Unido à Argentina. O posicionamento norte-americano a favor da coroa britânica deteriorou as relações com a Argentina, com o Chile e com o Brasil, comprometendo definitivamente uma conciliação de interesses dos atores locais em torno da defesa do Atlântico Sul. Segundo o historiador Carlos Eduardo Vidigal (2014), o Brasil, que representara os interesses argentinos entre maio de 1982 e fevereiro de 1990, reconheceu em 2 de abril de 1982 os direitos da Argentina sobre as Falkland/Malvinas – ao iniciar o projeto de promoção da integração sul-americana na década de 1950, as autoridades brasileiras passaram a apoiar a Argentina em temas sensíveis como a presença daquele país na Antártida e os direitos argentinos sobre as ilhas sul-atlânticas, além de

promover a adoção de políticas comuns junto da Agência Internacional de Energia Atômica.

No que concerne ao Reino Unido, vencendo a Argentina e mantendo o domínio sobre o arquipélago das Falkland, localizado a cerca de 700 km do litoral argentino, aumentou o contingente militar e deu prioridade à construção de um aeroporto militar para receber aeronaves de grande porte, que seria inaugurado em abril de 1985 e que se transformaria num importante ponto de apoio para as operações na Antártida. As autoridades britânicas passavam assim a atribuir maior atenção à região do Atlântico Sul e da América do Sul. Neste contexto, o geógrafo inglês Leslie W. Hepple afirmava em 1990: “O novo compromisso político e financeiro significa que a Grã-Bretanha deve procurar uma visão mais coerente da região, mesmo que tal não esteja declarado numa linguagem geopolítica explícita. O desenvolvimento futuro a longo prazo do Atlântico Sul requer cooperação entre a Grã-Bretanha e a Argentina, mas como a soberania é um ponto não negociável para ambas as partes, a rivalidade parece destinada a continuar. O Atlântico Sul permanecerá por algum tempo como zona de tensão” (Vidigal, 2014, pp. 20-21).

Hepple acertou no seu diagnóstico, quer no que concerne à necessidade de cooperação, como à continuidade das linhas de fricção com a Argentina. A disputa das Falkland/Malvinas permanece um dos aspetos de maior tensão na geopolítica do Atlântico Sul.

No que respeita à posição dos EUA, refira-se que, à data, o presidente Ronald Reagan, criticando o TIAR a favor da NATO, declarou que não ia permitir que “a Inglaterra fosse derrotada no Atlântico Sul” (Castro, 1998, p. 23), apesar de a sua administração defender a manutenção de boas relações com os países sul-americanos, como referia o general Clarence Hill em 1980, citado por Viegas Filho (2016):

- a. Os principais países sul-americanos são indispensáveis como aliados em qualquer conflito, pelo que é do interesse dos EUA apoiar a sua modernização naval;
- b. É absolutamente essencial que as forças antissubmarino do Brasil, da Argentina e do Chile sejam capazes de complementar algumas das atribuições da Marinha norte-americana no Atlântico Sul e no Pacífico Sul. Sem a cooperação das Marinhas sul-americanas as forças antissubmarinas dos EUA dispersar-se-iam ao enfrentar ameaças tanto no Atlântico Norte como no Sul;
- c. Fazendo referência às Marinhas do Brasil e da Argentina o almirante afirma que faz sentido deixá-las suportar o investimento em equipamento e dedicar os seus próprios recursos humanos em prol da defesa comum;
- d. No entanto, considera importante fornecer às duas Marinhas mísseis e aeronaves navais avançados e apoio logístico, para assegurar a sua operação efetiva;
- e. Por último, os EUA deveriam estabelecer um Comando Naval sul-americano que conduziria operações navais conjuntas com as Marinhas sul-americanas mais avançadas. Dever-se-ia também estabelecer uma força permanente, similar à NATO, que poderia subordinar-se à Junta Interamericana de Defesa, sediada em Washington.

Não obstante, apesar do distanciamento temporal das críticas de Reagan e das sugestões do general Hill, qualquer aproximação do TIAR ao modo de funcionamento da

NATO tem sido terminantemente rejeitada pelos diplomatas brasileiros, não tendo existido interesse em investir num projeto dessa natureza. Mais recentemente, registou-se uma mudança de retórica na Presidência, com Jair Bolsonaro a não descartar uma eventual aproximação à NATO, porém, pese embora esta aparente abertura, as autoridades brasileiras mantêm a sua posição relativamente àquela organização, continuando a privilegiar a Doutrina Monroe no Atlântico Sul.

Segundo Viegas Filho (2016), o TIAR é um instrumento tradicional que permite um grau efetivo de coordenação regional, sem ónus políticos. É do interesse das autoridades brasileiras que tenha uma aplicação geográfica e politicamente restrita na medida em que não é conveniente ao Brasil, do ponto de vista militar ou político, envolver-se em alianças militares mais alargadas, nomeadamente do género da NATO. Se tal acontecesse, Viegas Filho considera que se estaria a contribuir definitivamente para institucionalizar de forma permanente a discrepância de forças entre os EUA e a América do Sul, numa relação de colaboração em que o Brasil perderia o papel de liderança.

O discurso dos EUA sobre a segurança no Atlântico Sul sofreu alterações relativamente a 1980, tendo passado a salientar a mensagem de reforço da cooperação com os atores regionais. As autoridades norte-americanas consideram que a manutenção da estabilidade e da segurança deve ser em primeiro lugar da responsabilidade dos países da região, desde que assegurada a liberdade de navegação que permita a atuação do poder naval norte-americano quando necessário (Silva, 2014).

É neste contexto que se insere a reativação da IV Frota em 2008, cuja área de atuação engloba as Caraíbas e as Américas Central e do Sul. Para além da questão do narcotráfico e da imigração ilegal, a possibilidade de recurso à IV Frota foi incrementada em função: i) da existência na América do Sul de governos de cariz antiamericano, que mantêm relações amigáveis com atores suprarregionais, nomeadamente o Irão; ii) da necessidade de manter o Canal do Panamá livre de ameaças e aberto à navegação; e iii) pelo incremento da importância do Atlântico Sul como via de comunicação e fonte de energia (Silva, 2014 e Maclay, 2009).

1.2.2. Do Final da Guerra Fria à Atualidade – Alianças regionais: a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e a Comissão do Golfo da Guiné

1.2.2.1. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

Falhada a OTAS e perante os resultados praticamente nulos do TIAR durante a Guerra das Falkland, o Brasil propôs a criação de uma aliança que operacionalizasse a linha Sul/Sul envolvendo os atores da região. Em 14 de julho de 1986, o presidente brasileiro José Sarney enviava uma missiva aos Chefes de Estado da Argentina, Angola, Cabo Verde, República do Congo, Guiné-Bissau, República da Guiné, Senegal e Uruguai solicitando apoio para o projeto que intitularia Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Três meses mais tarde, em 27 de outubro, seria aprovada a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 41/11, que cria a ZOPACAS, com 124 votos a favor, 8 abstenções – Alemanha, Bélgica, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda e Portugal

– e o voto contra dos EUA. Aderiram inicialmente à ZOPACAS Argentina, Brasil, Cabo Verde, República do Congo, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Uruguai, tendo a África do Sul aderido em 1994, após o final do *Apartheid* (Castro, 1998).

Esta resolução acabou por ter um significado político muito particular na medida em que reconhece a identidade própria do Atlântico Sul, negando a dependência constantemente presente na estrutura regional. Paralelamente estabeleceu que a responsabilidade pelo que ocorria na área era primordialmente local, e considerou esse espaço oceânico útil para a solução de problemas regionais, apropriado para superar a persistência de focos de tensão e de agitação decorrentes não de uma ameaça externa, mas das próprias condições de subdesenvolvimento.

A ZOPACAS tinha os seguintes objetivos (Almeida e Bernardino, 2013):

- i. Defender a independência, a soberania, a integridade territorial e desenvolver as relações sob condições de paz e liberdade;
- ii. Proteger a região da militarização, da corrida armamentista, da presença de bases militares estrangeiras e, sobretudo, das armas nucleares;
- iii. Estimular a cooperação regional para o desenvolvimento económico e para a paz;
- iv. Promover a independência da Namíbia e o fim do *Apartheid* na África do Sul;
- v. Defender os princípios e normas do Direito Internacional aplicáveis ao espaço interzonal;
- vi. Promover a paz e a segurança internacionais, eliminando todas as fontes de tensão na região;
- vii. Incentivar a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos da imensa área oceânica.

Naquele momento histórico, a paz no Atlântico Sul foi entendida como a possibilidade de crescimento, desenvolvimento e da estreita cooperação entre os países da América do Sul, bem como a aproximação ao continente africano. A segurança deste espaço geopolítico ficaria a cargo dos países da região e a cooperação entre eles iria para além do domínio da defesa, ou seja, abrangeria igualmente a ciência, a preservação de recursos vivos e não vivos (bem como do ecossistema marinho) e o desenvolvimento dos transportes marítimos e aéreos.

Não tendo capacidade para coagir as superpotências, o objetivo do projeto ZOPACAS passava por afastar o Atlântico Sul do confronto entre elas, através do diálogo e da persuasão – uma vez que nenhum dos Estados da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul tinha condições para exercer vigilância sobre a circulação de submarinos nucleares norte-americanos ou soviéticos (Castro, 1998).

Finda a Guerra Fria, na década de 1990, a ZOPACAS promoveu a operação ATLANSUR, que consistiu em manobras militares conjuntas entre as armadas do Atlântico Sul com o objetivo de reforçar a cooperação entre as duas margens do oceano. A operação teve uma segunda edição em junho de 1995, a ATLANSUR II, na qual navios de guerra do Brasil, Argentina e Uruguai se juntaram aos da África do Sul para a operação naval mais importante até então realizada em águas sul-africanas (Castro, 1998). No entanto, a

aliança só viria a conhecer maior dinamismo a partir de 2007, com a atenção internacional para as apelidadas de “novas ameaças” do Atlântico Sul – narcotráfico, pirataria, tráfico de armamento e de seres humanos – e na sequência da crescente importância que a região vinha adquirindo na geopolítica mundial, uma vez que passou a ser percebida como uma das áreas mais ricas e menos exploradas do planeta (Almeida e Bernardino, 2013).

A presidência angolana da ZOPACAS em 2007 veio reforçar a importância da cooperação económica, das parcerias para o desenvolvimento sustentável, da prevenção de crimes e combate ao narcotráfico, do comércio ilícito de armamento ligeiro, bem como do crime organizado transnacional, no qual se inclui a pirataria marítima (Barbosa, 2015). Neste sentido, caracterizou-se pela promoção de ações concretas no âmbito da proteção ambiental, segurança marítima, desnuclearização e solução pacífica de conflitos entre países membros.

Todavia, um dos pontos mais importantes foi a designada “Iniciativa de Luanda de 2007”, que constituiu o início de um processo conhecido como “Plano de Ação de Luanda” no qual os Estados-membros se comprometem a garantir “(...) a implementação dos projetos nas áreas dos mapeamentos e exploração de fundos marítimos” (Almeida e Bernardino, 2013, p. 54).

Na VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, e última até à data, realizada em Montevideo em janeiro de 2013, o Uruguai assumiu a presidência da organização. Uma vez mais, a questão da segurança marítima foi o assunto em destaque, nomeadamente no que respeita ao tráfico de estupefacientes entre a América Latina e a África Ocidental e ao fenómeno da pirataria no Golfo da Guiné. O Ministério das Relações Exteriores do Uruguai promoveu o debate sobre “mecanismos de cooperação concretos com resultados visíveis, abordando temas ambientais, de segurança aeroportuária e marítima, mapeamento e exploração de solos marinhos e combate ao crime organizado transnacional” (Almeida e Bernardino, 2013).

Por sua vez, o então ministro das Relações Exteriores do Brasil, António Patriota, destacou o facto de a ZOPACAS não excluir a cooperação com outros países externos à organização, inclusivamente no que concerne a questões de paz, de desarmamento, de cooperação ou de desenvolvimento económico e afirmou ainda que o Brasil poderia desenvolver um programa de capacitação de recursos humanos na vertente técnica e operacional para os nacionais dos países membros da organização (Costa, 2013).

De acordo com o investigador brasileiro Murilo Gomes da Costa, o Brasil considerava, então, a ZOPACAS um instrumento de projeção de poder, marcando frequentemente presença nos discursos do Ministério das Relações Exteriores (MIREX), a “percepção dominante do projeto Brasil é a de um Atlântico Sul vazio estratégico e que é urgente preencher” (Bessa, 2011, p. 147). Já o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN)¹⁰ de

10 “O Atlântico Sul tem identidade histórica e características estratégicas próprias. A Resolução n.º 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas conclama os estados militarmente significativos de outras regiões a não introduzirem armamentos nucleares ou outros armamentos de destruição em massa no Atlântico Sul. Sua presença militar nesse oceano deve ser reduzida e, futuramente, eliminada. Conflitos e rivalidades estranhos ao Atlântico Sul não devem ser projetados sobre eles por estados situados em outras regiões. Ao

2010, documento orientador da estratégia para a defesa do Brasil, definia o Atlântico Sul como uma região estratégica, indissociável dos interesses brasileiros, tornando imperiosa a manutenção da paz e da segurança.

“Analisando a importância do Atlântico Sul na formulação estratégica brasileira, o Brasil possui, na vertente atlântica, uma ampla gama de interesses que integram a dimensão do exercício da soberania nas fronteiras marítimas. Dentre os principais objetivos brasileiros no Atlântico Sul destacam-se: a manutenção da integridade do patrimônio nacional que inclui, além do mar territorial e patrimonial, as águas, solo e subsolo da plataforma continental; a garantia de livre-trânsito para o comércio exterior brasileiro; e a exploração das potencialidades econômicas, que inclui recursos naturais e intercâmbio comercial; projeção que garanta a vigilância sobre as linhas de comunicação marítima que dão acesso ao território brasileiro” (Costa, 2013, p. 4).

Murilo Gomes da Costa considera que as intenções brasileiras de projeção no Atlântico Sul baseiam-se no facto de o país possuir uma das Marinhas melhor equipadas da região, potenciada pela dimensão da sua ZEE¹¹. Neste contexto, importa referir que a Estratégia Nacional de Defesa de 2008 (Decreto N.º 6703, de 18 de dezembro de 2008) atribuía à Marinha brasileira as missões de negação do uso do mar, controlo das áreas marítimas e projeção de poder (Costa, 2013), objetivos plasmados nos projetos em curso como o “Programa Nuclear da Marinha”¹², o “Núcleo do Poder Naval” e o “Sistema de Gerenciamento da Amazónia Azul”.

O Programa Nuclear da Marinha, iniciado em 1979, divide-se em dois grandes projetos: o domínio do Ciclo do Combustível Nuclear e o Laboratório de Geração Nucleo-Elétrica (Labgene), sendo que o Brasil domina todo o ciclo de produção do combustível nuclear, usando material nacional. Em 2012, a Marinha brasileira inaugurou a Unidade Piloto Hexafluoreto de Urânio (Usexu), a última etapa para o domínio pleno desse ciclo. Este laboratório tem como objetivo desenvolver a capacidade tecnológica para o projeto, construção, operação e manutenção do reator nuclear do tipo PWR (*Pressurized Water Reactor*), que será empregue na propulsão dos primeiros submarinos nucleares (SN-BR) construídos no Brasil (Costa, 2013).

Em dezembro de 2014, a então presidente Dilma Rousseff inaugurou o edifício principal do Estaleiro de Construção de Submarinos, na Base Naval da Marinha no Estado do Rio de Janeiro, em Itaguaí, onde se previa a construção de cinco submarinos nucleares, representando um investimento de 28.000 milhões de reais, cerca de 8.875 milhões de euros (Agência Brasil, 2014). Este novo equipamento terá como principal missão a defesa

renovar seu envolvimento com esses preceitos multilaterais, o Brasil deseja contribuir, de forma responsável e em colaboração com seus parceiros da ZOPACAS, para o aproveitamento do potencial de desenvolvimento socioeconómico da região do Atlântico Sul” (Costa, 2013, p. 4).

11 A ZEE brasileira tem aproximadamente 4.500.000 km², incluindo arquipélagos. Comparativamente, a ZEE do Chile tem cerca de 2.000.400 km² e a da Argentina aproximadamente 1.100.000 km² (Sea Around Us Project, s.d.).

12 Em reação ao anúncio em setembro de 2009 da construção de submarinos nucleares por parte do Brasil, em junho de 2010 a Argentina anunciou a adoção da propulsão nuclear para os seus navios e esperava ter um submarino nuclear antes de 2020, data prevista pelo vizinho Brasil (Pinto, 2010).

da ZEE brasileira, sobretudo nas regiões de exploração de hidrocarbonetos (pré-sal). Prevê-se que o primeiro submarino esteja operacional em 2023.

No que concerne ao Núcleo do Poder Naval, tem como propósito modernizar e ampliar a capacidade operacional da Marinha brasileira, através da aquisição de material militar e melhoramento das infraestruturas.

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, como o próprio nome sugere, consiste num conjunto de sistemas que tem como objetivo melhorar a capacidade de monitorização e controlo da ZEE e das regiões de busca e salvamento sob a responsabilidade do Brasil, numa área de quatro milhões e meio de quilómetros quadrados. Utiliza satélites, radares e equipamentos de monitorização subaquática.

As autoridades brasileiras consideram que o ambiente geoestratégico do Atlântico Sul é complexo e que se deve ter em atenção o cordão de ilhas tuteladas pelo Reino Unido, com destaque para Ascensão, que serve de base para operações militares inglesas e norte-americanas no Atlântico Sul, América do Sul e África. Neste sentido o Brasil valoriza o espaço comum do Atlântico Sul pelo grande potencial que encerra para o desenvolvimento socioeconómico dos países costeiros e que esse potencial deveria ser alcançado por meio da cooperação entre os Estados-membros da ZOPACAS.

Neste quadro, na VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, o então ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, destacou a relevância das iniciativas bilaterais e multilaterais na área de Defesa no contexto da organização afirmando “Se nós não nos ocuparmos da paz e segurança no Atlântico Sul, outros vão se ocupar. E não da maneira que nós desejamos: com a visão de países em desenvolvimento que repudiam qualquer atitude colonial” (Costa, 2013, p. 11).

Celso Amorim propôs aos países membros da organização durante a Reunião de Montevideu um conjunto de iniciativas que visavam reforçar a cooperação entre os mesmos, nomeadamente a partilha da experiência brasileira nas áreas do levantamento das plataformas continentais, da capacitação em busca e salvamento em alto mar, em operações de paz e de vigilância marítima através de centros dotados com a tecnologia *Long Range Identification and Tracking* (LRIT) (Costa, 2013).

Em resultado desta proposta, em janeiro de 2013, numa visita oficial a Angola, Celso Amorim anunciou que o Brasil iria apoiar as autoridades angolanas na reestruturação da indústria de defesa, com o objetivo de reduzir a dependência externa das forças armadas relativamente à aquisição de equipamento. Já em fevereiro do mesmo ano, o ministro da Defesa brasileiro realizou uma visita oficial de dois dias a Windhoek (Namíbia), tendo reunido com o seu homólogo namibiano. Ambos manifestaram a intenção de incrementar o número de exercícios militares e de ampliar projetos conjuntos na área industrial, com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva e operacional dos dois países no setor da defesa¹³. Dois meses mais tarde, em abril de 2013, durante a LAAD Defense and

13 Em 1994, Brasil e Namíbia tinham assinado um acordo na área da defesa, com o objetivo de criar e fortalecer a componente naval do Ministério da Defesa da Namíbia. O reforço da cooperação manifestado durante a visita oficial decorre do referido acordo (Ministério da Defesa do Brasil, 2013).

Security – Feira Internacional de Defesa e Segurança, Rio de Janeiro –, o ministro da Defesa brasileiro assinou acordos com os países vizinhos e com Estados africanos, nomeadamente com o Senegal, para o fornecimento de equipamento e formação de oficiais e praças da Marinha senegalesa.

Segundo Murilo Gomes da Costa, a ZOPACAS acabou por se tornar um instrumento de legitimação da investigação científica no campo militar e de modernização das forças armadas dos seus Estados-membros, sobretudo a partir de 2007, com a atenção da sociedade internacional voltada para as “novas ameaças” à segurança no espaço marítimo. Por outro lado, consistiu igualmente numa zona de afirmação do Brasil enquanto protagonista da organização, em virtude da dimensão do seu efetivo e estádio de desenvolvimento das suas forças armadas, que acabam por constituir-se como modelos a exportar para os demais países da ZOPACAS.

No entanto, desde 2013 que a organização tem estado inerte, não tendo sido organizada nenhuma atividade nem reunião desde Montevidéu. A mudança de liderança política no Brasil não será despiçienda a esta inércia, uma vez que os Estados africanos do Atlântico Sul perderam algum protagonismo na política externa brasileira.

1.2.2.2. A Comissão do Golfo da Guiné (CGG)

Em virtude da necessidade de maior segurança no Golfo da Guiné, especialmente no que respeita à produção de hidrocarbonetos, como verificámos anteriormente, Angola, Camarões, República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné-Equatorial, Nigéria e São Tomé e Príncipe, todos eles produtores ou detentores de reservas de hidrocarbonetos, fundaram, em 3 de julho de 2001, a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) em Libreville, Gabão, durante a Cimeira dos Chefes de Estado dos países da região. A CGG é assim um mecanismo permanente de consulta e negociação com o objetivo de desenvolver uma cooperação estratégica para a segurança regional, para a prevenção, gestão e resolução de conflitos regionais – fronteiras, exploração de recursos naturais –, bem como para a promoção da segurança coletiva na área, particularmente na vertente marítima (Almeida e Bernardino, 2013).

“Article 3 : Objectif

La Commission a pour objectifs de:

- a) Renforcer les liens de coopération et de solidarité qui existent entre les Etats membres;
- b) Créer les conditions de confiance mutuelle, de paix et de sécurité propices au développement harmonieux des Etats;
- c) Promouvoir une concertation étroite dans l’exploitation des ressources naturelles du Golfe, en vue d’assurer le développement économique des Etats membres et le bien-être de leurs peuples;
- d) Promouvoir la coopération sectorielle dans le cadre des dispositions du Traité instituant la Communauté Economique Africaine et l’Union Africaine et ce faisant, contribuer au développement du Continent;

- e) Harmoniser les politiques respectives des Etats Membres dans les affaires d'intérêt commun, notamment en matière de ressources naturelles;
- f) Protéger, préserver et améliorer l'environnement naturel du Golfe de Guinée et coopérer en cas de désastre naturel;
- g) Développer une politique concertée d'immigration et trouver des solutions appropriées aux problèmes qui pourraient se poser dans ce domaine;
- h) Renforcer la coopération dans le domaine des communications, notamment maritimes, en vue de faciliter les relations et les échanges entre les Etats membres et entre leurs populations:
- i) A cette fin, développer un vaste réseau de communications et assurer l'intégration des réseaux de transports" (Lei n. ° 10-2005 de 30 agosto de 2005).

Com sede em Luanda, a CGG só entrou em funcionamento em 11 de abril de 2007 encontrando-se ainda numa fase embrionária no que concerne à prossecução dos seus objetivos, dada a fragilidade, e, em alguns casos, inexistência, dos meios navais e aéreos dos seus membros, pelo que se encontra invariavelmente dependente da cooperação estrangeira.

Na Conferência de Yaoundé, Camarões, que teve lugar entre 24 e 25 de junho de 2013, os Chefes de Estado da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade Económica da África Central (CEAC) e da CGG adotaram um código de conduta – Código de Conduta de Yaoundé (CCY) – para a luta contra as ameaças à segurança marítima na região do Golfo da Guiné, tendo sido aprovada a criação de um Centro Inter-regional de Cooperação (CIC). O objetivo do CIC passa por delinear e concertar estratégias na luta contra a pirataria (France Diplomatie, 2014), uma vez que, dada a intensificação da exploração do petróleo e consequente incremento da circulação de navios petroleiros na região, registou-se um aumento dos casos de pirataria marítima, contrastando com uma redução global na região costeira da Somália a partir de 2011, que nesse ano registou cento e sessenta ataques e nenhum em 2015 (ICC, 2016).

Em sentido contrário, no Golfo da Guiné ocorreram 53 ataques em 2011, 62 em 2012 e 31 em 2015. No primeiro semestre de 2016, a região contava já com 30 casos de pirataria, com destaque para a Nigéria com 24 (ICC, 2016). Em 2019, igualmente no primeiro semestre, o cenário era idêntico, tendo o Golfo da Guiné registado 33 ataques, dos quais 21 na Nigéria (ICC, 2019).

Neste âmbito, em 1 de julho de 2014, o congresso norte-americano aprovou uma resolução que apoia o reforço da segurança marítima no Golfo da Guiné e promove a cooperação bilateral entre os EUA e os Estados da África Ocidental e Central no combate ao assalto à mão armada no mar com recurso a armas de fogo, à pirataria e a outras ameaças que se verifiquem no espaço marítimo – Congress Bill S. Res. 288. O documento enquadra o exercício marítimo Obangame Express, conduzido pelo Comando Africano dos Estados Unidos – United States Africa Command (U. S. AFRICOM) –, que tem como objetivo incrementar a segurança marítima no Golfo da Guiné através do emprego de operações e técnicas de visita e inspeção a bordo (*Boarding*).

O Obangame Express procura, assim, avaliar e melhorar a capacidade de aplicação da lei marítima internacional, procurando maximizar o envolvimento dos países signatários CCY, através da implementação de uma estratégia regional para a segurança marítima na África Central e Ocidental, através da parceria entre os 20 países que o assinaram (EMGFA, 2017). Refira-se que a edição de 2017 contou com a participação de Portugal através da fragata *NRP Álvares Cabral*, como parte do contributo para o esforço internacional de capacitação dos países do Golfo da Guiné na segurança marítima e combate às atividades ilícitas no mar (EMGFA, 2017).

Já as autoridades francesas, após a presença de mais de 20 anos na região, através da missão COYMBE, lançaram em 2011 o ASECMAR – Projeto de Apoio à Reforma do Sistema de Segurança Marítima no Golfo da Guiné –, programa de cooperação bilateral com os países da região que tem como objetivo o apoio à reforma do setor da segurança marítima.

No contexto deste projeto foi elaborado um plano de apoio francês para a segurança dos espaços marítimos com quatro eixos de cooperação: i) institucional, de capacitação e económico; ii) naval e marítimo; iii) policial e judiciário; iv) de desenvolvimento (France Diplomatie, 2014).

A cooperação brasileira, para além da formação de oficiais e praças, tem promovido a realização de exercícios aéreos e navais bilaterais e multilaterais, como o ATLANSUR (com as Marinhas da Argentina, Uruguai e África do Sul) e o IBSAMAR, com as Marinhas da Índia e da África do Sul (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2016). A última edição do IBSAMAR decorreu em outubro de 2018 (Poder Naval, 2018).

A União Europeia lançou em janeiro de 2013 uma iniciativa para o reforço da segurança no Golfo da Guiné, o Critical Maritime Routes in the Gulf of Guinea Programme (CRIMGO), com uma dotação de 4.500.000 euros provenientes do Instrumento de Estabilidade, tendo como objetivo o apoio aos governos daquela região no incremento da segurança das rotas marítimas, através do treino das respetivas Marinhas e/ou Guardas Costeiras e do estabelecimento de uma rede de troca de informações entre os países (Comissão Europeia, 2013). Esta iniciativa foi sustentada pelo facto de 13% do petróleo e 6% do gás natural importados pelos Estados-membros terem origem no Golfo da Guiné (*Idem*).

Deste modo, a CGG tem vindo a beneficiar, ainda que indiretamente, destes programas de cooperação bi e multilaterais, porém encontra-se num patamar bastante inferior ao da ZOPACAS. Consideramos, no entanto, que o CIC poderá ter um papel importante na organização, promovendo maior dinamismo, ao mitigar uma das suas principais vulnerabilidades – a dificuldade de coordenação entre os seus membros.

1.3. A Convenção de Montego Bay e a Extensão da Plataforma Continental no Atlântico Sul: Linhas de Fricção

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ou Convenção de Montego Bay, é um Tratado internacional que resultou da III Conferência da ONU sobre o Direito do Mar (1973-1982) e procura promover a codificação da parte do Direito Inter-

nacional Público relativa aos espaços marítimos. Assinada em 1982, entrou em vigor em 16 de novembro de 1994, tendo sido ratificada pelo Presidente da República Portuguesa em 14 de outubro de 1997 (Decreto do Presidente da República n.º 67-A/97 de 14 de outubro de 1997).

O documento delimita as zonas marítimas – mar territorial, zona contígua, zona económica exclusiva e plataforma continental – e regulamenta a manifestação da soberania sobre as mesmas. Relativamente à soberania do Estado costeiro, a convenção determina que esta se prolonga além do seu território e das suas águas interiores e, no caso de Estado arquipélago¹⁴, das suas águas arquipelágicas, a uma zona de mar adjacente designada por mar territorial. Esta soberania abrange o espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial, bem como o leito e o subsolo do mesmo, exercida em conformidade com a convenção e as demais normas de direito internacional.

“Na generalidade, a prática internacional tem demonstrado que o ponto de partida é o método da equidistância, sendo corrigido e alterado no decurso das negociações, segundo os argumentos das partes, para se alcançar um resultado equitativo que considere e corrija as especificidades geográficas. A delimitação deve realizar-se, primeiramente, através de acordo entre Estados. Seguidamente, devem considerar-se as regras do direito internacional, atentas às fontes definidas no artigo 38.º do Estatuto do TIJ e, por último, que o acordo deve desembocar numa solução equitativa. Os Estados devem tentar encontrar a solução possível através de negociações, procurando utilizar um método que traga uma resposta equitativa para as partes” (Cândido, 2012, p. 168).

Os Estados fixam a largura do seu mar territorial até um limite que não pode ultrapassar as doze milhas marítimas, medidas a partir de linhas de base determinadas em conformidade com a convenção. No entanto, as disposições relativas à delimitação apontam para a celebração de acordos entre as partes, “o que significa que a delimitação unilateral não é válida nos termos do Direito Internacional nem oponível a outro Estado” (Cândido, 2012, p. 167).

Salvo disposição em contrário, os navios de qualquer Estado gozam do direito de passagem inofensiva pelo mar territorial, desde que não seja prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado costeiro. A passagem de um navio estrangeiro será considerada prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado costeiro se o referido navio realizar, no mar territorial, qualquer ameaça ou uso da força contra a soberania, a integridade territorial ou a independência política do Estado costeiro ou qualquer outra ação em violação dos princípios de direito internacional, enunciados na Carta das Nações Unidas, bem como manobras militares, atos de propaganda e obtenção de informações em prejuízo da defesa ou da segurança do Estado costeiro, entre outros (Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 14 de outubro de 1997).

Na zona contígua ao mar territorial, que não pode prolongar-se além das vinte e quatro milhas marítimas, o Estado costeiro pode adotar medidas de fiscalização para evitar

14 De acordo com a Convenção, “Estado arquipélago” é um Estado constituído totalmente por um ou vários arquipélagos, podendo incluir outras ilhas.

infrações às leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração ou sanitários no seu território ou no seu mar territorial, bem como reprimir infrações às leis e regulamentos nessas zonas (Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 14 de outubro de 1997).

Adjacente ao mar territorial situa-se a zona económica exclusiva (ZEE) que não pode prolongar-se além das duzentas milhas marítimas desde as linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial. Encontra-se sujeita ao regime jurídico específico segundo o qual os direitos e a jurisdição do Estado costeiro e os direitos e liberdades dos demais Estados são regidos pelas disposições da Convenção (*Idem*).

Na ZEE, o Estado costeiro tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins económicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos, bem como jurisdição, em conformidade com as disposições da convenção, para colocação de estruturas, ilhas artificiais, instalações, investigação científica marinha, bem como preservação e proteção do meio marinho.

Já a plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, não podendo exceder as 350 milhas marítimas a partir desta base. Os pontos fixos que constituem a linha dos limites exteriores da plataforma continental no leito do mar devem estar situados a uma distância que não exceda 350 milhas marítimas da linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial ou uma distância que não exceda 100 milhas marítimas de isóbata de 2.500 metros, que é uma linha que une profundidades de 2.500 metros (*Idem*).

A margem continental compreende o prolongamento submerso da massa terrestre do Estado costeiro e é constituída pelo leito e subsolo da plataforma continental, pelo talude e pela elevação continentais. Contudo não compreende nem os grandes fundos oceânicos, com as suas cristas oceânicas, nem o seu subsolo (Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 14 de outubro de 1997). A delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente deve ser feita por intermédio de um acordo, em conformidade com o direito internacional a que se faz referência no artigo 38.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, a fim de se alcançar uma solução equitativa.

Em caso de necessidade de obtenção de informações sobre os limites da plataforma continental além das duzentas milhas marítimas, o Estado costeiro deve submeter um pedido de informação à Comissão das Nações Unidas para os Limites da Plataforma Continental – Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS). O Estado deve ainda depositar mapas e informações pertinentes, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, incluindo dados geodésicos, que descrevam permanentemente os limites exteriores da sua plataforma continental.

Por último, o Estado costeiro exerce direitos de soberania sobre a plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais, sendo que esses direitos são independentes da sua ocupação real ou fictícia ou de qualquer declaração expressa. No entanto, os referidos direitos sobre a plataforma continental não afetam o regime jurídico das águas sobrejacentes do espaço aéreo acima dessas águas (*Idem*).

Neste sentido, os Estados costeiros, no exercício da sua jurisdição, têm o direito de regulamentar, autorizar e realizar investigação científica marinha na sua zona económica exclusiva e na sua plataforma continental em conformidade com as disposições pertinentes da Convenção. Assim, a investigação científica marinha na ZEE e na plataforma continental deve ser realizada com o consentimento do Estado costeiro (Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 14 de outubro de 1997).

Em sentido oposto, no que concerne ao alto mar, a convenção determina que este é aberto a todos os Estados, independentemente da sua relação com o mar:

1 – O alto mar está aberto a todos os Estados, quer costeiros, quer sem litoral. A liberdade do alto mar é exercida nas condições estabelecidas na presente Convenção e nas demais normas de direito internacional. Compreende, inter-alia, para os Estados quer costeiros, quer sem litoral:

- a) Liberdade de navegação;
- b) Liberdade de sobrevoo;
- c) Liberdade de colocar cabos e ductos submarinos nos termos da parte VI;
- d) Liberdade de construir ilhas artificiais e outras instalações permitidas pelo direito internacional, nos termos da parte VI;
- e) Liberdade de pesca nos termos das condições enunciadas na secção 2;
- f) Liberdade de investigação científica; nos termos das partes VI e XIII;

2 – Tais liberdades devem ser exercidas por todos os Estados, tendo em devida conta os interesses de outros Estados no seu exercício da liberdade do alto mar, bem como os direitos relativos às atividades na área previstos na presente Convenção (Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 14 de outubro de 1997).

No entanto, o alto mar só pode ser utilizado para fins pacíficos e não poderá ser alvo de reivindicações de soberania. Todavia, todos os Estados costeiros devem promover a criação e a manutenção de um serviço de busca e salvamento adequado e eficaz, com o intuito de garantir a segurança marítima e aérea, mesmo em alto mar, bem como, para o efeito, cooperar com os Estados vizinhos por meio de acordos regionais. No caso de ameaça à segurança, como por exemplo a pirataria em alto mar, ou em qualquer outro lugar que não se encontre sob a jurisdição de um Estado, tráfico de estupefacientes ou tráfico de armamento, todos os Estados devem cooperar, na forma que lhes for possível, na repressão destes ilícitos (*Idem*).

Regressando à plataforma continental e no caso concreto do Atlântico Sul, especificamente dos atores com interesses na Antártida, refira-se que Brasil, Uruguai, Argentina

e Reino Unido submeteram as suas propostas à CLCS para a extensão das respetivas plataformas continentais para além das duzentas milhas marítimas¹⁵.

Apesar de a Convenção de Montego Bay privilegiar o entendimento entre países vizinhos para a determinação de limites no que concerne aos espaços marítimos, duas destas submissões não têm merecido consenso, são elas as da Argentina e do Reino Unido, uma vez que não só se sobrepõem – Falkland, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul –, como as relações diplomáticas entre ambos os países são tensas devido à questão das Falkland/Malvinas, fatores que têm dificultado a negociação.

Por outro lado, a submissão argentina causou igualmente polémica ao reclamar a extensão da plataforma continental na região que as autoridades daquele país consideram como “Antártida Argentina”, ou seja, a região da Península Antártica, continente onde as reivindicações territoriais se mantêm suspensas desde 1961.

Neste sentido, foram várias as reações à submissão argentina. A Missão Permanente do Reino Unido e da Irlanda do Norte junto das Nações Unidas, em 6 de agosto de 2009, rejeitou a referida submissão, afirmando que o Reino Unido mantém a soberania sobre as Falkland, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, bem como sobre as suas zonas marítimas, solicitando à CLCS que não considerasse a proposta da Argentina relativamente às áreas junto dos referidos arquipélagos (Missão Permanente do Reino Unido e Irlanda do Norte junto das Nações Unidas, 2009).

Por sua vez, os EUA, que não ratificaram a Convenção de Montego Bay, não reconhecem nenhuma manifestação de soberania sobre a Antártida e, por conseguinte, rejeitam a proposta da Argentina no que se refere à “Antártida Argentina”. Na mesma linha que os EUA e pelos mesmos motivos, também a Federação Russa, Índia, Países Baixos e Japão, todos eles membros da Convenção, rejeitam a submissão argentina em torno da Península Antártica.

Em resposta à rejeição britânica, a Argentina defende a sua soberania sobre os arquipélagos das Falkland/Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, num ofício datado de 8 de agosto de 2012.

“(…) the Argentine Republic reiterates the content of its note of 20 August 2009, in which it objected to the British submission to the Commission concerning the Malvinas Islands, South Georgia Islands and South Sandwich Islands, and recalls that those archipelagos and the surrounding maritime areas are an integral part of the national territory of the Argentine Republic and that, being illegally occupied by the United Kingdom, they are the subject of a sovereignty dispute between the two countries, which has been repeatedly recognized in declarations by the United Nations and other international forums and organizations. The Argentine Republic reaffirms its rights to sovereignty over the Malvinas Islands, South Georgia Islands and South Sandwich Islands and the surrounding maritime areas and over the Argentine Antarctic Sector. Furthermore, it

15 Brasil: 17 de maio de 2004; Uruguai: 7 de abril de 2009; Argentina: 21 de abril de 2009; África do Sul: 5 de maio de 2008; Reino Unido: 9 de maio de 2008 para a ilha de Ascensão e 11 de maio de 2009 para as Falkland, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul.

rejects all claims of sovereignty by the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland over Antarctic Territory” (Missão Permanente da Argentina junto das Nações Unidas, 2012).

Em 23 de agosto de 2012, o Reino Unido respondeu ao referido ofício, mantendo a sua posição inicial e argumentando que não apresentava dúvidas relativamente à sua soberania sobre os territórios em questão, reiterando o pedido à CLCS para não considerar a submissão argentina.

Reconhecendo a disputa de soberania entre a Argentina e o Reino Unido, a OAS, juntamente com as Nações Unidas, tem apelado à renegociação para que se alcance uma solução justa, pacífica e definitiva (Lampreia, 2016). Contudo, não obstante a ausência de consenso entre as posições britânica e argentina, em 11 de março de 2016 a CLCS divulgou as recomendações relativamente à submissão deste país sul-americano, tendo aprovado parte das propostas em torno das ilhas Falkland/Malvinas, mas sem se pronunciar vinculativamente sobre a Península Antártica (CLCS, 2016).

“Based on its considerations of technical and scientific documentation contained in the Submission of Argentina and the additional scientific and technical data and information provided in documents (...), the Commission concludes that, in Rio de la Plata Craton passive volcanic continental margin region, the FOS points (...) fulfil the requirements of article 76 of the Guidelines. The Commission recommends that these FOS points should form the basis for the establishment of the outer edge of the continental margin in the Rio de la Plata Craton passive volcanic continental margin region” (CLCS, 2016, p. 12).

As autoridades chilenas criticaram a decisão da CLCS relativamente à submissão argentina referindo, na pessoa do ministro dos Negócios Estrangeiros, que a deliberação daquele órgão contradiz a própria convenção no que respeita ao arquipélago das Falkland/Malvinas, que o Chile considera atualmente território britânico. No que respeita à plataforma continental antártica, o governo chileno adotou uma atitude conciliadora, argumentando que as reivindicações territoriais se encontram suspensas pelo que todas as negociações têm de ser trabalhadas num espírito de consenso entre todos os membros consultivos, à semelhança do que tem ocorrido com os demais assuntos que envolvem a Antártida (Merco Press, 2016).

Deste modo, respondendo a uma das perguntas desta investigação, que linhas de fricção e focos de tensão existem atualmente na Antártida? podemos afirmar que existem efetivamente linhas de fricção que têm perdurado no tempo e que a extensão da plataforma continental em torno da Península Antártica e dos arquipélagos disputados pelo Reino Unido e Argentina é uma delas. Outra linha de fricção ou potencial foco de tensão, não menos importante, prende-se com as reivindicações territoriais sobrepostas na região da Península Antártica, disputada pela Argentina, Chile e Reino Unido, como verificaremos adiante.

Relativamente, ao impacto da expansão da plataforma continental nas estratégias dos países com interesses na Antártida, outra das perguntas colocadas no início do presente estudo, constatamos que na prática esse impacto reflete-se essencialmente nas relações

diplomáticas, uma vez que as submissões em torno do “continente gelado” se encontram sobrepostas, sem que tenha sido possível até à data alcançar um consenso entre Argentina e Reino Unido, tal como previsto na convenção. No entanto, se a partir de 2041, na sequência da revisão do Tratado da Antártida, as reivindicações territoriais forem permitidas e ainda não tenha sido atingido um consenso, não se exclui que as linhas de fricção entre aqueles países possam vir a acentuar-se.

Em suma, o Atlântico Sul é um oceano rico em recursos naturais, especialmente hidrocarbonetos, encerrando em si importantes rotas marítimas. Nele é visível a importância dos fatores físico, recursos naturais e circulação, especialmente nos *choke points* junto à Antártida, considerados particularmente estratégicos por Therezinha de Castro.

É assim um espaço geopolítico apetecível, razão pela qual tem conhecido focos de tensão e de conflitualidade. E a Antártida? Qual será a sua relevância neste espaço? Que fatores contribuirão para a mesma? Procuraremos dar resposta a estas questões no próximo capítulo.

Capítulo 2

A Antártida

2.1. O Continente Antártico

2.1.1. Os Fatores Físico e Recursos Naturais

Com cerca de 14 milhões de km² – extensão que pode duplicar durante o Inverno com a formação da plataforma de gelo – e 4.500 km de diâmetro, a Antártida¹⁶ é o quarto maior continente do planeta. Apresenta uma forma relativamente circular, dividindo-se em duas grandes regiões: a Antártida Ocidental, ou Menor e a Antártida Oriental, ou Maior, delimitadas nos extremos pelos mares de Weddell e de Ross e pelas montanhas Transantárticas, cordilheira que atravessa o continente numa extensão de 3.200 km. Centrando-se no Polo Sul, é banhada pelo Oceano Glacial Antártico, que se constitui como o prolongamento meridional dos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico (National Geographic Portugal, 2012d).

A Antártida é o continente mais frio¹⁷, com a taxa de humidade mais baixa e com a maior média de altitude e de índice de ventos fortes do planeta. Representando cerca de 10% da superfície da Terra e 30% da massa terrestre do hemisfério sul (Gaspar, 2010), a espessura do seu manto de gelo supera, em média, os 2.000 m, alcançando os 5.000 m na região de Adélia, na Antártida “Francesa”. Curiosamente, apesar de armazenar 70% da água doce do planeta e 90% da criosfera, superfície terrestre constituída por água no estado sólido, é uma região mais árida do que o deserto do Saara, com ventos secos que atingem cerca de 300 km por hora nos planaltos (National Geographic Portugal, 2012d).

No centro do continente, o Sol nasce uma vez por ano, em 21 de setembro, sendo o seu ocaso seis meses mais tarde, em março, período que equivale ao verão antártico e durante o qual as temperaturas médias sobem até aos -30°C nas regiões interiores e 0°C nas zonas costeiras. Os restantes seis meses correspondem ao inverno, estação do ano em que é sempre noite na Antártida e onde as temperaturas atingem, em média, -65°C no interior e -20°C nas regiões da orla costeira (Gaspar, 2010).

Continente de condições atmosféricas extremas, é parco em vida terrestre, apenas existindo duas plantas endémicas: o pasto antártico (*Deschampsia antarctica*) e o clavelito antártico (*Colobanthus quintensis*), sendo que a restante flora se resume a fungos, líquenes, musgos e alguns microrganismos e insetos (Gaspar, 2010). Não obstante, as regiões cos-

16 O nome grego deste continente, *Antarktos*, significa oposto à ursa – oposto a *arktos* (urso = Ártico) – em referência à constelação Ursa Menor, cuja Estrela Polar indica o norte geográfico.

17 Em julho de 1983 a base russa de Vostok, na região oriental, registou a temperatura recorde de -89,2°C e, mais recentemente, em agosto de 2010, este recorde foi ultrapassado na região do Grande Planalto Leste, entre os cumes Argus e Fuji, onde foram registados -93,2°C (Público, 2013).

teiras e as suas águas albergam uma biodiversidade extraordinária, composta por milhões de aves marinhas – entre elas albatrozes e pinguins – e de mamíferos como focas, leões-marinhos e várias espécies de baleias. Esta riqueza animal deve-se sobretudo à presença abundante de *krill*, um pequeno crustáceo que constitui a principal fonte de alimento das baleias e do peixe (National Geographic Portugal, 2012d).

As características polares prolongam-se para norte, até à designada Convergência Antártica, limite natural entre as regiões antárticas e subantárticas, onde as águas geladas do Sul encontram águas mais tépidas, mergulhando sob estas. Esta região, com aproximadamente 20 a 30 milhas marítimas de largura (varia consoante as estações do ano), cruza os oceanos Atlântico, Pacífico e Índico entre as latitudes 48° e 61° S, formando uma zona de delimitação biológica de formas de vida aquática e de aves marinhas, separando espécies adaptadas às águas frias polares menos salgadas das que habitam águas mais tépidas e salgadas (Gaspar, 2010).

É na zona de Convergência Antártica que se encontram as ilhas Shetlands do Sul, as Orcadas do Sul, as Sandwich do Sul e as Geórgia do Sul, áreas de investigação científica por excelência, não só pela sua biodiversidade e recursos minerais, mas igualmente por questões geopolíticas.

Já a Península Antártica, segundo o investigador Jack Child, devido aos seus recursos naturais, clima mais ameno comparativamente com o interior do continente e proximidade relativamente à América do Sul – *choke point* Passagem de Drake/Estreito de Magalhães – é o território antártico mais valioso e o mais cobiçado, sendo reivindicado em simultâneo pela Argentina, pelo Chile e pelo Reino Unido, que não pretendem abdicar das suas pretensões (Child, 1988). De acordo com o autor, a concretizar-se a autorização da exploração de petróleo e de gás, aquela região seria certamente uma das potenciais candidatas à construção de campos petrolíferos e de gás, dadas as condições climáticas menos rigorosas, em comparação com o interior do continente.

Apesar de inóspita, a Antártida desempenha um papel fundamental na determinação do clima no hemisfério sul – e no condicionamento do clima global – uma vez que é desta região que partem massas de ar de alta pressão (frias) em direção ao Equador, equilibrando os sistemas de baixa pressão (quentes), fenómeno que provoca chuvas de verão na América do Sul e em África, por exemplo. O seu frágil ecossistema tem sido alvo de debate internacional, uma vez que paralelamente aos santuários de fauna e flora, existem importantes depósitos de carvão, gás natural e petróleo *offshore* de valor comercial inestimável.

Após o choque petrolífero do final da década de 1970, Raúl Cortés Rivera, geólogo da Empresa Nacional de Petróleo do Chile, afirmava que a plataforma continental da Antártida, junto aos mares de Ross e de Weddell, poderia ter depósitos de hidrocarbonetos, sobretudo metano, passíveis de serem explorados no futuro assim que a tecnologia o permitisse. Cortés Rivera referia que estudos geoquímicos desenvolvidos na área da plataforma na ilha de Livingston, no arquipélago das Shetlands do Sul, revelaram um “potencial interessante” no que respeitava a presença de hidrocarbonetos (*roca madre*) (Rivera, 1977).

O autor separava igualmente o continente antártico em duas áreas distintas, Antártida Oriental e Antártida Ocidental, salientando que esta última seria mais rica em hidrocarbonetos – não despreciando os avanços tecnológicos nesta área, esta afirmação terá provavelmente despertado o interesse de muitos países, sobretudo dos que mais sentiram o efeito do choque petrolífero –, designadamente junto à Península Antártica: “Hacia el Oeste de la Península Antártica la plataforma continental es, sin duda, atractiva en cuanto a posibles acumulaciones de hidrocarburos, especialmente en los sectores más amplios, como los de los mares de Bellingshausen y Amundsen, como también el de lo Mar de Ross” (Rivera, 1977, p. 266).

Apesar de, à data da elaboração daquele artigo, a tecnologia associada à indústria petrolífera já permitir estudos sísmicos e explorações em *offshore*, o autor considerava que “Modernas técnicas pueden permitir realizar trabajos de sísmica marina y ejecutar perforaciones exploratorias en muchos lugares costa-afuera de la Antártica (...) Los problemas logísticos y el bajo tiempo efectivo de estos trabajos en un medio extremadamente hostil constituyen (...) factores que pesan entremente en el costo de la exploración” (Rivera, 1977, p. 267).

Rivera reconhece que a exploração de hidrocarbonetos não seria economicamente viável naquela fase. Porém, afirma que seria uma questão de tempo até que a atenção das empresas petrolíferas se orientasse para a Antártida, pelo que antevia uma corrida à exploração destes recursos, com uma clara vantagem para os maiores investidores na prospeção (Rivera, 1977).

Na mesma linha, mas em 2005, o investigador da Universidade de Siena, Roberto Bargagli, estimava que os depósitos de ouro, cobre, níquel, urânio e ferro presentes na Austrália Oriental e os depósitos de prata, chumbo, cobre e zinco da Austrália Central, podiam existir igualmente na Antártida Ocidental (Bargagli, 2005).

A Península Antártica é frequentemente considerada uma das zonas mais importantes no que respeita aos recursos minerais, dado que apresenta características tectónicas e geológicas semelhantes às existentes na cordilheira dos Andes, região que encerra alguns dos maiores depósitos mundiais de cobre, antimónio, estanho, molibdénio, prata, chumbo, ferro, tungsténio, zinco e ouro. Foram identificadas mineralizações de cobre na região noroeste da Península Antártica, bem como nas ilhas Shetlands do Sul, Rei Jorge e Anvers, embora o potencial de exploração seja ainda desconhecido (Bargagli, 2005).

No entanto, com o objetivo de impedir a exploração dos recursos naturais e, consequentemente, a destruição daquele *habitat*, foi assinado em 1991 em Madrid, pelos subscritores do Tratado da Antártida de 1959¹⁸, o Protocolo de Proteção do Meio Ambiente – PEP, na sua designação inglesa –, que proíbe a exploração de recursos minerais por um período de 50 anos (Vieira, 2006a), tema que será desenvolvido mais adiante neste capítulo.

Poderão os recursos existentes converter-se em focos de tensão? questionávamos no início desta investigação. De acordo com o documento *Global Strategic Trends – Out to*

18 Os membros, ou signatários, originais são a África do Sul, a Argentina, a Austrália, a Bélgica, o Chile, os EUA, a França, o Japão, a Noruega, a Nova Zelândia, o Reino Unido e a URSS.

2045, editado pelo Ministério da Defesa britânico (United Kingdom Ministry of Defence, 2014), embora o Tratado da Antártida proíba explicitamente a extração de minerais e hidrocarbonetos: “(...) the potential for their extraction in Antarctica is likely to become a significant influence on the region’s geopolitics in the coming decades. (...) Any proposals for exploitation could heighten political tensions in the region, and may not be accepted given the likelihood of strong opposition from certain countries and from environmental pressure groups. (...) All nations currently carrying out scientific research on Antarctica are likely to maintain a keen interest in its minerals with China foremost among them” (United Kingdom Ministry of Defence, 2014).

Contudo, o Ministério da Defesa britânico considera que embora no futuro possam surgir defensores da exploração comercial dos recursos minerais da Antártida, deverão ser alvo de fortes pressões por parte de outros Estados e atores não-estatais para manter o *statu quo* no continente, mantendo-o livre da exploração comercial, atenuando deste modo eventuais focos de tensão que possam eclodir. Assim, consideramos que mesmo comprovada a viabilidade económica da exploração comercial desses recursos, tal não deverá acontecer antes da revisão do Tratado em 2041.

Existem igualmente várias propostas que transcendem a exploração de recursos minerais, como por exemplo o turismo, a transformação da camada de gelo em água potável e o seu envio para zonas de escassez ou o aproveitamento da baixa temperatura para converter o continente num espaço planetário de armazenamento de víveres (Vieira, 2006a). Todavia, embora o aproveitamento da água potável pudesse constituir uma solução para os países que enfrentam secas severas, esta atividade teria um impacto nefasto nos ecossistemas antárticos (United Kingdom Ministry of Defence, 2014).

A relevância estratégia da Antártida é inegável, quer seja pela sua localização, quer pelos seus recursos. Se a estes dois fatores aliarmos o fator circulação analisado anteriormente no espaço geopolítico do Atlântico Sul deparamo-nos com um vasto território, localizado no extremo sul do planeta, passível de ser explorado no futuro – se o Tratado da Antártida o permitir – e importante no controlo dos navios que circulam através dos *choke points* do Atlântico Sul. Perante estes argumentos, é natural que tenha atraído desde muito cedo a atenção dos países que hoje se encontram presentes no terreno.

2.1.1.1. O Impacto das Alterações Climáticas no Continente Antártico

É sobre a Antártida que se localiza o apelidado “Buraco do Ozono”, uma metáfora criada por cientistas para designar uma área onde a concentração de ozono diminui todos os anos abaixo das 200 unidades de Dobson¹⁹. Ao longo do ano, nas latitudes médias, a quantidade de ozono pode variar entre as 200 e as 500 unidades de Dobson; porém, na Antártida já foram registados valores abaixo das 100 unidades (Instituto Português do Mar e da Atmosfera, s.d.; Lindsey, 2016).

Esta diminuição é mais acentuada no final do inverno antártico, normalmente na primeira semana de outubro, e caracteriza-se por uma redução quase total da camada de

19 1 unidade Dobson = 2 .687 E16 moléculas/cm².

ozono na baixa estratosfera, entre os 12 e os 20 km de altitude e por uma diminuição substancial da camada de ozono entre a superfície terrestre e o topo da atmosfera (WMO, 2014; Bargagli, 2005). O ozono tem a capacidade de absorver grande parte da radiação solar ultravioleta B (UV-B), pelo que a sua redução pode provocar efeitos nocivos nos seres vivos.

Pese embora as medidas implementadas pelo Protocolo de Montreal (1989), que visa recuperar a camada de ozono para os níveis da década de 1980 e obriga os 192 países signatários a reduzir a produção e uso de substâncias destruidoras – como os clorofluorcarbonetos (CFC), usado sobretudo em *sprays* – estima-se que a camada de ozono na Antártida apenas alcance os referidos níveis em 2075 (WMO, 2014), embora o “Buraco do Ozono” tenha conhecido uma redução significativa em 2015 e em 2016 (Dinis, 2016).

A radiação ultravioleta (UV), como consequência da redução da camada de ozono, afeta diretamente os *habitats* das águas pouco profundas no continente antártico (Gutt *et al.*, 2014). Uma projeção de longo prazo para a região revela que no período de um século, se a camada de ozono não aumentar substancialmente, os *habitats* de espécies como o *krill* poderão ser afetados pelo aumento da temperatura do mar e da radiação (Gutt *et al.*, 2014).

Já os ecossistemas marinhos do Oceano Glacial Antártico têm mudado ao longo dos últimos 30 anos, sobretudo em resposta ao aumento da temperatura do oceano e à alteração da dimensão e sazonalidade das áreas marítimas geladas (Constable, 2014). No entanto, de acordo com Roberto Bargagli, a região oeste da península é a única que apresenta uma relação significativa entre temperatura do ar e extensão do mar gelado (Bargagli, 2005).

O aumento progressivo da temperatura nesta região está a afetar pequenos glaciares e plataformas de gelo, – as quais bloqueiam a luz solar e a radiação UV, encontrando-se expostas ao aquecimento da atmosfera e do mar –, bem como processos de colonização e reprodução de seres vivos, contrastando com o resto do continente.

“Of all the world’s regions, the Antarctic Peninsula is particularly sensitive to small rises in the annual average temperature, which has increased by nearly 3°C since the Antarctic Treaty was negotiated. This is about 10 times faster than the average for the rest of the world, which makes the peninsula area worthy of serious scientific scrutiny. The rapid disintegration of the Larson Ice Shelf in 2002, the collapse of the Wilkins Ice Shelf in 2008, and the calving since 1995 of giant icebergs the size of Delaware, Rhode Island, and Connecticut all graphically demonstrated the impacts that warmer waters are having around Antarctica’s perimeter ice shelves. (...). The remaining 96% of the continent, however, shows no notable signs of either temperatures rise or loss of ice, a circumstance largely attributable to the cooling effects of the ozone hole over East Antarctica” (Joyner, 2011, pp. 100-101).

Em 13 de maio de 2015, o British Antarctic Survey (BAS) referiu que após os colapsos das plataformas Larsen A em 1995 e Larsen B em 2002 (colapso parcial), a plataforma de gelo Larsen C estava a perder espessura na superfície e na base. De acordo com dados recolhidos pelos investigadores, a plataforma Larsen C perdeu uma média de qua-

tro metros de gelo entre 1998 e 2012 e cerca de um metro de altura na superfície. Em meados de dezembro de 2016, uma fissura, que tinha vindo a evoluir paulatinamente nesta plataforma, expandiu-se de forma abrupta ao longo de 18 km, levando a que uma área com cerca de 5.000 km² tenha ficado presa à Larsen C por apenas 20 km de gelo (Devlin, 2017).

A equipa responsável pelo estudo que tem vindo a monitorizar a evolução da Larsen C estima que, a manterem-se as condições atuais, a plataforma poderá colapsar dentro de um século, mas se a temperatura aumentar na região este fenómeno dar-se-á mais cedo²⁰. Já a NASA afirma que o colapso total da Larsen B pode decorrer até ao final da década (NASA, 2015).

No que respeita à fauna e flora antárticas, segundo o investigador português José Xavier, que participa igualmente num estudo desenvolvido pelo BAS sobre o efeito das alterações climáticas na região, no futuro, algas e pequenos crustáceos começarão a distribuir-se para sul, em direção à Antártida continental, à medida que a temperatura das águas mais a norte aumentar.

Quanto aos predadores de topo, como pinguins, focas e albatrozes, dependerá da sua flexibilidade para se moverem em busca de alimento, caso este fique mais longe das suas colónias de reprodução. Por outro lado, o investigador considera que nem todas as espécies serão afetadas de forma igual pelas alterações climáticas, acreditando que algumas consigam adaptar-se – o objetivo do estudo do BAS passa por compreender que espécies conseguem essa adaptação, entender como o fazem e avaliar as consequências que este fenómeno terá na estrutura e no funcionamento do oceano no futuro (Teixeira, 2015).

Relativamente às áreas geladas marítimas, aumentaram de extensão, sobretudo nos mares de Ross e de Weddell (Gutt *et al.*, 2014), onde os ventos catabáticos promovem a formação de gelo – uma mudança no padrão dos ventos poderia afetar a formação de gelo nas regiões costeiras. Por sua vez, as plataformas geladas antárticas, que contêm aproximadamente 27.000.000 km³ de gelo, suficiente para elevar 60 m o nível da água do mar, caso derretam, aumentaram 4 a 5% por década ao longo dos últimos 30 anos no Mar de Ross e diminuíram cerca de 5 a 6%, no mesmo período, na região da Península Antártica (Kennicutt e Chown, 2014; Constable *et al.*, 2014).

Estas alterações “geograficamente compensadas” têm sido estudadas por cientistas internacionais que procuram compreender as alterações climáticas através da análise do fenómeno na Antártida. Não existem ainda evidências concretas de que estas alterações no continente antártico apenas se devem às mudanças climáticas provocadas pela ação humana, porém os dados geofísicos recolhidos nas regiões polares, nomeadamente no continente antártico, permitem compreender melhor as alterações climáticas do passado, a ligação entre a concentração de gases com efeito de estufa e as temperaturas da superfície, bem como os processos físico-químicos que conduzem à formação do “Buraco do Ozono” (Bargagli, 2005).

20 Redigido em 2016. Parte da plataforma Larsen C, com uma área de cerca de 5.800 km² viria efetivamente a separar-se em junho de 2017 (Davis, 2017).

Neste contexto, decorreu em abril de 2014 a primeira edição do SCAR Antarctic and Southern Ocean Science Horizon Scan, evento que reuniu 75 cientistas e decisores políticos de 22 países e no qual foram definidas as prioridades da investigação na Antártida para as próximas duas décadas, nomeadamente: i) definir o alcance global da atmosfera da Antártida e do Oceano Glacial Antártico – qual o impacto das alterações do clima antártico noutras regiões da Terra; ii) compreender como, onde e porque perdem massa as plataformas de gelo; iii) conhecer a história da Antártida; iv) aprender como têm evoluído e sobrevivido a fauna e flora antárticas; v) observar o Universo a partir da Antártida, pelas condições de visibilidade que oferece; e, por último, vi) reconhecer e mitigar a influência humana no continente.

Estas prioridades justificarão a presença de cientistas internacionais nos próximos 20 anos bem como o empenho dos países no desenvolvimento da investigação naquele continente, sendo que este “empenho” dos Estados em aprofundar o estudo deste fenómeno constitui um fator preponderante para a tomada de decisão no contexto do Tratado, como verificaremos mais adiante (ponto 1.2.3), uma vez que um dos critérios de acesso ao estatuto de “Membro Consultivo” e de reforço deste epíteto é precisamente o investimento em investigação científica.

Assim, respondendo à questão de que forma poderão as alterações climáticas contribuir para a relevância estratégica da Antártida² é possível concluir que as mesmas podem não aumentar a relevância estratégica daquele continente, mas acabam por constituir, ainda que indiretamente, um importante instrumento de validação científica para os países que pretendem afirmar-se no Sistema do Tratado da Antártida.

2.1.2. A Antártida ao Longo da História

2.1.2.1. De *Terra Incógnita* a Continente Desejado

Apesar das referências na Grécia Antiga de Cláudio Ptolomeu – na sua obra *Geographia*, de 150 d.C. – e de Aristóteles, ambos defendendo a existência de um território na região austral do mundo cujo propósito seria equilibrar o peso das regiões então conhecidas – Europa, África e Ásia – para que a Terra não se invertesse²¹, a *Terra Australis Incógnita* (*nondum cognita*) apenas terá sido oficialmente avistada em 1820, por navegadores britânicos, russos e norte-americanos, comandados por Edward Bransfield, Fabian Gottlieb von Bellingshausen e Nathaniel Palmer, respetivamente (National Geographic Portugal, 2012d).

As obras de Ptolomeu e de Aristóteles inspiraram navegadores desde o início do período dos Descobrimentos, no século XV, tendo vários passado ao largo da Antártida sem nunca a terem avistado efetivamente. O navegador português Fernão de Magalhães, na sua viagem de circum-navegação ao serviço da Coroa Espanhola, pensou ter descoberto o “continente branco” no estreito da Terra do Fogo em 1519 – atual Estreito de

21 Teoria aristotélica das correspondências, que defendia a presença de terra firme abaixo da linha do Equador com o propósito de equilibrar os continentes no hemisfério norte (National Geographic Portugal, 2012d).

Magalhães – uma vez que alcançou aquela latitude em pleno inverno, época do ano em que toda a paisagem se encontra deserta e congelada, sobressaindo essencialmente os glaciares e os icebergues, como relata o escritor italiano, Antonio Pigafetta, que acompanhou a expedição: “(...) chegámos a 49° S no Antártico. Sendo inverno, o navio entrou num bom porto (...) ali ficámos dois meses sem ver nenhuma pessoa (...) a 51° S (...) encontrámos um rio de água doce (...) no qual passámos cerca de dois meses para nos abastecermos de água, madeira e peixe (...) depois, nos 52° S encontrámos um estreito [com] cento e dez léguas de comprimento, que são quatrocentas e quarenta milhas e meia, mais ou menos, e que liga a outro mar chamado Pacífico, cercado por montanhas muito altas carregadas de neve”(Pigafetta, s.d.).

O reino de Espanha, desta vez através do navegador Gabriel de Castilla, esteve novamente perto de reclamar para si a descoberta da Antártida, no início do século XVII. Durante a ocupação espanhola da América do Sul o vice-reinado do Peru organizava frequentemente expedições numa tentativa de descobrir e dominar o sul do continente e a região antártica. Assim, no início de 1603, Gabriel de Castilla saiu de Valparaíso, junto a Santiago do Chile, na costa do Pacífico, rumando a sul (En Cuerdo Y Alma, 2012).

Naquela época, dizia-se que os navegadores holandeses que pretendiam alcançar o Oceano Pacífico evitavam o Estreito de Magalhães optando por contornar o subcontinente, devido, por um lado, aos ventos fortes e tempestades e, por outro, à presença de piratas, que começavam a estabelecer-se naquela região. Aliás, o canal que separa o continente sul-americano da Antártida ficou conhecido como Passagem de Drake em homenagem a Sir Francis Drake, um corsário britânico que alcançou a fama devido aos seus feitos em nome da Coroa Inglesa e por ter provado durante as suas navegações que a Terra do Fogo não estava ligada ao “continente gelado” (National Geographic Portugal, 2012d).

Castilla tentou a sua sorte, contornando a Terra do Fogo e o Estreito de Magalhães tendo, no entanto, acabado por ser desviado para sul por uma forte tempestade, navegando até ao que mais tarde viria a ser designado Mar de Bellingshausen, que banha a costa oeste da Península Antártica.

Laurenz Claesz, um marinheiro holandês que integrara a expedição, publicou em 1622 um documento em Amesterdão, dando conta de que Castilla alcançou os 64° S e que, apesar de se encontrarem em março, havia ainda muita neve em terra firme. Interpretações posteriores estimam que Castilla poderá ter avistado o arquipélago das Shetlands do Sul, mas uma vez que o navegador espanhol não terá deixado registos sobre a sua expedição, não consta da História como tendo descoberto a Antártida (*Idem*).

Curiosamente, apesar das inúmeras expedições que rumaram a sul com o intuito de reclamar a descoberta daquele continente, os primeiros avistamentos das ilhas adjacentes e da própria Convergência Antártica (em 1670), resultaram sobretudo do desvio acidental das rotas de navios provocado por tempestades, fenómenos meteorológicos muito comuns naquela região do planeta, em virtude do cruzamento de ventos e de correntes marítimas (United States Antarctic Program External Panel, 1997).

A existência da Antártida como uma região gelada e separada dos demais continentes ficou provada pela segunda expedição do Capitão James Cook – um navegador de

origem escocesa ao serviço da Coroa Inglesa, mais precisamente do almirantado britânico e da Royal Society – empreendida entre 1772 e 1775. Cook circum-navegou o continente gelado, a sul dos 60° S e atravessou o Círculo Polar Antártico até à latitude 71° 10' S. Não obstante, apesar de ter descoberto as ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, nunca terá avistado a Antártida ao longo das suas três viagens (United States Antarctic Program External Panel, 1997; National Geographic Portugal, 2012d).

Todavia, os registos das campanhas do capitão britânico influenciaram expedições posteriores, ajudando a desenvolver a investigação em biologia e alimentando os interesses económicos de outras potências, atraídas pelas descrições da riqueza animal em águas geladas, nomeadamente das colónias de focas, leões-marinhos e lobos-marinhos, bem como pela diversidade e abundância de cetáceos, sobretudo baleias azuis, orcas e golfinhos, uma vez que, de acordo com Robert Headland, a demanda por pele de foca e por óleo de baleia, muito valorizados na época, tinha conduzido à escassez destes animais no Atlântico Norte e no Ártico²².

Em suma, as viagens de Cook marcaram o início da exploração em larga escala dos mares do Sul, levando as maiores companhias baleeiras e de captura de focas a estabelecer-se nas ilhas da Convergência Antártica durante o verão do hemisfério sul, em busca de peles, carne fresca e gordura para abastecimento das indústrias de peles norte-americanas e britânicas, em franco crescimento (Joyner, 1992).

Os funcionários dessas companhias conciliavam as suas atividades com a organização de expedições com o intuito de desvendar o território antártico e reclamar as descobertas para os respetivos países, numa perspetiva de obtenção de vantagens competitivas relativamente à concorrência (Gaspar, 2010). Foi o caso de John Briscoe e George Avery, da baleeira britânica *Enderby Brothers*, responsáveis pela cartografia das ilhas de Adelaide e de Briscoe e pela descoberta do sector Índico da Antártida, durante a terceira viagem de circum-navegação do continente.

Já o inglês William Smith, capitão do navio mercante *Williams*, descobriu acidentalmente as ilhas Shetlands do Sul em 1819, a escassos 120 km da Península Antártica. Contudo, muitas das descobertas poderão não ter sido atempadamente divulgadas, uma vez que eram propositadamente omissas para resguardar da concorrência os locais de caça (Riffenburgh, 2007). “(...) purely by the sealers’ activities much more of the Antarctic was found around the continent the peri-Antarctic islands, these nineteen little dots of islands all around it, South Georgia, South Orkney, South Shetlands (...) the sealers were explorers, they were always looking for new places” (Headland, 2015).

O “continente gelado” foi, então, avistado em 1820, embora não exista consenso relativamente a quem o descobriu efetivamente, em virtude dos registos incompletos e da falta de precisão dos equipamentos de navegação da época (Gaspar, 2010). Neste contexto, três nações reclamaram para si a descoberta da Antártida: EUA, Reino Unido e o então Império Russo.

22 Professor Robert Headland, Investigador Associado do SPRI, entrevistado em 20 de outubro de 2015. Robert Headland foi investigador do British Antarctic Survey e é especialista em História e Geografia das regiões polares.

Se para Washington o continente foi avistado pela primeira vez pelo navegador norte-americano Nathaniel Palmer, Londres considera o capitão da Royal Navy Edward Bransfield o primeiro a vislumbrar a Península Antártica. Por sua vez, Moscovo defende que a descoberta da Antártida se deve a Fabian von Bellingshausen, oficial da Marinha Imperial Russa ao serviço do Czar Alexandre I, que cruzou o Círculo Polar Antártico em 26 de janeiro de 1820 a bordo do navio *Vostok*, tendo alcançado a península no dia seguinte (Gaspar, 2010).

Contudo, pese embora a indefinição em torno da descoberta oficial, o avistamento do continente mais austral do mundo lançou uma competição inédita entre as potências da época para a conquista de novos territórios e afirmação no panorama político internacional, período que viria ser conhecido como “Era Heróica” e que se prolongou até ao início da Primeira Guerra Mundial (Riffenburgh, 2007).

“That was an interesting period when, with the whaling trade developing largely at the Pacific and the Atlantic, the Antarctic whaling didn’t get really there until 1904. Then there were three expeditions almost in competition: France, United States and Britain in 1837, 1838 and 1839. That is Durmont D’Urville, Wilkes and James Clark Ross... they all went south. Ross’ discoveries were an extensive survey of the continent, determining the position of the magnetic pole, got fairly accurate figure on their observatories” (Headland, 2015).

Em 1895, cerca de dez anos após o final do primeiro Ano Polar Internacional – International Polar Year (IPY) que decorreu entre 1881 e 1884 – que consistiu na primeira série de expedições científicas às regiões polares coordenadas internacionalmente – britânicas, suecas e alemãs, entre outras –, uma resolução do Sixth International Geographical Congress, em Londres, promove oficialmente a exploração da Antártida, incentivando novas expedições ao continente (United States Antarctic Program External Panel, 1997):

“The Congress was opened at the Imperial Institute, London, on the 26th of July (...) The Scientific Exploration of the Antarctic Regions was the subject treated by Dr. George Neumayer, who recommended international co-operation in the work and the simultaneous advance of three expeditions along the meridians of New Zealand, Cape Horn and Kerguelen Island (...) The Congress unanimously adopted, a resolution that The Sixth Geographical Congress, assembled at London, 1895, with reference to the exploration of the Antarctic regions, expresses the opinion that this is the greatest piece of geographical exploration still to be undertaken, and, in view of the additions to knowledge in almost every branch of science which would result from such scientific exploration, the Congress recommends that the several scientific societies throughout the world urge, in whatever way seems to them most effective, that this work be undertaken before the close of this century” (American Geographical Society, 1895).

Seguindo as diretivas emanadas do congresso, em 1897, a Société Royale Belge de Géographie, influenciada pelo tenente da Marinha Real Adrien de Gerlach de Gomery, financiou uma expedição científica à Antártida. A equipa reunida por Gomery integrava,

entre outros, o geólogo polaco Henryk Arctowsky, o cirurgião norte-americano Frederick Cook e o explorador norueguês Roald Amundsen como timoneiro (National Geographic Portugal, 2012d).

A expedição partiu de Antuérpia em 14 de dezembro de 1897 a bordo do veleiro *Belgica*, uma partida considerada propositadamente tardia para assegurar que o navio ficaria preso no gelo antártico quando atingisse aquele continente e fosse obrigado a passar lá o inverno. Assim, no dia 15 de fevereiro de 1898, o *Belgica* atravessaria o Círculo Polar Antártico e no dia 1 de março alcançaria a latitude 71° 31' S, onde a partir do dia seguinte ficaria aprisionado no gelo por 377 dias, no que constituiu a primeira estada humana durante o inverno antártico a sul do Círculo Polar. A proeza permitiu provar que era possível sobreviver às condições climáticas extremas da Antártida, abrindo caminho à construção de bases para apoio à investigação científica no continente mais austral do mundo (Gaspar, 2010).

Na mesma linha, o explorador norueguês Carsten Egeberg Borchgrevink organizou a expedição *Southern Cross*, financiada por um editor britânico (*Idem*), que permitiu alcançar Cabo Adare, Terra de Victoria, Mar de Ross, onde chegou a 17 de fevereiro de 1899, construindo duas cabanas de madeira para apoiar a permanência no terreno durante um ano.

A Borchgrevink e à sua equipa de nove homens, tendo um deles perecido durante o inverno, deve-se a descoberta da baía das Baleias, que o norueguês Roald Amundsen utilizaria doze anos mais tarde para atravessar a barreira de Ross, a caminho do Polo Sul (National Geographic Portugal, 2012a). À semelhança da tripulação do *Belgica*, Borchgrevink conseguiu demonstrar que era possível sobreviver ao inverno antártico e, simultaneamente, desenvolver investigação científica com apoio logístico de pequenos abrigos, recorrendo nas deslocações a trenós puxados por cães (National Geographic Portugal, 2012d; Gaspar, 2010).

Por sua vez, o Reino Unido enviava em 1901 a primeira expedição oficial à Antártida desde as viagens de James Cook. No comando do navio *Discovery* seguia o oficial da marinha Robert Falcon Scott, que em 1911/12 alcançaria a fama com a expedição ao Polo Sul, com o propósito de explorar aquele território. Os objetivos da expedição foram cumpridos, tendo a equipa de Scott sido a primeira a atravessar a barreira de Ross, a superar o glaciário Ferrar, a descobrir a Terra de Eduardo VII e a pisar o planalto polar, determinando a localização das montanhas Transantárticas (National Geographic Portugal, 2012c).

Dois anos mais tarde, uma expedição liderada pelo escocês William S. Bruce instalou uma estação meteorológica na ilha de Laurie, no arquipélago das Orcadas do Sul, que seria transferida para a tutela da Oficina Meteorológica Argentina em 1904, transformando-se na mais antiga “possessão” argentina na região, a base científica Orcadas.

Deste modo, durante a “Era Heróica”, ciência, política e economia operavam em conjunto na Antártida. Paralelamente aos feitos científicos, em 1904, o explorador norueguês Carl A. Larsen, ao serviço da Companhia Argentina de Pesca, instalava em Grytviken,

na ilha da Geórgia do Sul, um dos maiores centros baleeiros/pesqueiros do mundo, que permaneceria operacional até 1965²³.

De acordo com Robert Headland (2015), as expedições baleeiras norueguesas à Antártida coincidiram com o desenvolvimento de novos equipamentos de caça, preparados para águas polares. As companhias baleeiras constituíam autênticos centros logísticos de apoio à exploração das águas subantárticas e antárticas, bem como do “continente gelado”.

“Norwegians began to get the right equipment for whale capture, so harpoons designed in Norway. They were all working on perfecting this equipment. As a result of the interest in South Georgia and with the bases on the Falkland Islands heading that way, they rather did focus Falkland Islands hence British interest on territories they were interested in, on the exploitation which rather drew the islands to their attention... and result of all the knowledge from the Ross Dependency hence the New Zealand interest in the Ross Dependency came from that industry” (Headland, 2015).

Em Grytviken existia um cais flutuante, um hospital, vários refeitórios coletivos, uma igreja, barcos-dormitório, ferrarias e uma carpintaria. As infraestruturas eram construídas em madeira e permitiam albergar centenas de trabalhadores durante o verão (National Geographic Portugal, 2012d). Estas infraestruturas e as notícias de abundância de cetáceos naquelas águas contribuíram para o aumento do interesse internacional, especialmente britânico, nas ilhas Geórgia do Sul e Falkland.

Segundo Andrés Zarakin e María Ximena Senatore, que se dedicaram ao estudo das estratégias de expansão do capitalismo no século XIX, a exploração económica da Antártida coincidiu com a atividade, nos mesmos moldes, noutras regiões como as ilhas do Oceano Índico, o sul da Patagónia e as ilhas do Atlântico Sul, obedecendo a um complexo modelo de custo-benefício (Zarakin e Senatore, 2005).

A intensidade da captura de mamíferos marinhos nessas regiões foi de tal ordem que acabou por criar excedente de óleos e peles nos mercados internacionais, precipitando uma quebra acentuada no valor comercial dos mesmos e obrigando a uma sobre-exploração de recursos com vista à maximização dos lucros (Zarakin e Senatore, 2005). Inevitavelmente, esta situação viria a reduzir significativamente o número de mamíferos marinhos em águas antárticas e subantárticas.

Já em 1906, o governo chileno atribuiu uma licença de pesca a dois cidadãos, Fabry e Toro Herrera, com a recomendação para não só pescarem nas águas da Antártida como assegurarem também o domínio chileno sobre as ilhas Diego Ramirez, Shetlands do Sul e Geórgia do Sul – onde tinha sido instalada a estação baleeira de Grytviken –, bem como da chamada Terra de Graham, na Península Antártica.

Paralelamente, a Sociedad Ballenera de Magallanes foi oficialmente autorizada a operar na região, tendo estabelecido a sua base na ilha Deception, no arquipélago das Shetlands do Sul. Ainda no mesmo ano esteve prevista uma expedição chilena à Antártida

23 A captura de baleias era uma atividade altamente rentável. O óleo de baleia alimentava sobretudo as indústrias de glicerina e militar. Entre as inúmeras aplicações, destacava-se a produção de nitroglicerina.

com o intuito de “(...) make effective by all means at the government’s disposal the sovereignty vested in it over the Shetland Islands and over the southern continent, which, until today, seem to have remained abandoned and establishing firmly by means of occupation its title to the dominion of the Antarctic region, preventing other foreign flags from ruling regions that are connected with or adjoining to the continent” (Wilson, 1964, p. 18).

Porém, em 16 de agosto de 1906, o Chile foi abalado por um forte sismo que acabaria por conduzir ao cancelamento da expedição, situação que colocou os chilenos em desvantagem na “corrida” à Antártida, sobretudo perante a Coroa Britânica que em 1908 efetuará a primeira reivindicação territorial no continente, reclamando praticamente todos os territórios insulares almeçados pelo Chile: as ilhas Shetland do Sul, Geórgia do Sul, Orcadas do Sul e Terra de Graham, colocando estes territórios sob administração das Falkland e justificando a decisão com a ligação histórica à região desde 1675. Posteriormente, em 1917, o Reino Unido retificaria o mapa das reivindicações, acrescentando a este território insular parte da Antártida continental, entre os meridianos 80° O e 20° O (Wilson, 1964).

Dois dos momentos mais marcantes da “Era Heróica” foram as expedições ao Polo Sul organizadas por Roald Amundsen e Robert F. Scott. O norueguês Amundsen, timoneiro do *Belgica* em 1898-99 e conhecedor das tribos Sami da Lapónia e Inuit do Canadá, aprendeu a sobreviver às condições extremas através de técnicas utilizadas pelos povos na região do Ártico, que incluíam, entre outras, a confecção de vestuário adequado, a construção de abrigos e a utilização de trenós puxados pelas melhores raças de cães nórdicos (Wilson, 1964; National Geographic Portugal, 2012b).

O primeiro homem a alcançar o Polo Sul era um explorador experiente, habituado aos invernos polares. A decisão de investir numa expedição inédita ao “continente gelado” surgiu após a sua maior ambição ter sido gorada: ser o primeiro homem a alcançar o Polo Norte. Assim, perdido este desafio em 1909 para o norte-americano Robert E. Peary, Amundsen resolveu rumar a sul, tendo partido em agosto de 1910 no navio *Fram*, considerado um navio polar de elite, o qual tinha vindo a equipar durante anos para uma missão polar (National Geographic Portugal, 2012b).

Durante a sua viagem, Amundsen efetuou uma breve escala na ilha da Madeira para adquirir provisões, de onde enviou um telegrama a Robert Scott, comunicando-lhe os seus planos: “Permito-me informá-lo de que o *Fram* se dirige à Antártida” (National Geographic Portugal, 2012b, p. 79). Em janeiro de 1911, Amundsen chegou ao Mar de Ross e ancorou na Baía das Baleias, dando início à preparação da expedição terrestre.

Uma vez montado o acampamento em Framheim – terra de Fram, em norueguês –, o navio partiu para cartografar a costa da Antártida e efetuar medições. A equipa suportou o inverno austral e, após uma tentativa frustrada em setembro de 1911, em 20 de outubro partiria em direção a sul: cinco homens, quatro trenós, 52 cães e mantimentos para quatro meses (National Geographic Portugal, 2012b).

De acordo com Amundsen “Estava tudo perfeitamente controlado e preparámos as nossas mentes para realizar a primeira parte da viagem com a maior tranquilidade possí-

vel, de forma a que nem nós nem os cães terminássemos cansados” (National Geographic Portugal, 2012b, p. 80).

Robert Scott, oficial da marinha britânica com aspirações aos mais altos cargos, dedicara igualmente largos meses à preparação da conquista do Polo Sul, reunindo na sua expedição 65 homens, entre eles vários cientistas – biólogos, geólogos, zoólogos e geógrafos –, trenós motorizados, 31 cães e 19 póneis. A bordo do *Terra Nova* – que tinha partido de Cardiff, no Reino Unido, com cerca de dois meses de avanço relativamente ao *Fram*, embora Scott só tivesse integrado a tripulação em setembro de 1910 na Cidade do Cabo (África do Sul) – Scott alcançou o Mar de Ross durante o verão austral tal como previra, estabelecendo um acampamento-base em 4 de janeiro de 1911, junto ao cabo Evans. Uma vez instalada a equipa, Robert Scott dedicou o inverno à anotação de progressos e de dificuldades das expedições terrestres, bem como de variações atmosféricas, preparando a viagem para sul (National Geographic Portugal, 2012c).

Em 1 de novembro de 1911, com duas semanas de atraso relativamente a Amundsen, cujo acampamento também se encontrava relativamente mais próximo do Polo Sul, a expedição de Scott rumou a sul, dividida em quatro equipas, cada uma com trenós motorizados, cães, póneis e provisões que iriam ser distribuídas por depósitos, para consumir no regresso.

Não obstante as dificuldades enfrentadas pelo facto de o explorador norueguês ter optado por uma rota desconhecida, embora mais próxima do Polo Sul do que a eleita por Robert Scott, e pela perda de 24 dos 52 cães, em 14 de dezembro de 1911, Amundsen relatava no seu diário: “Às três em ponto da tarde detivemos-nos: segundo os nossos cálculos tínhamos alcançado a nossa meta. Reunimo-nos à volta da bandeira da Noruega, uma bonita bandeira de seda, içámo-la entre todos e designámos a imensa área onde se encontrava o Polo Sul como planalto do rei Haakon VII” (National Geographic Portugal, 2012b, p. 81).

“The worst has happened, or nearly the worst (...) We marched on, found that it was a black flag tied to a sledge bearer; near by the remains of a camp; sledge tracks and ski tracks going and coming and the clear trace of dogs’ paws – many dogs. This told us the whole story. The Norwegians have forestalled us and are first at the Pole. It is a terrible disappointment, and I am very sorry for my loyal companions” (Scott, 1968).

Robert Scott encontrou vestígios do acampamento norueguês onde ainda restava uma tenda contendo um documento testemunhando a chegada de Amundsen em 14 de dezembro de 1911 e uma nota dirigida a Scott, na qual o explorador norueguês pedia ao “concorrente” inglês que informasse o rei Haakon VII desta façanha. Um dia depois, Scott alcançou o Polo Sul, cravou a bandeira inglesa no local e iniciou a caminhada de regresso ao acampamento-base, numa corrida contra o avanço do inverno (National Geographic Portugal, 2012c).

Conquistados ambos os Polos, o interesse nas regiões geladas cresceu significativamente, conduzindo a sucessivas reivindicações territoriais na Antártida²⁴. No entanto, de

24 Reino Unido (1908/1917); Nova Zelândia (1923); França (1924); Austrália (1933); Noruega (1939); Chile

acordo com Robert Headland, a Noruega não tem um setor antártico definido porque não traçou o limite norte do território que reclama. Por outro lado, o investigador refere que a região entre 90° O e 150° O, frequentemente representada como “não reclamada”, foi de facto reclamada pelo almirante Byrd (EUA), mas esta ação não resultou numa definição formal de território, pelo que não consta do Tratado da Antártida.

Como verificámos anteriormente, a Coroa Britânica reclamou em 1908 as ilhas Shetland do Sul, Geórgia do Sul, Orcadas do Sul e Terra de Graham, colocando estes territórios sob administração das Falkland/Malvinas e em 1917 acrescentaria às suas reivindicações a região da Antártida continental entre os meridianos 80° O e 20° O. Apesar de não se terem oposto em 1917 às reivindicações britânicas, as autoridades de Buenos Aires instalaram em 1925 uma antena de rádio no território reclamado pelo Reino Unido, na ilha de Laurie, sem solicitar permissão.

Quando confrontado com a situação por parte do governo britânico, o executivo argentino respondeu que a antena estava localizada no seu território. Surgiam os primeiros sinais de crispação diplomática (Wilson, 1964). Chegava assim ao fim a “Era Heróica” das expedições épicas, das grandes conquistas em nome da pátria (ou coroa), da exploração do desconhecido, dando lugar à competição no terreno, às reivindicações territoriais, ao estabelecimento de bases permanentes e à desconfiança entre potências. Durante a Primeira Guerra Mundial, o interesse na exploração comercial da Antártida conheceu um incremento significativo, nomeadamente no que respeitava ao óleo de baleia, utilizado pela indústria militar no fabrico de nitroglicerina (Headland, 2015).

2.1.2.2. Entre Duas Guerras e até ao “Tratado da Paz”

As décadas de 1920 e 1930 ficaram marcadas pelo mediatismo das expedições do oficial norte-americano Richard E. Byrd. Patrocinado por capitais privados, Byrd efetuou em 29 de novembro de 1929 o primeiro voo sobre o Polo Sul, partindo de uma base em Little America, no sector antártico reclamado pela Nova Zelândia. A sua segunda expedição, igualmente financiada por privados, decorreu entre 1933 e 1935 e permitiu testar a adaptação da tecnologia e equipamento da época ao ambiente antártico.

O sucesso de ambas as expedições despertou o interesse governamental relativamente ao trabalho desenvolvido pelo oficial norte-americano, tendo a sua terceira viagem à Antártida (1939-41) sido financiada pelo governo federal. Em 25 de novembro de 1939, o presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, enviou ao explorador uma missiva com instruções, na qual autorizava elementos do entretanto criado U. S. Antarctic Service “(...) to take appropriate steps such as the dropping of written claims from airplanes, depositing such writing in cairns, et cetera, which might assist in supporting a sovereignty claim by the United States Government” (Wilson, 1964, p. 21).

Durante a terceira expedição foram construídas as duas primeiras bases norte-americanas no “continente gelado”, em Little America e na baía de Marguerite, na península de Palmer. O objetivo passaria por manter bases permanentes que conferissem aos EUA

(1940) e Argentina (1942).

o direito de reivindicar território. Porém, a deterioração da situação internacional no contexto da Segunda Guerra Mundial e a participação norte-americana no conflito, conduziram à suspensão da exploração da Antártida e ao encerramento das referidas bases (Wilson, 1964).

Segundo Robert Headland, não obstante o interesse das autoridades norte-americanas em reivindicar parte do território antártico, esta intenção nunca foi oficialmente formalizada e não poderá sê-lo pelo menos até à revisão do Tratado da Antártida em 2041.

O *III Reich*, sob a administração de Adolf Hitler, também despertou para a Antártida na década de 1930, sobretudo após o segundo Ano Polar Internacional, que decorreu entre 1932 e 1933 e que constituiu o maior evento de cooperação científica à escala mundial orientado para a exploração dos Polos, embora com maior destaque para o Ártico, por uma questão de proximidade de grande parte da maioria dos países participantes e de acessibilidade.

Na Antártida, as autoridades alemãs manifestaram interesse na captura de cetáceos e no estabelecimento de uma base nacional no continente, fora dos territórios reclamados pelos sul-americanos e britânicos. Entre 1938 e 1939, o navio alemão *MS Schwabenland*, transportando dois hidroaviões *Dornier-Wal*, percorreu a costa antártica, enquanto as aeronaves efetuavam o reconhecimento aéreo.

Os primeiros voos realizaram-se durante dez dias, entre janeiro e fevereiro de 1939, resultando na descoberta de uma região de montanha com uma altitude superior a 3.900 metros e à qual os alemães chamariam Neu Schwabenland (Wilson, 1964).

No entanto, o governo da Noruega, temendo perder para a Alemanha o ascendente sobre os territórios “conquistados” por Amundsen, que seriam facilmente alcançados por via aérea, precipitou a apresentação da sua reivindicação em 14 de janeiro de 1939, cinco dias antes do primeiro voo alemão, mesmo sem definir exatamente os limites a norte da mesma. Contudo, a mesma não impediu as aeronaves germânicas de sobrevoar o continente e marcar a área reclamada pela Noruega como pertencendo ao *Reich*.

Após o início da Segunda Guerra Mundial, tal como referido anteriormente, embarcações militares alemãs a operar em águas antárticas apreenderam vários baleeiros e navios-fábrica noruegueses, colocando-os ao serviço da Alemanha. Paralelamente, a frota germânica capturava ou afundava embarcações pertencentes aos Aliados que navegassem em águas antárticas e subantárticas (Wilson, 1964).

Nos EUA, a presença alemã na Antártida era encarada com apreensão. Para além da ameaça aos navios, temia-se que um incidente entre Reino Unido e Alemanha pudesse conduzir à tomada da Península de Palmer pelas autoridades germânicas, colocando-as demasiado próximas do continente americano (Wilson, 1964).

O executivo chileno, por sua vez, receando uma invasão alemã do território reivindicado, publicou um decreto-lei, em 6 de novembro de 1940, definindo a “Antártida Chilena” como as regiões que abrangiam “(...) all the lands, islands, islets, reefs, glaciers, already known or to be discovered and their respective territorial waters in the sector constituted by meridians 53° and 90° west of Greenwich” (Wilson, 1964, p. 22).

O governo britânico contestou a tomada de posição chilena, alertando para a sobreposição com o território já reclamado por Londres. Porém por influência da Argentina, em março de 1941, os dois países sul-americanos, representados por Júlio Escudeiro Guzmán (Chile) e Isidoro Ruiz Moreno (Argentina), acabariam por acordar dois pontos: i) que existia uma Antártida sul-americana e ii) que apenas os dois países tinham direitos exclusivos de soberania sobre a referida região. Conseqüentemente, em 1942 a Argentina reclamava todos os territórios entre 25° O e 74° O, parcialmente sobrepostos às reivindicações britânicas e chilenas – quatro anos mais tarde, os selos dos correios deste país sul-americano já tinham um mapa da “Antártida Argentina”, que ainda hoje vigora (Wilson, 1964).

Pese embora as múltiplas reuniões entre Argentina e Chile com vista à negociação da cedência das reivindicações sobrepostas, encontros que deram origem à Declaração Argentino-Chilena de Direitos Mútuos de 1948, nenhum dos países recuou na reivindicação do território, impasse que se mantém na atualidade (Wilson, 1964; Conference on Antarctica, 1959).

Não obstante as posições chilenas e argentinas e após terem lançado em 1943 a Operação Tabarin, que conduziu à instalação de três bases na região da Península Antártica (Klotz, 1990) para, entre outros, erradicar sinais de soberania daqueles dois países, as autoridades britânicas mantiveram-se ativas no sector antártico reclamado pelos sul-americanos (Gaspar, 2010), enviando frequentemente navios militares para a região (Klotz, 1990).

Finda a Segunda Guerra Mundial, que marcou o início da ocupação permanente do continente antártico, a rivalidade entre os países sul-americanos e o Reino Unido (ABC Problem, segundo Robert Headland, 2015) gerou vários incidentes junto à Península Antártica, nomeadamente troca de tiros, detenção de cidadãos sul-americanos e destruição de bases rivais. Embora constituíssem reflexos do diferendo entre três países, estes incidentes atraíram a atenção das duas principais potências da época – EUA e URSS.

Tal como referido no capítulo anterior, o governo norte-americano numa tentativa de conter a influência soviética na região, assinou em 1947 o TIAR com a maioria dos países da América do Sul, nomeadamente com a Argentina e com o Chile (Klotz, 1990). Simultaneamente mantinha no terreno a robusta Operação Highjump (1946-47), comandada pelos almirantes Richard Byrd e Richard H. Cruzen e que envolveu cerca de 4.700 efetivos, 13 navios e 23 aeronaves. Durante a operação foram tiradas mais de 70.000 fotografias aéreas, num extenso mapeamento e reconhecimento da costa e do interior do continente (Afonso, 2003).

Enquanto os militares norte-americanos efetuavam exercícios no mar de Ross, o Chile inaugurava a sua primeira base na Antártida, na ilha de Greenwich, em 6 de fevereiro de 1947 (Walker, 2012a). Porém, o TIAR acabou por colocar os EUA no centro de um diferendo entre o seu principal aliado europeu e dois importantes parceiros sul-americanos, os quais, à luz daquele Tratado, consideravam que as autoridades norte-americanas poderiam ser obrigadas a proteger os seus interesses antárticos contra “ameaças armadas” por parte do Reino Unido, uma vez que parte do continente antártico tinha sido integrada na Zona de Segurança Continental (Walker, 2012a; Penha, 2011).

Segundo Therezinha de Castro, ao reconhecer a importância estratégica da Antártida, o TIAR acabaria por legitimar a presença e as reivindicações da Argentina e do Chile, bem como de outros países sul-americanos, naquele território: “Tendo em vista a importância estratégica do continente Austral na defesa do continente sul-americano, o TIAR reconheceu a importância da Antártida Americana entre 30° e 90° de longitude oeste. Se estendermos até aí a Doutrina Monroe, podemos como corolário proclamar – a Antártida Americana para os países sul-americanos que com ela se defrontam. Neste caso, além do Brasil, têm direitos na Antártida, pela defrontação, também o Uruguai, a Argentina, o Chile, o Peru e o Equador” (Castro, 1976, p. 120).

Contudo, os esforços envidados pelas autoridades norte-americanas no sentido de clarificar este pressuposto apresentado pela Argentina e pelo Chile, bem como em mediar as relações entre as autoridades destes países e as congêneres britânicas, que inicialmente visariam conter (ainda que indiretamente) a presença da URSS na Antártida, corriam o risco de serem potenciados precisamente pelas autoridades soviéticas para obter vantagens no “continente gelado”, uma vez que a atenção internacional se concentrava essencialmente naquele diferendo (Klotz, 1990).

Em 9 de agosto de 1948, o Departamento de Estado norte-americano, num *Aide-Memoire and Draft Agreement* em tom de resposta à crescente tensão entre os atores com interesses na Antártida, à qual não terão sido despidiendos os resultados da Operação Highjump, propôs a criação naquele continente de uma “zona internacional” orientada para a ciência. O documento foi distribuído secretamente às embaixadas dos sete países reivindicadores²⁵, tendo a URSS sido propositadamente excluída da difusão.

O *Draft Agreement*, considerado por Berkman um primeiro rascunho do que viria a ser o Tratado da Antártida, continha oito artigos e defendia a criação de um regime especial para o continente antártico e para todas as ilhas adjacentes a sul de 60° S, com exceção das Shetlands do Sul e Orcadas do Sul, “The foreseeable values of Antarctica are predominantly scientific rather than strategic or economic. An international regime would be well calculated to promote the exploitation of these scientific values” (Berkman *et al.*, 2011, p. 20).

Dois anos mais tarde, em 5 de abril de 1950, as autoridades norte-americanas reuniram com o conceituado professor de física da Universidade de Iowa, James Van Allen, tendo decidido promover a realização do terceiro Ano Polar Internacional em 1957/58, uma vez que o segundo tinha sido um sucesso ao nível da investigação científica e sobretudo, da cooperação internacional. A partir de 1952, por indicação da entidade responsável pela sua organização, o International Council of Scientific Unions (ICSU), o Ano Polar Internacional passaria a designar-se Ano Internacional da Geofísica (AIG).

Considerando a importância estratégica que a Antártida tinha vindo a adquirir ao longo do século XX e perante a expectativa de uma elevada afluência de projetos e de investigadores, o ICSU pugnava para que considerações políticas e divergências não prejudicassem o resultado final do AIG (Wilson, 1964). Contudo, o almirante Byrd, sobre-

25 Reino Unido, Nova Zelândia, França, Austrália, Noruega, Chile e Argentina.

pondo-se às recomendações daquela comissão, recordou aos participantes norte-americanos no AIG que a Antártida constituía “a vast untouched reservoir of natural resources. As we recklessly squander our natural resources in this country (the US) we will come to need these new resources. It is imperative that they do not fall into the hands of a potential enemy” (Elzinga, 2009, p. 75).

A preparação do AIG coincidiu com a eleição de Dwight Eisenhower como presidente dos EUA, numa época marcada pela corrida norte-americana e soviética aos mísseis balísticos intercontinentais com carga nuclear. Nesta conjuntura, o evento científico começou por ser orientado para o estudo da alta atmosfera²⁶, temática que facilmente envolveria pesquisa e testes de foguetes, permitindo enquadrar o desenvolvimento de mísseis balísticos e do seu “desempenho” em ambiente polar.

“When the Eisenhower administration took office in 1953, American officials had little solid knowledge about the sources of policy or immediate goals of USSR. In October 1953, the National Security Council adopted a basic statement on the Soviet threat. NSC 162/1 noted a USSR armed with atomic weapons, a country that devoted one-sixth of its gross national product to military spending” (Hatch *et al.*, s.d., p. 1).

Embora fosse intenção inicial dos EUA não incluir a URSS no AIG de 1957/58, tendo o National Security Council (NSC) recomendado que fossem tomadas medidas nesse sentido “(...) to make sure that Russia was not invited to take part in any discussions or negotiations respecting Antarctica” (Berkman, 2011, p. 21), a comunidade científica soviética tinha estado envolvida nas duas iniciativas anteriores (1882/83 e 1932/33), pelo que dificilmente poderia ser excluída da terceira edição por uma decisão unilateral das autoridades norte-americanas.

Por outro lado, na primeira reunião preparatória do AIG, que decorreu entre 6 e 10 de julho de 1955 em Paris, o representante da URSS apresentou um programa ambicioso para o evento, que incluía a construção de uma estação de observação no Polo Sul magnético, infraestrutura que acabaria por consagrar o estabelecimento de bases soviéticas na Antártida (Elzinga, 2009).

Parante este cenário o governo dos EUA foi obrigado a rever a sua política para a URSS e, conseqüentemente, para o “continente branco”. Em 18 de julho de 1955, durante a Conferência de Genebra²⁷, o presidente Eisenhower optou por um discurso conciliador, propondo a adoção do projeto Open Skies que, entre outros pontos, sugeria que EUA e URSS partilhassem informação sobre o *statu quo* dos seus programas milita-

26 Investigação e resolução de problemas associados à geofísica, como a origem de raios cósmicos, padrões meteorológicos globais e aurora.

27 A Conferência de Genebra de 18 de julho de 1955 reuniu os principais líderes mundiais – o presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, o primeiro-ministro britânico Anthony Eden, o primeiro-ministro francês, Edgar Faure e o presidente do conselho de ministros soviético, Nikolai Bulganin, acompanhados pelos respetivos ministros dos Negócios Estrangeiros, bem como de alguns elementos proeminentes das elites político-partidárias – e teve como objetivo acabar com a Guerra Fria. Foram discutidos assuntos como o desarmamento, a unificação da Alemanha e o reforço das alianças económicas entre os países presentes. Embora não tenha alcançado o seu objetivo primordial, a Conferência foi o primeiro passo para amenizar as tensões entre as duas principais potências mundiais.

res. A proposta foi recusada pelo presidente do conselho de ministros soviético, Nikolai Bulganin e pelo primeiro secretário do Partido Comunista Soviético, Nikita Khrushchev, que consideraram o projeto uma tentativa de obter informação sobre alvos soviéticos.

Dwight Eisenhower tinha vindo a adotar uma postura pública pacifista desde a sua tomada de posse como presidente dos EUA (20 de janeiro de 1953), sugerindo cenários de cooperação com a URSS com o intuito de atenuar o ambiente de tensão entre as duas potências (Berkman, 2011). Não obstante, o presidente norte-americano reconhecia que o investimento descontrolado no sector da Defesa aliado ao desconhecimento do “inimigo” poderia conduzir a economia do país à ruína, pelo que promoveu o que ficaria conhecido como a Nova Imagem (*New Look*) da Defesa, que consistia na redução significativa das forças armadas convencionais e no incremento substancial do arsenal nuclear. Paralelamente reforçou o papel dos Serviços de Informações, passando a receber *briefings* diários sobre a situação na URSS (Hatch *et al.*, s.d.).

A proposta do Open Skies, que não logrou o apoio soviético, inseria-se nesta nova estratégia de Eisenhower que dava destaque à recolha de informação privilegiada sobre o “inimigo” e à liberdade de exploração do espaço. Pese embora o fracasso desta primeira tentativa de “aproximação” à URSS, cerca de uma semana depois de Genebra e em tom provocatório, o governo norte-americano anunciava que a participação dos EUA no AIG contemplaria o lançamento de um satélite, invocando o princípio basilar da Liberdade do Espaço (Berkman, 2011), análogo ao conceito de *Mare Liberum* de Hugo Grotius que defendia, de uma forma genérica, “By the Law of Nations navigation is free to all persons whatsoever” (Grotius, 1916, p. 7). Contudo, seria a URSS o primeiro país a lançar um satélite em órbita da Terra, o *Sputnik I*, em 4 de outubro de 1957 – os EUA apenas conseguiriam lançar com sucesso um satélite três meses mais tarde, o *Explorer I*, em 31 de janeiro de 1958 (Berkman, 2011).

A corrida ao espaço contribuiu para o aumento da importância estratégica da Antártida, à luz do desenvolvimento tecnológico da época e do aumento da atividade soviética naquele continente. Enquanto se assumia cada vez mais como o palco por excelência da investigação científica, o continente antártico conhecia igualmente um aumento da presença militar norte-americana e russa, bem como de todos os países que reivindicavam parcelas daquele território (Berkman, 2011).

Com efeito, o AIG serviu de mote à segunda grande operação no terreno, a Deep Freeze (1955-56)²⁸, que tinha oficialmente o propósito de construir as infraestruturas de apoio à investigação científica norte-americana. Foi montado um enorme complexo na zona de McMurdo Sound, no sector reivindicado pela Nova Zelândia, alimentado por um reator nuclear. Esta infraestrutura, que viria a tornar-se a base de McMurdo, possuía uma forte componente logística, apoiada por uma pista de aterragem e constituía uma plataforma de apoio às outras cinco bases – uma delas no Polo Sul geográfico (Amundsen-Scott) – e, conseqüentemente, ao desenvolvimento de atividades na Antártida.

28 A Operação Deep Freeze envolveu cerca de 5.000 homens, quatro navios quebra-gelo, vários cargueiros e aeronaves. O núcleo de operações estava localizado em McMurdo Sound.

Numa demonstração da capacidade operacional e científica norte-americana, a Operação Deep Freeze concretizava no terreno a sua política antártica que, não reclamando oficialmente nenhuma área daquele continente em particular, reservava para si o direito de estar presente e ocupar qualquer área que no futuro viesse a ter relevância estratégica para os EUA (Elzinga, 2009).

Já as autoridades soviéticas conseguiram não só construir uma base no Polo de Inacessibilidade, ou seja, na região antártica mais afastada do Oceano Glacial Antártico, mas também estabelecer quatro bases e vários postos de observação/abrigos em praticamente todos os sectores sobre os quais existiam reivindicações, numa tentativa de criar uma rede de infraestruturas de investigação polar (Elzinga, 2009).

Ciente de que a permanência da URSS na Antártida era irreversível e receando que aquele continente pudesse vir a tornar-se igualmente um dos palcos da Guerra Fria e ser utilizado por militares russos para desenvolver e testar armamento nuclear, atividades que perante a tecnologia disponível naquela época seriam difíceis de monitorizar, a administração norte-americana propôs, ainda durante o AIG, a desmilitarização da região e a sua utilização apenas para fins científicos.

Deste modo, em 3 de maio de 1958, Eisenhower dirigia-se às nações reivindicadoras afirmando: *The United States is dedicated to the principle that the vast uninhabited wastes of Antarctica shall be used only for peaceful purposes. We do not want Antarctica to become an object of political conflict. Accordingly, the United States has invited eleven other countries, including the Soviet Union, to confer with us to seek an effective joint means of achieving this objective*” (Berkman, 2011, p. 23).

Contudo, se considerarmos o contexto político internacional, o AIG acabou por alcançar um resultado global positivo, uma vez que conseguiu mobilizar sessenta e oito bases antárticas de diferentes países e refrear as divergências relativamente às reivindicações, mesmo entre Argentina, Chile e Reino Unido – cujas autoridades construíram um sofisticado observatório meteorológico em Halley Bay, no sector reivindicado pela Argentina –, que tinham conhecido um período de agravamento nas relações diplomáticas nos anos que antecederam a iniciativa.

Pese embora a imagem de cooperação internacional no âmbito científico transmitida pelos *media* e pelas autoridades dos países envolvidos, o principal responsável pela Falkland Islands Dependencies Survey (atual British Antarctic Survey), o investigador Vivian Fuchs, asseverava que a ciência estava a ser utilizada como “(...) a convenient front for what was being done for quite other reasons. Indeed, much of what was accomplished was achieved despite the arguments put forward for promoting science, rather than because of them” (Elzinga, 2009, p. 75).

Na mesma linha, o investigador Aant Elzinga considera que durante o AIG a ciência se transformou num instrumento através do qual foram canalizadas as rivalidades geopolíticas e a demanda pela influência na Antártida ou, numa visão mais otimista, de um instrumento da diplomacia que facilitou a negociação entre nações, ultrapassando as barreiras políticas, económicas ou culturais (Berkman, 2011). Para Therezinha de Castro, se até à década de 1950 aquele continente era ocasionalmente visitado por expedições cien-

tíficas, a partir do Ano Internacional da Geofísica “nunca mais foi abandonado” (Castro, 1976, p. 51).

No entanto, é inequívoco que o AIG preparou o terreno para a assinatura do Tratado da Antártida, que após 14 meses de negociações e 60 reuniões entre os países com reivindicações e/ou interesses naquele continente, todos eles participantes no evento polar, acabou por ser assinado em 1 de dezembro de 1959 em Washington pela África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e URSS.

De acordo com o investigador chileno e professor de Direito Internacional da Universidade de San Sebastián e da Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos do Chile, Luis Ferrada Walker, o Tratado da Antártida foi delineado como um instrumento da geoestratégia, uma vez que em 1959 as preocupações dos países signatários pendiam mais sobre a presença e a capacidade de influência no continente gelado do que propriamente sobre questões ambientais. A preocupação internacional com a proteção do meio ambiente apenas viria a materializar-se na Conferência de Estocolmo em 1972.

Deste modo, para Walker, o Tratado acabou por constituir-se como um instrumento internacional de natureza político-jurídica que teve como objetivo cessar os debates acerca da utilização do território em questão, bem como a sua militarização no quadro da Guerra Fria.

A promoção da cooperação científica internacional e a associação ao AIG, segundo o autor, foram propositadamente estudadas para conferir um cariz científico e não político ao Tratado, transformando-se num “mito fundacional” de vinculação de Estados com e sem reivindicações de soberania na Antártida (Walker, 2012).

2.1.2.3. O Tratado da Antártida

O Tratado da Antártida entrou em vigor em 23 de junho de 1961 e tem tido um papel determinante na ausência de conflitos no continente gelado. Aplica-se a toda a área a sul de 60° S, incluindo todas as plataformas de gelo, e tem como objetivo principal garantir “in the interests of all mankind that Antarctica shall continue forever to be used exclusively for peaceful purposes and shall not become the scene or object of international discord” (Cohen, 2002, p. 2).

Proíbe a utilização de meios militares para fins bélicos, mas não impede a presença de efetivos militares nem de equipamento, desde que para fins científicos ou pacíficos. As reuniões preparatórias e a assinatura do documento captaram a atenção da imprensa norte-americana na época, que apresentava vários cenários relativamente ao futuro do continente antártico (Cohen, 2002).

O Tratado da Antártida promove a liberdade de investigação científica, a cooperação internacional, a coordenação com agências especializadas das Nações Unidas e com outras entidades internacionais com interesse científico naquele continente. Em termos gerais, determina (Conference on Antarctica, 1959):

Artigo 1.º: primado da paz no território continental, proibindo qualquer tipo de atividade militar, desde a construção de bases e fortificações até à realização de exercí-

cios, bem como experiências com quaisquer tipos de armamento. No entanto, permite a permanência de militares e o uso de equipamento militar na investigação científica e com objetivos pacíficos.

Artigos 2.º e 3.º: princípio da liberdade para investigação científica, com troca de informações, de recursos humanos e de resultados de experiências num ambiente de cooperação, tanto entre as bases de pesquisa como destas com as agências da ONU e outros organismos multilaterais.

Artigo 4.º: talvez o mais dúbio do ponto de vista dos objetivos internacionalistas, dado que não desqualifica e, de facto, preserva os direitos previamente invocados, bem como as pretensões de soberania territorial sobre o continente. Não obstante, impede novas reivindicações, para além das que já foram apresentadas.

Artigos 5.º e 6.º: proibição de explosões nucleares e do lançamento de resíduos radioativos no continente, estabelecendo como território antártico todo o espaço localizado a sul de 60º S, preservando, no entanto, as disposições previamente existentes sobre o uso do alto-mar dentro desse espaço.

Artigos 7.º e 8.º: garantia dos direitos dos Estados-membros em designar observadores e de estes atuarem livremente no território antártico, inclusive no interior de bases, navios e aeronaves, para trabalhos de inspeção, bem como de receber informações sobre recursos humanos e equipamento militar instalados na Antártida. O Artigo 8º regulamenta essa atividade.

Artigos 9.º e 10.º: realização de reuniões consultivas entre os representantes dos Estados-membros e obrigação de as partes se submeterem, nas suas atividades em território antártico, aos princípios da Carta da Nações Unidas.

Artigo 11.º: resolução de controvérsias por mecanismos pacíficos e, caso necessário, o recurso ao Tribunal Internacional de Justiça (TIJ)²⁹. O mesmo artigo não indica que tipo de instrumento deve ser empregue caso falhe o recurso ao Tribunal.

Artigo 12.º: fixa a possibilidade de mudanças no Tratado a qualquer momento, desde que por acordo unânime entre os Estados-membros habilitados a participar nas reuniões consultivas. A renovação do estatuto ficou definida para ser realizada trinta anos após sua entrada em vigor, o que viria a acontecer em 1991.

Artigo 13.º: prevê a adesão de novos Estados, desde que estes sejam membros da ONU ou que sejam convidados pelos Estados-membros com direito a participar nas reuniões consultivas.

Artigo 14.º: designa o Governo dos EUA como depositário do Tratado.

Com o Tratado da Antártida foi criado o Sistema do Tratado da Antártida (STA), único no mundo, que consiste num conjunto de normas jurídico-políticas que regulamentam as relações entre os Estados no continente antártico. Encerra, entre outros, os seguintes instrumentos: Medidas acordadas para a Conservação da Fauna e Flora Antár-

29 Principal órgão judicial da ONU. Criado em 1945, com a Carta das Nações Unidas com o objetivo de resolver, de acordo com o Direito Internacional, disputas internacionais apresentadas pelos Estados-membros da ONU e assessorar os mesmos sobre questões legais internacionais, no âmbito das Nações Unidas.

ticas, de 1964; a Convenção para a Conservação das Focas Antárticas, de 1978 (CCAS); a Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, de 1980 (CCAMLR); a Convenção para a Regulamentação das Atividades sobre os Recursos Minerais (CRAMRA), adotada em 1988, mas que nunca entrou em vigor; e o Protocolo sobre Proteção do Meio Ambiente, de 1991 (Protocolo de Madrid).

Ao nível não-governamental, o STA é apoiado por dois organismos: i) o Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR), fundado em 1958, em Cambridge, Reino Unido, com a missão de promover e coordenar a investigação científica na Antártida e prestar assessoria às Reuniões Consultivas do Tratado – Antarctic Treaty Consultative Meetings (ATCM) –, nomeadamente no que respeita à proteção dos ecossistemas antárticos e subantárticos; e ii) o Council of Managers of National Antarctic Programs (COMNAP), criado em 1988 em Christchurch, Nova Zelândia, que tem como objeto o apoio técnico à investigação científica no terreno, promovendo a implementação de boas práticas, facilitando o estabelecimento de parcerias internacionais e dotando o STA de informação técnica e operacional sobre a investigação no terreno.

O STA tem atualmente 29 Membros Consultivos (*Consultative Parties*) e 24 Membros Não Consultivos (*Non-Consultative Parties*). Portugal é Membro Não Consultivo, tendo ratificado o Tratado da Antártida em 29 de janeiro de 2010 e o Protocolo de Proteção do Meio Ambiente em 10 de outubro de 2014. Necessita ainda de ratificar a CCAS e a CCAMLR.

Os Membros Consultivos são os 12 signatários iniciais do Tratado e 17 países que, entretanto, ratificaram o documento e têm vindo a revelar especial interesse na Antártida, através do investimento substancial em investigação científica naquele continente, sobretudo na instalação de bases³⁰. Estes membros, os únicos com poder decisório, são responsáveis pela organização das Reuniões Consultivas ordinárias (ATCM) e especiais (*Special Consultative Meetings*)³¹, encontros que têm como propósito, essencialmente, a troca de informação, a discussão de assuntos de interesse comum, a elaboração de recomendações e a aprovação de resoluções relativamente ao continente gelado.

Entre 1961 e 1991 as ATCM realizavam-se de dois em dois anos, porém passaram a ter uma periodicidade anual devido à importância científica que o continente viria a regis-

30 Signatários (1959): África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e URSS. Restantes Membros Consultivos: Alemanha (1981), Brasil (1983), Bulgária (1998), Equador (1987), Espanha (1988), Finlândia (1989), Índia (1983), Itália (1987), Países Baixos (1990), Peru (1989), República Checa (2014), República da Coreia (1989), RPChina (1985), Suécia (1988), Ucrânia (2004), Uruguai (1985). A República Checa é o mais recente Membro Consultivo. O estatuto foi-lhe reconhecido na ATCM de 2013, que decorreu em Bruxelas entre 20 e 29 de maio, com efeitos a partir do ano seguinte. O país era Membro Não Consultivo desde 1962 e tinha vindo a incrementar o investimento em investigação científica na Antártida, sobretudo desde a abertura da base científica Johann Gregor Mendel em 2006, na ilha James Ross, junto à Península Antártica.

31 Nas ATCM são efetuadas recomendações sobre todos os temas relacionados com a Antártida, mas que apenas têm efeito se aprovadas por todos os Membros Consultivos. Já as reuniões especiais são efetuadas com o propósito de discutir temas específicos e podem igualmente dar origem a recomendações, nos mesmos termos do que as ATCM, mas apenas para as temáticas em discussão, que estiveram na origem da reunião.

tar ao longo da década de 1980 e que se traduziu no aumento do número de bases científicas e de equipas de investigação no terreno, bem como numa maior necessidade de controlo das atividades desenvolvidas.

As ATCM são presididas pelos Membros Consultivos em regime de rotatividade, por ordem alfabética de acordo com o seu nome em língua inglesa – a reunião de 2019 (ATCM XLII) decorreu em Praga, entre 1 e 11 de julho, tendo a anterior decorrido em Buenos Aires, na Argentina, entre 13 e 18 de maio de 2018 – e para além dos Membros Consultivos, estes encontros recebem representantes dos Membros Não Consultivos³², peritos convidados de entidades governamentais e não-governamentais e observadores do SCAR, do COMNAP e do CCAMLR.

Pontualmente realizam-se reuniões de peritos, de cariz técnico, para discutir assuntos tão variados como códigos de navegação, telecomunicações, segurança aérea no continente, monitorização ambiental, entre outras temáticas. Estes encontros apenas dão origem a relatórios de apoio aos Membros Consultivos, pelo que qualquer recomendação que possa vir a ser tomada na sequência destes relatórios terá de ser discutida e aprovada em sede das ATCM.

O STA é apoiado desde 1 de setembro de 2004 pelo Secretariado do Tratado da Antártida, sediado em Buenos Aires, Argentina. Este organismo tem como objetivo assessorar as ATCM e o CEP, facilitar a troca de informação entre Membros, coligir, arquivar e disponibilizar informação sobre as ATCM, bem como produzir e divulgar informação sobre o STA e atividades antárticas (Secretariat of the Antarctic Treaty, s.d.).

No que concerne aos instrumentos do STA, a Convenção para a Conservação das Focas Antárticas (CCAS) de 1978 surgiu da necessidade de proteger estas espécies e reforçar as Medidas acordadas para a Conservação da Fauna e Flora Antárticas de 1964, dado o seu cariz generalista. As focas antárticas, sobretudo os lobos-marinhos, estavam quase extintas no início do século XX nos arquipélagos da Geórgia do Sul e das Shetlands do Sul devido à elevada procura pela sua pele e gordura (Cohen, 2002).

Após a entrada em vigor das Medidas em 1964, uma expedição científica deslocou-se à Antártida com o objetivo de apurar se as focas caranguejeiras, que habitam as plataformas de gelo flutuantes em alto mar em torno daquele continente poderiam ser capturadas. A equipa verificou que a espécie se encontrava ameaçada, visto que a existência de medidas aprovadas por todos não bastava para conseguir evitar a sua captura ou de outras espécies em alto mar.

Perante os resultados desta expedição, os Membros Consultivos do Tratado da Antártida, com o apoio do SCAR, envidaram esforços no sentido de criar um instrumento mais eficaz de proteção daqueles animais e que pudesse ser internacionalmente reconhecido, uma vez que a ameaça de extinção ainda não estava ultrapassada (Cohen, 2002). Foi então elaborada a CCAS entre 1964 e 1972, proibindo a captura de focas antárticas a sul de 60° S exceto nos termos regulamentados pelo documento, que impõe zonas,

32 Portugal participa nas ATCM desde 2013: Bruxelas (2013), Brasília (2014), Sófia (2015), Santiago do Chile (2016), Pequim (2017), Buenos Aires (2018) e Praga (2019).

limites e épocas de captura, bem como espécies que podem ou não ser capturadas. A Convenção entrou em vigor em 1978 e foi revista em 1988, tendo contribuído significativamente para a recuperação das colônias destes animais³³.

Já a Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR) encontra-se em vigor desde 1982, com o objetivo de conservar a vida marinha antártica através da regulamentação da sua exploração (CCAMLR, 2015). Foi elaborada, por um lado, em resposta ao crescente valor comercial que o *krill*, componente fundamental do ecossistema antártico, tinha vindo a adquirir na década de 1970 e, por outro, tendo por base o histórico de sobre-exploração de outros recursos marinhos no Oceano Glacial Antártico, por forma a evitar situações de pré-extinção de algumas espécies.

Deste modo, à semelhança do ocorrido com a CCAS, os Membros Consultivos, com o apoio do SCAR, elaboraram este instrumento de proteção do ecossistema antártico, que inclui um conjunto de medidas de conservação, analisado e atualizado anualmente na reunião da Comissão para Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, organismo responsável pela implementação da convenção e estabelecido pela mesma em 1982. O empenho desta comissão culminou em outubro de 2016 no acordo para a criação da maior reserva marinha do mundo, no Mar de Ross, na Antártida (Slezak, 2016).

Neste contexto, desde dezembro 2017 e por um período de trinta e cinco anos, está limitada e até interdita a pesca e captura de recursos marinhos para fins comerciais naquela região (McGrath, 2016). O Comité Científico desta Comissão já tinha manifestado o seu apoio à proposta apresentada nesse sentido pela Nova Zelândia e pelos EUA em 2011, mas desde então não tinha ainda existido consenso entre os Membros do Tratado nas reuniões anuais subsequentes, sobretudo no que respeita à China e à Federação Russa, uma vez que aquela região constituía uma das suas zonas de pesca de merluza-negra, uma espécie muito ameaçada pelo seu porte, entre noventa e cento e trinta quilos, e consequente elevado valor comercial, podendo alcançar cerca de mil euros por exemplar no mercado asiático (Iglesias, 2016).

Por sua vez, a Convenção para a Regulamentação das Atividades sobre os Recursos Minerais (CRAMRA) nasceu da necessidade de regulamentar a prospeção, exploração e comercialização de recursos minerais, com interesse crescente nas décadas de 1970 e 1980. Esta questão foi debatida durante as negociações que conduziram ao Tratado da Antártida, mas acabou por ser excluída da redação do documento, por se considerar que ainda se encontrava numa fase muito prematura (Cohen, 2002).

Não obstante, em 1970, na sequência de estudos efetuados por empresas de prospeção geofísica sobre a possibilidade de efetuar prospeção no Oceano Glacial Antártico em torno do “continente gelado”, os Membros Consultivos resolveram abordar a questão na ATCM VI, que decorreu nesse mesmo ano, contudo só chegariam a consenso onze anos depois para a criação de um instrumento de regulamentação destas atividades, na ATCM IX.

33 Os lobos-marinhos, por exemplo, têm registado nos últimos anos uma taxa de crescimento anual de 10%. Ver Seal Conservation Society (s.d.).

A CRAMRA foi assim negociada ao longo de seis anos (1982-1988) e adotada em 1988, mas tal como referido anteriormente, nunca entrou em vigor na medida em que necessitava da ratificação por todos os membros do Tratado, o que não aconteceu a tempo da ATCM XV, que se realizou em 1989 em Paris. Desde então, nenhum país a ratificou (Cohen, 2002).

À semelhança das convenções anteriores, este documento regulamenta a exploração de recursos minerais na Antártida, definindo áreas protegidas e regras de conduta para os operadores, primando sempre pelo respeito do Tratado da Antártida (British Antarctic Survey, s.d.b). Ou seja, se a CRAMRA tivesse sido adotada, qualquer empresa de qualquer membro da convenção poderia desenvolver atividades de prospeção, exploração e comercialização dos recursos minerais existentes naquele continente, desde que respeitasse o Tratado e respetivas convenções.

Por esta razão, em 1988 a Greenpeace e o WWF lançaram uma campanha internacional contra a exploração mineira na Antártida, defendendo que esta atividade deveria ser totalmente banida daquele continente, pugnando para que o mesmo fosse declarado “Parque Mundial” (British Antarctic Survey, s.d.b). Sob a intensa pressão destes grupos ambientalistas, Austrália e França decidiram não ratificar a CRAMRA em 1989.

Em 1990, na mesma linha, Nova Zelândia, Itália e Bélgica propuseram a elaboração de uma convenção de proteção ambiental mais abrangente, que proibisse qualquer atividade mineira na Antártida. No entanto, os EUA, Japão e Reino Unido opuseram-se à proibição definitiva destas atividades naquele continente. Chile e Reino Unido convocaram então uma reunião extraordinária para discutir medidas abrangentes para a proteção do ecossistema antártico, tendo elaborado em conjunto o primeiro esboço do que viria a ser o Protocolo de Proteção do Meio Ambiente e que viria a incorporar algumas das medidas propostas originalmente na CRAMRA (British Antarctic Survey, s.d.b).

Assim, perante o fracasso da CRAMRA, em 1991, 30 anos após a entrada em vigor, procedeu-se à primeira revisão do Tratado da Antártida, adiando as discussões acerca de outros tipos de utilização do território que não a investigação científica, nomeadamente a exploração dos recursos minerais, por um período de 50 anos (até 2041), mas sem impedir taxativamente novas reivindicações territoriais, nomeadamente por parte de alguns países da América do Sul, como o Peru e o Equador.

Na sequência da proposta do Chile e do Reino Unido, a revisão do Tratado deu origem ao Protocolo de Proteção do Meio Ambiente (PEP, em inglês), mais conhecido como Protocolo de Madrid e que viria a entrar em vigor em 1998, e a cinco novos anexos: Avaliação de Impacto Ambiental; Conservação da Fauna e Flora Antárticas; Gestão de Resíduos; Prevenção da Poluição Marinha e Proteção e Gestão de Áreas. Efetivamente, o Protocolo veio reforçar o estatuto da Antártida como Reserva da Humanidade, procurando prolongar e melhorar a eficácia do Tratado da Antártida sem, contudo, alterar o documento original.

A proibição da exploração de recursos minerais, exceto para fins científicos, foi imposta por um período mínimo de 50 anos desde a entrada em vigor – medida também

conhecida como a moratória dos 50 anos – sendo que, a ocorrer após esse período, terá de ser aprovada por unanimidade.

O Protocolo de Madrid destaca igualmente a necessidade de minimizar o impacto ambiental da investigação científica, i.e., impõe um planeamento cuidadoso da pesquisa a efetuar no terreno por forma a evitar a contaminação e a degradação ambiental fruto das pesquisas efetuadas. Refira-se, neste contexto, que as bases científicas constituem um importante fator de alteração do ecossistema em que estão integradas e de contaminação, em virtude dos resíduos que produzem³⁴, do ruído dos geradores, da trasfega de combustível e da alimentação de espécies animais locais, prática interdita por alterar os seus hábitos de procura de alimento, mas que acaba por verificar-se³⁵.

O processo de trasfega de combustível em ambiente antártico é bastante complexo, uma vez que tem de ser rigorosamente planeado, obedecendo às diretivas do PEP. Durante a nossa estada no terreno, em janeiro de 2012 (verão antártico) pudemos testemunhar uma operação de abastecimento da base uruguaia Artigas, que demorou cerca de dois dias, empenhou toda a guarnição da base e manteve ativo um plano de contingência.

O Protocolo de Madrid cria ainda o Comité para a Proteção do Meio Ambiente (CEP), uma entidade de assessoria que tem como funções principais apoiar e propor recomendações às Reuniões Consultivas do Tratado, seguindo as disposições do Protocolo. Em termos jurídicos, o documento completa o Artigo 11.º do Tratado, relativamente à resolução de conflitos, permitindo aos seus membros escolher a instituição internacional para mediar o diferendo: o Tribunal Internacional de Justiça ou um Tribunal Arbitral. No entanto, não esclarece que medidas poderão ser tomadas caso a intervenção de uma destas instituições (ou de ambas) não resolva o conflito.

Com vista a garantir o respeito pelo Tratado da Antártida e pelo Protocolo de Madrid, são efetuadas inspeções aleatórias ao terreno, teoricamente sem aviso prévio³⁶, que obedecem a diretrizes previamente definidas, organizadas em quatro *checklists*, de acordo com o objeto de inspeção: a) bases permanentes e infraestruturas anexas; b) navios que percorram a área definida pelo Tratado da Antártida; c) bases abandonadas e edifícios anexas; d) depósitos de resíduos.

No entanto, imbuídas do espírito de “resolução pacífica de tensões”, estas listas não são utilizadas como questionário aos inspecionados nem são passíveis de constituir prova de inquérito. Têm como propósito guiar os inspetores nas visitas a estas infraestruturas/navios e recomendar boas práticas a quem está no terreno.

34 Os resíduos orgânicos, papel e cartão são normalmente incinerados no local, provocando a libertação de vapores num ambiente quase prístino. Todos os restantes resíduos são armazenados e enviados, por aeronave ou navio, para o país de origem das bases, a fim de serem reciclados.

35 Informação obtida durante a visita ao terreno, à ilha Rei Jorge, arquipélago das Shetlands do Sul, através de observação e de conversas com técnicos responsáveis pela qualidade ambiental.

36 O Tratado da Antártida, no Artigo 7.º, prevê a realização de inspeções no terreno sem aviso prévio. Utilizamos o advérbio “teoricamente” uma vez que, se em 1959 era mais fácil manter o sigilo destas missões, hoje em dia a vontade humana, aliada às tecnologias da informação e comunicação podem facilmente adular o princípio do sigilo das inspeções e promover fugas de informação.

Em suma, a entrada em vigor do Protocolo de Madrid em 1998 e a criação do secretariado marcaram a evolução do Tratado, que passou de um acordo de cariz limitativo a um sistema de governação (Scully, 2011). Segundo Robert Headland, o Tratado da Antártida e o STA encerram uma forte componente burocrática, mas têm igualmente evoluído ao longo do tempo e servido o seu propósito.

Respondendo à pergunta de investigação, será o quadro legal em vigor suficiente e eficiente para a prevenção e resolução de conflitos na Antártida? podemos afirmar que sim. Em cinco décadas de vigência, o STA, instrumento multilateral de referência, acabou por evoluir para um regime, manteve o “continente gelado” isento de conflitos e melhorou as medidas de conservação do ecossistema, instituindo as inspeções – efetuadas sobretudo por especialistas na área ambiental, têm tido um papel importante quer na proteção do meio ambiente, quer na formação das guarnições das bases antárticas – e pautando sempre por uma atitude geradora de consensos, mesmo no que respeita aos recursos minerais. No entanto, permanece a questão: será que quando a exploração destes recursos se tornar economicamente viável, o STA terá capacidade para manter a Antártida “intocável”?

De acordo com Gillian Triggs (2011, p. 45) “A potent risk to the stability of the ATS [STA] is the temptation for claimant states to exercise jurisdiction within their claimed sectors”, situação que, no entanto, já se verifica no terreno. Na ilha de Rei Jorge, a título de exemplo, a base da Força Aérea chilena mantém operacional o único aeródromo do arquipélago das Shetlands do Sul do qual dependem todas as bases internacionais instaladas na ilha para transporte logístico e de pessoal. Assim, em caso de incidente no arquipélago ou no mar contíguo ao arquipélago, as autoridades chilenas são responsáveis pelas operações de busca e salvamento, auxiliando e evacuando eventuais vítimas, embora possam contar com a colaboração dos outros países presentes na sua zona de influência ou em áreas contíguas.

Na mesma linha, Christopher Joyner (2011), investigador na Universidade de Georgetown, Washington, considera que um dos principais desafios ao Tratado da Antártida poderá ser precisamente um conflito entre Estados reivindicadores e não-reivindicadores sobre a eventual exploração de hidrocarbonetos *offshore*, com base no Artigo 76.º da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 3 de abril de 1997). Como verificamos anteriormente, alguns Estados reivindicadores já apresentaram submissões junto da Comissão das Nações Unidas para os Limites da Plataforma Continental, para aferir da possibilidade de expandir a sua plataforma nas zonas *offshore* dos territórios antárticos reclamados antes do Tratado.

Outro desafio à integridade do Tratado da Antártida, igualmente importante, passa pela prospeção da biodiversidade na região com fins comerciais. Segundo Joyner, o aumento da investigação científica, nomeadamente no que respeita à flora e à fauna é justificado pela pesquisa de recursos genéticos e bioquímicos passíveis de serem utilizados na indústria farmacêutica, que já integra alguns desses elementos em medicamentos contra o cancro, suplementos alimentares, cosméticos, entre outros.

O *krill*, um dos recursos mais explorados, é capturado por cerca de duas centenas de empresas, de 27 nacionalidades³⁷. Os países mais ativos neste sector são o Japão, os EUA, a Espanha, o Reino Unido, a Coreia do Sul, o Canadá, a Suécia, a Federação Russa, a China, o Chile, a Nova Zelândia, a França, a Bélgica, a Índia, a Dinamarca, os Países Baixos, a Alemanha e a Polónia, todos Membros Consultivos do Tratado da Antártida; mas esta prática, de acordo com Joyner, levanta várias questões.

“Certain unresolved bioprospecting issues could pose serious challenges within the ATCPs, particularly between claimant and nonclaimant states. Another legal concern relates to who has the authority to determine access to genetic resource in Antarctica. Consequently, although Article IV provides that “no acts or activities taking place while the present Treaty is in force shall constitute a basis for asserting, supporting or denying a claim to territorial sovereignty in Antarctica or create any rights of sovereignty in Antarctica,” what degree of legal authority, if any, do claimant states possess to regulate access to Antarctic genetic resources in their claimed sectors? No less important, would this “authority” give claimant states the right of refusal to a prospective bio prospector? Who retains how much of the profits, if any, derived from bioprospecting research? Are all benefits to be retained solely by the company who invests most heavily in the research?” (Joyner, 2011, p. 99).

Um terceiro desafio à integridade do Tratado envolve o Japão e a Austrália e remete para a captura de baleias em águas antárticas. O Santuário de Baleias do Oceano Glacial Antártico, criado em 1994 pela Comissão Baleeira Internacional – International Whaling Commission (IWC) –, proíbe a captura para fins comerciais. Não obstante, o Japão continuou a capturar, em média, cerca de mil baleias sob a alçada do seu Programa de Investigação de Baleias sob a Autorização Especial na Antártida – Japanese Whale Research Program under Special Permit in the Antarctic (JARPA II).

Após várias tentativas para travar a captura de cetáceos em águas antárticas, a Austrália deu entrada, em maio de 2010, de um processo contra o governo japonês no Tribunal Internacional de Justiça das Nações Unidas (TIJ), alegando “Japan’s continued pursuit of a large-scale program of whaling (...) is in breach of obligations assumed by Japan (...) for the preservation of marine mammals and the marine environment” (United Nations Information Center, 2013).

Por sua vez, o TIJ ordenou ao Japão, em março de 2014, que cessasse de imediato a captura de cetáceos tendo ficado provado que estes se destinavam ao abastecimento de mercados japoneses e não à investigação científica. Os dois únicos artigos de investigação que o Japão utilizou para sustentar a sua posição (entre 2005 e 2016) encaminham-nos para a utilização de nove baleias capturadas para fins científicos, não sendo proporcional ao número de animais mortos em cinco anos, ou seja, cerca de 3.600 (ABC, 2014). No entanto, contra a posição do governo australiano e a deliberação do TIJ em 2014, as autoridades japonesas acabaram por regressar a águas antárticas em 2015 para capturar baleias, alegando que passariam a utilizar “meios não letais”.

37 A sua captura é regulamentada pela CCAMLR, que impõe um limite máximo de 5,6 milhões de toneladas por ano no Atlântico Sudeste.

Embora não seja o desafio mais problemático do Tratado, a tensão nas relações bilaterais entre a Austrália e o Japão no que respeita à Antártida poderá dificultar processos de tomada de decisão no âmbito do STA, sobretudo os que envolverem a gestão dos recursos marinhos. De acordo com o geólogo do BAS e antigo secretário executivo do SCAR entre 1989 e 2005, Peter Clarkson³⁸, o próprio SCAR não se dedica à investigação nesta área por considerá-la demasiado politizada.

2.1.2.4. Do Tratado da Antártida à Atualidade

As três décadas que se seguiram à assinatura do Tratado da Antártida, até à sua revisão em 1991, ficaram marcadas pela consolidação da presença internacional no continente. Com as reivindicações territoriais suspensas, Membros Consultivos e Não Consultivos investiram nos seus programas polares, sobretudo na construção de bases no continente e nas ilhas antárticas, com o intuito de reforçar a presença em diferentes setores geográficos.

Entre 1970 e 1980 a URSS construiu três bases dispersas por todas as zonas reclamadas, exceto na zona reivindicada por França e no único setor não reivindicado. Já os EUA construíram a base de Palmer em 1968, na ilha de Anvers junto à Península Antártica, modernizaram a McMurdo construída para o AIG e ampliaram a base no Polo Sul (Amundsen-Scott) em 1977, com o argumento de que a manutenção desta última garantia a presença em todos os setores antárticos (Mitchell, 1980). Recorde-se que nenhum destes Estados reconhecia as reivindicações territoriais suspensas pelo Tratado, mas reservavam para si o direito de reclamar parcelas do território antártico.

Dos países com interesses no Atlântico Sul e na Antártida contemplados neste trabalho de investigação, apenas Brasil e Uruguai não aderiram ao Tratado no momento da sua assinatura, porém os seus programas polares conheceram um incremento substancial durante as últimas quatro décadas.

2.1.2.4.1. Brasil

“(…) the Brazilian Antarctic Program envisions the imperative necessity that the Country assume its role of great nation and participate in decisions affecting the Southern Cone. As a two-hemisphere nation, occupying a broad range of latitudes on continuous territories, the nation should include four great areas: Equatorial Brazil, Tropical Brazil, Subtropical Brazil and Polar Brazil” (Coelho, 1983 *apud* Child, 1988, p. 149).

Segundo o investigador Rogério Madruga Gandra, existem no Brasil dois posicionamentos políticos relativamente à Antártida, o “territorialista”, defendido por Therezinha de Castro e pelo deputado Eurípedes de Menezes, que na década de 1970 sustentava a reivindicação de território antártico e que privilegia a integração daquele continente na jurisdição e soberania nacionais e o “internacionalista”, que considera a Antártida um continente universal utilizado para fins pacíficos, como sustentado pelo Tratado (Gandra, 2009).

38 Entrevistado pela autora em 20 de outubro de 2015.

Terá sido a perspectiva territorialista que em 30 de junho de 1958, no contexto da elaboração do Tratado da Antártida, conduziu o governo brasileiro a notificar o Departamento de Estado norte-americano acerca das suas pretensões relativas ao setor antártico localizado entre o meridiano 28° (ilha Martim Vaz) e o meridiano 53° (Arroio Chuí), em virtude da aplicação da teoria da defrontação. No entanto, foi excluído da redação do mesmo, uma vez que as autoridades norte-americanas entenderam que o Brasil não tinha desenvolvido nenhuma atividade científica de relevo naquele continente até à convocação da reunião em Washington, pelo que não poderia ser incluído nas negociações do Tratado nem na sua redação – embora o governo brasileiro alegasse que a sua marinha tinha desenvolvido projetos de investigação oceanográficos e meteorológicos na região antártica, no contexto do AIG (Penha, 2009).

Em resposta, o executivo brasileiro apresentou um protesto formal, declarando: “o Brasil, ante o imperativo de proteger sua Segurança Nacional, reservar-se-á o direito de livre acesso à Antártida assim como o de apresentar as reivindicações que possa vir a julgar necessárias” (Porto da Luz, 1990 *apud* Penha, 2009, p. 127).

No entanto, de acordo com o capitão-de-fragata da marinha argentina, Bernardo Rodríguez, o Brasil não terá aderido ao Tratado da Antártida em 1960 na medida em que teria interesse em fazer valer a sua soberania sobre os territórios reclamados com base na defrontação (Penha, 2009). Na perspectiva argentina, o Brasil pretendia reclamar em primeiro lugar a sua soberania sobre parte do território antártico e posteriormente aderir ao Tratado – o deputado Eurípedes de Menezes defendeu esta posição em 1970³⁹, num discurso perante o Congresso Nacional: “Insistiremos, pois, enquanto não nos convençam de laborarmos em erro: sendo como é praticamente impossível a solução pacífica da questão da propriedade de terras na Antártica, a não ser que se adote o critério de defrontação (...) porque não faremos também a nossa legítima reivindicação?” (Castro, 1976, p. 111).

Os interesses brasileiros na Antártida manifestar-se-iam oficialmente a partir de 1973, quando a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovaria um projeto de lei que autorizava o executivo a conceder apoio logístico à primeira expedição brasileira à Antártida (Penha, 2009). Em 1975, o Brasil aderiu ao Tratado e em outubro de 1976 o governo apresentou as diretrizes gerais da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), que seria finalmente aprovada em 1987, através do Decreto N.º 94.401, de 3 de junho.

A POLANTAR (Decreto N.º 94.401, de 3 de junho de 1987) garantia a prossecução dos objetivos brasileiros na Antártida, que se traduzem em:

- a. Participação em todos os atos internacionais e instituições que compõem o Sistema do Tratado da Antártida;
- b. Prossecução e ampliação do Programa Antártico Brasileiro, que fundamenta a inclusão do Brasil entre os Membros Consultivos, objetivando:
 - i. Maior conhecimento científico da região antártica em todos os seus aspetos, por meio do desenvolvimento das atividades brasileiras na Antártida, com envolvimento crescente de cientistas brasileiros;

39 Em 1970 o Brasil já se encontrava sob regime militar (1964-1984).

- ii. Identificação dos recursos económicos vivos e não-vivos e obtenção de dados sobre as possibilidades do seu aproveitamento;
 - iii. Desenvolvimento da tecnologia brasileira aplicável às condições fisiográficas e ambientais no continente antártico e da área marinha adjacente, bem como a eventual exploração e o aproveitamento de recursos vivos e não-vivos;
- c. Participação na exploração e aproveitamento de recursos vivos marinhos e de recursos minerais antárticos e, se esta ocorrer, participação igualmente em condições que compensem a condição de país em desenvolvimento.

A POLANTAR, ainda que numa fase embrionária, enquadrou a criação do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) pelo Decreto n.º 86.830 de 12 de janeiro de 1982, sob a tutela do Ministério da Marinha, designadamente na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) (Ministério da Educação do Brasil, 2007). O PROANTAR foi desenhado com o propósito de coordenar a investigação científica na Antártida e gerir as infraestruturas que viessem a ser edificadas, contribuindo para a efetivação da presença brasileira na região. Encontra-se dividido em três segmentos (MCTIC, s.d.):

- a. Científico: constituído pelo Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas – CONAPA, órgão assessor do Ministério da Ciência e Tecnologia para os assuntos científicos relacionados com a Antártida e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade responsável pelo fomento e coordenação da execução da investigação científica realizada pelas universidades e institutos de investigação.
- b. Logístico: sob a responsabilidade da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM, que implementa o apoio logístico às Operações Antárticas.
- c. Ambiental: sob a responsabilidade do Grupo de Avaliação Ambiental do PROANTAR (GAAM), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A atividade antártica sob a alçada do PROANTAR iniciou-se logo após a sua criação com a aquisição do navio polar dinamarquês *Thala Dan*, que seria transformado em Navio de Apoio Oceanográfico *Barão de Teffé*, a bordo do qual partiu a primeira expedição brasileira rumo à Antártida (1982/83), a Operação Antártica (OPERANTAR) I, que contou igualmente com o Navio Oceanográfico da Universidade de São Paulo, *Prof. Wladimir Besnard* (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, s.d.).

Segundo Rogério Gandra, esta missão decorreu numa fase em que os paradigmas ideológicos brasileiros se encontravam em xeque, uma vez que o apoio dos EUA ao Reino Unido durante a Guerra das Falkland/Malvinas tinha fragmentado a coesão do TIAR e a neutralidade dos demais Estados-membros do Tratado do Rio, em especial do Brasil, que almejava atingir o estatuto de potência regional (Gandra, 2009). Não obstante esta situação, a expedição foi bem-sucedida, tendo contribuído, juntamente com a construção da Estação Antártica Comandante Ferraz, para a aceitação do Brasil como Membro Consultivo do Tratado da Antártida em 1983. Desde então, as autoridades brasileiras

têm participado em todas as reuniões do Tratado, designadamente em 1991, na qual foi aprovado o Protocolo de Proteção do Meio Ambiente (Secretariat of the Antarctic Treaty, s.d.).

Inaugurada em 1984, a Estação Antártica Comandante Ferraz, uma base de ocupação permanente, localiza-se na Baía do Almirantado, ilha de Rei Jorge, arquipélago das Shetlands do Sul. Ficou parcialmente destruída em 2012 devido a um incêndio, perdendo cerca de 70% das instalações, sendo que as obras para a sua reconstrução, com início na temporada 2016/2017, foram adjudicadas à empresa chinesa CEIEC – o primeiro navio com equipamento partiu em novembro de 2016 (Sputnik Brasil, 2016). Antes do acidente, esta base tinha uma área de 2.350 m², podendo acomodar até 53 pessoas, entre investigadores, elementos do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro e da Marinha do Brasil, responsável pela gestão da infraestrutura. Prevê-se que a base esteja novamente operacional na campanha antártica de 2020.

A partir de 1982 a investigação brasileira na Antártida tornava-se um instrumento ao serviço da geopolítica, temática constante nos discursos oficiais sobre aquele continente, designadamente em 1983 durante o Simpósio “O Brasil e a Antártida”, organizado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados.

No evento o almirante Múcio Piragibe Bakker, à data Secretário da CIRM, afirmava:

“Em suma, os fatores que justificam a presença do Brasil no diálogo sobre a questão Antártica são de caráter ecológico, estratégico e político. Fatores econômicos também justificam esse esforço, pois há um trinômio que preocupa a humanidade: matérias-primas, energia e alimentos (...) Não houve dificuldades para mobilizar a comunidade científica, apesar de ser o Brasil um país onde a ciência é uma área pouco relevante em termos de prioridade nacional [...]. Cabe, então, a pergunta: como será o Brasil no início do próximo século se seus recursos – minério de ferro, manganês, etc. – se esgotarem? (...) há também o aspeto científico. As organizações científicas mais importantes do planeta estão envolvidas na Antártica. Provavelmente, com o Programa Antártico, com a participação brasileira, pela primeira vez o país tenha oportunidade de proporcionar a seus cientistas o diálogo com cientistas de outros países (...) debatendo aspetos científicos em igualdade de condições (...)” (Gandra, 2009, p. 71).

Contudo, após o final do regime militar em 1984, as operações antárticas brasileiras apostaram numa estratégia de desenvolvimento da investigação científica, evitando confrontos com os Estados-membros do Tratado da Antártida. Não obstante as dificuldades iniciais criadas pelas autoridades argentinas, que criticavam a intenção brasileira de reivindicar parcelas do território da “Antártida Argentina” com base na defrontação, a presença do Brasil fez valer uma tendência pró-internacionalização do continente, sem manifestar, pelo menos explicitamente, interesses de soberania (Penha, 2009).

Simultaneamente, as autoridades brasileiras procuraram transmitir que apesar desta atitude internacionalista, o Brasil teria flexibilidade para alterar as suas posições diplomáticas caso fosse necessário, uma vez que era detentor da região costeira mais vasta do Atlântico e que, naturalmente, a Antártida surgia como uma área estratégica fundamental para os interesses brasileiros ao longo deste oceano (Penha, 2009).

No que concerne ao investimento em investigação científica, entre 2001 e 2013⁴⁰ o governo brasileiro financiou o PROANTAR em cerca de quarenta e quatro milhões de euros; no entanto, após o incêndio na Base Comandante Ferraz⁴¹, o montante destinado ao PROANTAR foi reduzido, situação contestada em julho de 2016 na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, onde foi solicitado um aumento de verbas para a investigação antártica, para que pudesse regressar aos níveis anteriores ao acidente (Câmara dos Deputados do Brasil, 2016).

Permitimo-nos, no entanto, concluir que a turbulência política no Brasil em 2016, que acabou por promover mudanças significativas na tutela do país, colocou em suspenso o investimento (e até o interesse) na investigação antártica, porém a presidência de Bolsonaro tem dado sinais de que pretende reforçar a presença na Antártida, tendo o próprio presidente inaugurado um novo sistema de comunicações na Base Comandante Ferraz por videoconferência em março de 2019, por ocasião da visita ao terreno do Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (Estadão, 2019).

Em suma, o Brasil, terceiro país sul-americano a envolver-se nos temas antárticos, depois da Argentina e do Chile, acabou por conduzir, através da teoria da defrontação, o Uruguai, o Peru, o Equador e ainda a Colômbia a seguirem-lhe o exemplo (Penha, 2009).

2.1.2.4.2. *Uruguai*

Apesar de também não ter reivindicado oficialmente parcelas do território antártico, o interesse do Uruguai na Antártida começou a manifestar-se na década de 1950, numa missiva enviada pelo capitão Carlos Travieso ao então inspetor-geral da marinha, defendendo, à luz da teoria da defrontação, o estabelecimento de uma estação meteorológica, considerando tratar-se de uma oportunidade única para marcar presença naquele continente.

Em 1961, o professor Julio César Musso citava pela primeira vez o nome de Base Artigas como designação futura de uma base uruguaia na Antártida, cujo projeto começou a delinear-se em 1962. De acordo com a estimativa de Musso, esta infraestrutura deveria localizar-se na costa sul do Mar de Weddell, especificamente no Cabo Noruegia, onde, entre outras finalidades, teria como missão o apoio à navegação, através da instalação de um farol e de um depósito de combustível (Fontes, 2013).

Embora o projeto não tenha sido concretizado, lançou as bases para a instalação da primeira base permanente do Uruguai em território antártico em 1984, que acabaria por adotar a designação original proposta por Julio Musso (Fontes, 2013), Base Científica Antártica Artigas, na ilha de Rei Jorge, arquipélago das Shetlands do Sul, onde realizamos a pesquisa no terreno para a presente investigação.

O professor Julio Musso foi o principal promotor da “consciência antártica” no Uruguai, tendo escrito na década de 1960 numerosos artigos sobre o tema, designadamente na sua revista *Antártida Uruguaya* – que deu origem a um livro homónimo em 1970

40 Não foi possível ter acesso a dados mais recentes sobre o financiamento do PROANTAR.

41 A reconstrução da base teve um custo de 100 milhões USD (Mesquita, 2018).

– através dos quais defendia uma maior presença do país naquele continente, respeitando, no entanto, o Tratado. Em 1968, Musso fundaria o Instituto Antártico Uruguaio (IAU), de cariz privado, com o objetivo de divulgar o “continente gelado” entre a população e apoiar a atividade nacional naquela região (Fontes, 2013).

Dois anos depois, em 1970, realizou-se a primeira Convenção Nacional Antártica (CNA), na Biblioteca Nacional, durante a qual foram debatidos planos estratégicos e projetos para iniciar a atividade na Antártida de forma independente. Entre as principais conclusões deste evento, destacam-se (Fontes, 2013):

- A criação de uma base científica sob a tutela do IAU;
- Indicação, por parte do IAU, de uma equipa de investigadores para desenvolver atividades na Antártida;
- Realização de campanhas exploratórias na Antártida por navios uruguaiois tendo em vista uma ocupação efetiva daquele território, quer através de abrigos, quer de bases permanentes.

Ainda em 1970, em 19 de maio, seria aprovado o Decreto 226/970, que criava a Comissão de Estudos Antárticos, com o propósito estudar a instalação de uma base na Antártida e cuja investigação culminou na construção da Base Artigas. Em 1975 o IAU passava finalmente para a esfera pública, sob a alçada do Ministério da Defesa, aumentando substancialmente a sua capacidade relativamente a meios e instalações, uma vez que passou a ter as Forças Armadas envolvidas nos projetos antárticos (Fontes, 2013).

Em 11 de dezembro de 1979 o Uruguai aderiu ao Tratado da Antártida, através da aprovação da Lei 14.971. Relatando o acontecimento, o jornal *El Dia* publicou em fevereiro de 1980 o seguinte:

“O Uruguai deixou reservados «os direitos que lhe correspondem na Antártida, de acordo com o Direito Internacional», aquando do depósito do instrumento de adesão ao Tratado de Washington (...) A decisão do governo uruguaio de aderir ao Tratado baseia-se (...) num interesse especial, direto e substancial que deriva da sua localização geográfica, da confrontação da sua costa atlântica com o continente antártico, da influência que aquele exerce sobre o seu clima, a sua ecologia e a sua biologia marinha, dos laços históricos [que perduram] desde as primeiras expedições que aventuraram explorar o dito Continente e as suas águas, assim como das obrigações assumidas no âmbito do TIAR, o qual inclui uma parte do território antártico na zona descrita no Tratado e em virtude do qual o Uruguai participa na responsabilidade de defesa da região” (El Dia, 1980 *apud* Fontes, 2011, p. 131).

À semelhança do Brasil, após a ratificação do Tratado da Antártida o Uruguai apostou fortemente na investigação antártica, sobretudo desde a inauguração da sua primeira base em 1984, construída a partir de um antigo abrigo cedido pelo governo chileno, ocupada em permanência por militares, mas que todos os anos recebe investigadores uruguaiois e estrangeiros, ao abrigo das campanhas desenvolvidas pelo IAU. Tivemos a oportunidade (e o privilégio) de desenvolver a nossa investigação no terreno ao abrigo da Operação Antarkos XXVIII (Universidad de la República Uruguay, 2012).

Para além da Artigas, o Uruguai possui igualmente uma outra base na Península Antártica, a Estação Científica Antártica Ruperto Elichiribehety, atualmente inoperacional por falta de recursos financeiros e pelo facto de os navios que podem abastecê-la necessitarem de reparações.

O Uruguai alcançou em 1985 o estatuto de Membro Consultivo do Tratado e desde então tem participado em todas as reuniões. Em 2007 foi criada uma comissão especial na Câmara dos Deputados para legislar sobre questões antárticas. Em 2012, o então presidente uruguaio, José Mujica, visitou pela primeira vez a Base Artigas e aproveitou a ocasião para receber o seu homólogo chileno Sebastian Piñera, tendo ambos celebrado um protocolo de cooperação no âmbito das atividades antárticas, honrando as ligações históricas entre os dois países e o apoio disponibilizado pelas autoridades chilenas à implantação da base uruguaia numa ilha que consideram “sob a sua jurisdição”. “Uruguay seeks to maintain a certain important status as a South Atlantic country (...) has played this role well in her Antarctic and South Atlantic policies. She is open to the implications of the Brazilian frontage theories yet also cooperates with Argentina in South Atlantic naval control and Antarctic activities” (Child, 1988, p. 172).

Refira-se que o Uruguai não tem uma política antártica como o Brasil, Argentina ou Chile, mas está a trabalhar num documento dessa natureza, tendo a Lei que Aprova a Demonstração Financeira e o Balanço da Execução Orçamental de 2017 reconhecido, no Artigo 70.º; “Declara-se a Política Nacional Antártica como política pública orientada por acordos abrangentes. A mesma traçará as diretrizes para o emprego do conjunto de ações levadas a cabo pelas instituições públicas e privadas e orientará o desenvolvimento de atividades diplomáticas, científicas e logísticas que possibilitem a permanência e atuação da República como Membro Consultivo do Tratado da Antártida” (Governo do Uruguai, 2018).

Entretanto, em 17 de junho de 2019 o Gabinete Interministerial de Assuntos Antárticos aprovou um Roteiro para o Programa Nacional Antártico 2020-2045 (*Visión 45*) para preparar a estratégia do Uruguai aquando da revisão do Tratado e do Protocolo de Madrid em 2041, ambicionando consolidar a posição do país como ator relevante no STA, ao mesmo tempo que garante a manutenção dos seus direitos na Antártida (IAU, 2019b).

O IAU é a entidade administradora do Programa Nacional Antártico, coordenando as atividades no “continente gelado”. É também responsável pela tecnologia e apoio logístico prestado pelas forças armadas, através do Centro de Capacitação Antártico (CECAN), criado em 2017. O financiamento da atividade antártica é disponibilizado em planos quinquenais, de cerca de cinco milhões de dólares americanos (IAU, 2019a; Madrid, 2008).

Deste modo, embora com limitações orçamentais, o Uruguai permanece bastante ativo na Antártida, na expectativa de poder estar envolvido nas decisões sobre o futuro deste continente em 2041.

2.1.2.4.3. *Estados Unidos da América*

Apesar de também não terem efetuado reivindicações territoriais, as autoridades dos EUA mantêm ainda fortes interesses diplomáticos na Antártida, tal como nas décadas que antecederam a assinatura do Tratado (United States Department of State, s.d.).⁴² À semelhança dos restantes países analisados nesta investigação, os EUA participam ativamente no STA, destacando-se por manter a presença mais robusta dos trinta países atualmente presentes naquele continente, embora com apenas três bases permanentes (Klotz, 2012). A sua política antártica, consistente desde o AIG de 1957, tem sido movida por dois objetivos principais: manter e fortalecer o STA e garantir uma presença ativa e influente na região (Joyner, 1997). Baseia-se em quatro princípios (United States Antarctic Program, 2014):

- Não reconhecimento das reivindicações territoriais;
- Direito de participação em quaisquer utilizações futuras da região;
- Utilização do continente antártico apenas para fins pacíficos;
- Acesso livre para investigação científica bem como para outras atividades pacíficas.

Logo após a assinatura do Tratado da Antártida, o discurso oficial das autoridades EUA começava paulatinamente a integrar as questões ambientais e os recursos antárticos. Em 1965, o presidente Johnson afirmava que os EUA apoiavam “the preservation of unique plant and animal life there and hoped that peaceful cooperation in Antarctica will yield resources which every nation needs and every nation can use” (Klotz, 1990, p. 133). Cinco anos depois, o presidente Nixon reforçava a importância de proteger o ambiente na Antártida e de desenvolver medidas que garantissem o uso equitativo e racional dos recursos vivos e não-vivos (Klotz, 1990).

Com o crescimento da importância da investigação científica naquele continente, o National Security Council, num estudo apresentado em 1970, recomendou que o financiamento e gestão das atividades antárticas fosse consolidado na National Science Foundation (NSF) – a agência federal do Departamento de Estado criada em 1950 pelo presidente Harry S. Truman (National Science Foundation, s.d.) – e, consequentemente, que o programa antártico norte-americano – United States Antarctic Program (USAP) permanecesse sob a sua tutela, o que aconteceu a partir de 1971 (United States Department of State, s.d.).

Sob a direção do congresso norte-americano, o National Science and Technology Council (NSTC) efetuou, entre 1995 e 1996, uma revisão das principais linhas orientadoras da política antártica, concluindo que os EUA deveriam manter uma presença ativa e influente naquele continente, através da operacionalidade ininterrupta das três bases permanentes, uma vez que apresentava um bom rácio custo-benefício no que respeitava aos objetivos científicos e geopolíticos do país (National Science Foundation, s.d.).

As referidas bases permanentes, McMurdo, Amundsen-Scott e Palmer bem como cinco estações/acampamentos de verão⁴² e os cinco navios hidrográficos, são geridos

42 Simple Dome; Western Antarctic Ice Sheet (WAIS) Divide Camp; AGAP South Field Camp; CREGIS Traverse; Byrd Field Camp. Ver United States Antarctic Program [website], disponível em <https://www.usap.gov/>

pelo USAP e permitem a deslocação anual à Antártida de cerca de 3.500 investigadores (Committee on the Development of a Strategic Vision for the U.S., 2015): “(...) the continuing presence of the U. S. in Antarctica is motivated by several factors. While science is a prime and enduring objective, it is not the sole force behind the U. S. Antarctic Program. Hence, it is difficult to evaluate the true total cost of individual scientific projects, since the facilities and infrastructure in which science is carried out exist not only for scientific reasons but also because of geopolitical and stewardship considerations” (United States Antarctic Program External Panel, 1997, p. 60).

McMurdo, a maior base científica do continente, localiza-se na ilha de Ross e foi inaugurada em 1956 com o propósito de apoiar a realização do AIG. Plataforma logística para as atividades antárticas, possui cerca de oitenta e cinco edifícios, um porto, pistas de aterragem nas plataformas geladas (marítima e terrestre) e um heliporto. Tem capacidade para instalar cerca de mil pessoas no verão e duzentas no inverno.

Já a base Amundsen-Scott, igualmente inaugurada em 1956 e com o mesmo propósito, encontra-se estrategicamente localizada no Polo Sul geográfico. Tem capacidade para alojar cerca de 150 pessoas no verão e aproximadamente 40 no inverno. A base de Palmer, localizada na ilha de Anvers (Península Antártica) é a única base dos EUA a norte do Círculo Polar Antártico e foi inaugurada em 1965. É a mais pequena das três bases permanentes, com capacidade para apenas 46 pessoas no verão e 20 no inverno. É servida por uma pequena doca e um heliporto.

O USAP é assim responsável por todas as atividades científicas e logísticas, pelas infraestruturas e também pelos navios que efetuam investigação no Oceano Glacial Antártico. O apoio logístico, à semelhança dos países analisados anteriormente, é prestado pelas forças armadas⁴³. As atividades antárticas são suportadas por um orçamento anual variável de cerca de 325 milhões de dólares: 70 milhões de dólares para investigação e 255 milhões de dólares para infraestruturas e logística – o mais elevado dos países em análise nesta investigação (Committee on the Development of a Strategic Vision for the U.S., 2015). Segundo Frank Klotz, este montante permite às autoridades norte-americanas manter uma posição diplomática de relevo nos processos de tomada de decisão no âmbito do STA.

Em 2011, o Office of Science and Technology Policy (OSTP) e a NSF deram início a uma revisão profunda do USAP com o intuito de avaliar as necessidades logísticas necessárias na Antártida e no Oceano Glacial Antártico para os 20 anos seguintes, bem como procurar novos métodos que visassem o aumento da eficiência da presença na região e a redução dos custos (The White House, 2012).

A avaliação deu origem ao relatório de 2015 *A Strategic Vision for NSF Investments in Antarctic and Southern Ocean Research* que elenca três prioridades estratégicas de investiga-

43 Todos os anos os EUA enviam aeronaves de transporte de carga C17 com investigadores e equipamento para a base de McMurdo, a partir da qual partem aeronaves de menor dimensão – LC130, equivalente ao C130, mas adaptado a missões polares – equipadas com skis para prestar apoio logístico e transportar pessoal para outras bases e acampamentos. A marinha abastece a base de McMurdo com combustível (Klotz, 2012).

ção até 2025: i) Áreas geladas – The Changing Antarctic Ice Sheets Initiative; ii) evolução e adaptação da biota antártica⁴⁴; e iii) geração de micro-ondas cósmicas, (Committee on the Development of a Strategic Vision for the U.S., 2015).

Esta última prioridade é particularmente importante, uma vez que envolve a instalação de dez telescópios entre o Polo Sul e vários locais estratégicos em diferentes pontos do planeta, que permitirão monitorizar as dinâmicas espaciais. Em suma, não obstante os elevados custos de manutenção da presença norte-americana na Antártida, a ocupação permanente das suas bases não tem sido uma questão negociável para nenhum dos governos desde 1960.

Recorde-se que os EUA não efetuaram nenhuma reivindicação territorial antes do Tratado, mas reservam-se o direito de poder vir a fazê-lo no futuro, pelo que, tal como os países analisados anteriormente, pretende não só poder manifestar a sua posição em 2041 como, à semelhança das negociações que conduziram à assinatura do Tratado, assumir novamente a liderança nas discussões para a revisão do documento. Importa saber se os restantes países empenhados em reforçar a sua presença na Antártida vão permitir que tal aconteça, nomeadamente os que apresentaram as reivindicações territoriais antes do Tratado e que iremos analisar em seguida.

2.1.2.4.4. *Argentina*

“Argentine geopolitical arguments normally present the thesis that she has vital interests in the Antarctic, especially when seen in the broader context of the South Atlantic and the Malvinas/Falkland issue. At stake are not merely economic resources and strategic assets, but something of the soul of the nation itself. The argument is frequently made that (with the possible exception of Chile) no other nation gives such a high priority to its South Atlantic and Antarctic interests” (Child, 1988, pp. 74-75).

A Argentina, que dista apenas 900 km da Antártida, percebe a presença naquele continente como um desígnio nacional. Segundo o governo argentino, “... durante 40 años la Argentina fue el único ocupante permanente del Antártico, hecho que constituye el mejor de nuestros títulos de soberanía en el área” (Fundación Marambio, s.d.).

Desde 1946, durante o primeiro mandato do coronel Juan Domingo Perón (1946-1952), que as autoridades argentinas procuram incutir uma “consciência antártica” nos cidadãos logo a partir dos primeiros anos de vida, através dos programas escolares (Child, 2010). Um dos imperativos de Perón era a crença (que ainda hoje se mantém) de que a Argentina tinha de assegurar os seus direitos de soberania sobre o Setor Antártico Argentino e sobre as Malvinas e que o exercício desta soberania passava não só pelos meios políticos e legais, mas igualmente pela educação dos cidadãos sobre a realidade geográfica do país (Dodds, 2000).

Em 1948, Perón ordenou ao Instituto Geográfico Militar (IGM) que criasse novos mapas da Argentina, que incluíssem a Antártida Argentina e as Malvinas, aumentando a dimensão do país de 2.800.000 km² para 4.000.000 km². Dada a relevância desta nova

44 Estudo de todos os seres vivos da região num determinado período geológico.

geografia, foi criado propositadamente um Ministério para as Malvinas e Setor Antártico Argentino (Dodds, 2000).

O desenvolvimento da “consciência antártica” deriva de um sistema educativo altamente centralizado em que o Ministério da Educação⁴⁵ determina o que deve ser ministrado aos alunos relativamente à soberania argentina sobre a Antártida, por um lado, e sobre as Malvinas, a Geórgia do Sul e as Orcadas do Sul, por outro, numa Argentina “Tricontinental” – continental, insular, polar – em que o território do continente está ligado ao setor antártico reivindicado através de uma cadeia de ilhas (Child, 2010; Dodds, 2000).

A região que engloba o Atlântico Sul e a Península Antártica acabaria por ser designada na década de 1960 pelo almirante argentino Fernando Milia como “Atlantártida”, para enfatizar a unidade geológica, política e geopolítica do espaço continental-oceânico ao qual estaria ligada a grandeza argentina (Mello, 1996).

No entanto, os primeiros anos após a assinatura do Tratado resultaram num jogo de “malabarismo político” e de adaptação ao novo regime antártico, procurando manter uma margem de atuação autónoma (Colacrai, 2013). Em 1969 foi aprovada a Ley Antártica que fixou as bases jurídicas, orgânicas e funcionais do planeamento, programação, direção e controlo das atividades antárticas, dando origem à criação da Dirección Nacional del Antártico (DNA) em 1970, da qual passou a depender o Instituto Antártico Argentino (IAA), fundado em 1951 com o objetivo de gerir as bases instaladas em Margarita, Esperanza e Filchner e organizar a participação permanente em eventos científicos internacionais, nomeadamente no AIG (Colacrai, 2013; Child, 2010).

Embora a diplomacia antártica estivesse sob a alçada do Ministério das Relações Exteriores, o IAA e a DNA pertenciam ao Ministério da Defesa, que coordenava a atividade no continente antártico (Colacrai, 2013). Atualmente dependem do Ministério das Relações Exteriores e Culto (2016). A DNA tinha inicialmente funções logísticas e administrativas, passando a absorver o IAA como um organismo científico com três departamentos: Científico, Técnico e de Intercâmbio Científico (Dirección Nacional del Antártico e Instituto Antártico Argentino, s.d.). Para além das áreas científicas e gestão de bases antárticas, a DNA também integra um departamento de política antártica, tendo como missão acompanhar a legislação e o STA, bem como elaborar e analisar documentos da delegação argentina nas reuniões consultivas do Tratado da Antártida e dos programas antárticos dos países latino-americanos (RAPAL) (Dirección Nacional del Antártico e Instituto Antártico Argentino, s.d.).

Atualmente, esta direção é igualmente responsável pela elaboração do Plano Anual Antártico Científico, Técnico e de Serviços (PAA), que norteia as atividades antárticas de cada campanha anual. O PAA compreende um conjunto de atividades e projetos a desen-

45 O Ministério da Educação tem o apoio da Fundación Marambio – deve o seu nome à base antártica Vicecomodoro Marambio –, que tem como objetivo a divulgação nos *media* e sobretudo junto das escolas de temas relacionados com a presença argentina na Antártida. Neste âmbito, a fundação lançou um DVD com *videoclip* do hino nacional argentino acompanhado com imagens da Antártida e das Malvinas, para ser projetado em cerimónias oficiais.

volver no setor antártico reclamado pela Argentina, discriminando para cada base a guarnição, os objetivos a cumprir e as tarefas a desenvolver (Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2017).

Voltando um pouco atrás, importa referir que durante a década de 1970 e até 1983, a política antártica argentina pautou-se pelo reforço das demonstrações de soberania na região, não obstante o Tratado da Antártida, investindo na construção de várias bases e na presença permanente de civis no território reivindicado (Colacrai, 2013). Os argentinos são frequentemente lembrados de que o primeiro ser humano a nascer na Antártida (em 1978) é um cidadão da Argentina, filho de um oficial das forças armadas a quem o governo permitiu que a sua mulher, grávida, o acompanhasse na missão no continente gelado (Child, 2010).

Contudo, após 1984, no rescaldo da Guerra das Malvinas e com o novo regime democrático (civil), as prioridades de política externa relativamente à Antártida sofreram alterações, sendo que a investigação científica passou a ser prioritária para o governo, uma vez que conferia maior prestígio ao país, ao mesmo tempo que incrementava a capacidade negocial no âmbito do STA. Por outro lado, as autoridades argentinas procuraram potenciar a proximidade geográfica com a Antártida, transformando a Argentina num prestador de serviços para as atividades antárticas de outros países (Colacrai, 2013). No entanto, a questão da soberania nunca foi abandonada:

“O desenvolvimento de uma atividade científica com maior amplitude, a cooperação e o intercâmbio com os restantes países antárticos, a colaboração com diversos Estados que desenvolviam investigação antártica e uma abertura especial para com os latinoamericanos, foram sinais importantes dos ‘novos tempos’, tendência que foi crescendo gradualmente. Também o foi a perspectiva inovadora sobre as possibilidades que poderiam surgir para a Argentina, dada a sua localização tão próxima da Antártida, no campo dos serviços de abastecimento e de apoio logístico a outros países com atividades na região” (Colacrai, 2013, p. 273).

A década de 1990 marcou a revisão da política antártica em todos os seus aspetos, com o objetivo de consolidar definições sobre os objetivos, políticas e prioridades da atividade argentina em consonância com a nova realidade internacional e com o STA. Deste modo, em 5 de novembro de 1990 foi promulgada a Política Antártica Nacional (PAN), documento orientador da presença na Antártida, que ainda hoje vigora, com o objetivo de “afianzar los derechos argentinos de soberanía en la región” (Colacrai, 2013). Em termos gerais, para a prossecução deste objetivo, a PAN define as seguintes linhas de ação (Decreto N.º 2316/90):

- Fortalecer o Tratado da Antártida e o STA;
- Aumentar a influência argentina no processo de tomada de decisão no âmbito do STA;
- Promover a cooperação com os países da região, no âmbito da Política Nacional de Integração Latino-americana, incluindo a promoção de atividades conjuntas;
- Promover a proteção do meio ambiente antártico e dos seus ecossistemas dependentes e associados;

- Promover a conservação dos recursos piscícolas e minerais no âmbito do STA;
- Continuar a aprofundar o conhecimento científico e tecnológico orientado para as áreas que estejam diretamente relacionadas com as prioridades argentinas para a Antártida;
- Alcançar uma maior eficácia da presença argentina, sobretudo na área científico-tecnológica e na prestação de serviços a outros países, no âmbito das suas atividades antárticas.

A PAN acabou por consolidar a mudança de abordagem no que respeita ao continente antártico, que vinha sendo adotada desde 1984 e que apostava numa lógica de reforço da capacidade negocial no âmbito do STA, bem como da cooperação com os países vizinhos, em detrimento de uma política de caráter “territorialista”. Assim, desde a promulgação da PAN, a Argentina tem vindo a apostar nos seus programas antárticos, assumindo-se como um Membro Consultivo proeminente, com capacidade para dar resposta às necessidades logísticas de outros países que pretendam desenvolver investigação no Setor Antártico Argentino.

Atualmente, com 112 anos de atividade ininterrupta naquele continente a Argentina detém 13 bases no referido setor, cuja gestão se divide entre civis e militares dos três ramos das forças armadas. Seis bases são permanentes⁴⁶ e sete sazonais, ou seja, estações de verão e postos de emergência localizados ao longo da Península – Brown, Matienzo, Primavera, Cámara, Melchior, Petrel e Decepción – também elas sob tutela militar (Dirección Nacional del Antártico e Instituto Antártico Argentino, s.d.).

“Todas as bases estão localizadas dentro do denominado Setor Antártico Argentino. As mesmas foram sendo estabelecidas seguindo principalmente uma política de ocupação territorial para garantir a soberania sobre a região. As bases Esperanza, San Martín e Belgrano II, para além de darem cumprimento ao ponto anterior, foram instaladas com o propósito de serem utilizadas como pontos de apoio logístico para chegar ao Polo Sul. A sua principal tarefa é a investigação científica, porém as tarefas secundárias são logísticas e técnicas: manutenção das instalações e das infraestruturas, serviços de apoio a expedições de outras bases, navios e aeronaves, bem como de manutenção dos abrigos” (Armada Argentina, s.d.).

A localização das bases respeita uma política de ocupação do espaço que visa assegurar a soberania na região, constituindo simultaneamente importantes pontos logísticos de apoio às expedições argentinas (e estrangeiras) no continente (Dirección Nacional del Antártico e Instituto Antártico Argentino, s.d.).

Já os (elevados) custos com as campanhas antárticas são frequentemente integrados nos orçamentos militares – estima-se que rondem os 10 milhões de dólares anuais. Durante a crise económica que assolou a Argentina entre 2001 e 2003, foram equacionados cenários de desativação de algumas bases ou de instalações de ocupação sazonal, solução terminantemente rejeitada pelo governo (Child, 2010):

46 Orcadas, Marambio, Carlini, Esperanza, San Martín e Belgrano II, geridas por militares, com exceção da base Carlini, gerida pela Dirección Nacional do Antártico (DNA).

“Visits to a number of Antarctic stations leaves one with the clear impression that the South American stations are like military bases, with a military culture based on organization and discipline. Uniforms are commonly seen in these South American bases, which are frequently named after military heroes or soldiers, sailors and pilots who have died in Antarctic accidents or expeditions” (Child, 2010, p. 5).

Todavia, o envolvimento militar nos programas antárticos não tem apenas uma lógica política, mas também pragmática, uma vez que apenas as forças armadas têm capacidade para construir, manter e/ou abastecer uma base a operar de forma permanente na Antártida (Child, 2010).

Nesta linha, por forma a explorar outras fontes de receita e reforçar a soberania sobre o território antártico, a Argentina anunciou em julho de 2016 a operação de voos comerciais para a Antártida a partir de 2018 para dar a conhecer aos turistas o trabalho desenvolvido pelos seus investigadores na base de Marambio, onde os visitantes ficam alojados durante uma semana (Merco Press, 2016; Tourism Review, 2016). A iniciativa é do Ministério da Defesa argentino, detentor, através da força aérea, da empresa que irá realizar os voos (Líneas Aéreas del Estado), que desta forma obtém financiamento adicional para as suas missões no terreno e contribui para a divulgação das atividades antárticas desenvolvidas pela Argentina ao nível internacional.

2.1.2.4.5. *Chile*

“Implicit in the concept of a tricontinental and trioceanic Chile is another Chilean geopolitical concept affecting Antarctica: Chile’s role as the so-called keeper of the doorway between Atlantic and Pacific. This concept in turn is based on the notion that Chile is the major regional power in the Southeast Pacific [...] Riesco [Ricardo] has extended the doorway concept to include the assertion that the Antarctic Peninsula (Tierra de O’Higgins) is the geopolitical doorway to the Atlantic, because it permits relatively easy access, and that the Drake Passage, the Southeast Pacific, and the Southern Chile are part of the preferred access route to Antarctica” (Child, 1988, p. 117).

Igualmente perto do continente antártico – a 700 km de distância desde o arquipélago Diego Ramirez –, o Chile assume-se como guardião do Estreito de Magalhães, do Canal de Beagle, do Cabo Horn e da Passagem de Drake, as únicas rotas sem gelo entre os oceanos Atlântico e Pacífico (excluindo o Canal do Panamá) e tal como a Argentina, também se arroga um país “tripartido”, tendo desenvolvido uma “consciência antártica” nos mesmos moldes (Child, 2010).

As localidades chilenas de Punta Arenas e Puerto Williams, no extremo sul do país, constituem importantes pontos de partida para as expedições antárticas – a nossa investigação no terreno teve início em Punta Arenas, de onde partimos no navio logístico AP-41 *Aquiles*, da Armada do Chile, para o arquipélago das Shetlands do Sul –, bem como para operações de busca e salvamento (Child, 2010).

Segundo o Livro da Defesa Nacional do Chile de 2010 (revisto em 2017) os direitos antárticos chilenos foram delineados sobre bases históricas, jurídicas e geográficas consolidadas e comunicadas à Sociedade Internacional em 1906, bases essas que também

estiveram patentes nas negociações para a assinatura do Tratado da Antártida em 1959 (Ministerio de Defensa Nacional, 2010).

De acordo com o diplomata chileno Rodrigo Waghorn Gallegos, desde 1906 que o Chile se tem oposto à ideia de internacionalizar a Antártida direta ou indiretamente, defendendo permanentemente os interesses dos países que reclamavam território (Gallegos, 2007).

Nos anos que antecederam a negociação do Tratado da Antártida, designadamente em 1940, o Chile efetuou a primeira expedição à Antártida, que teve como objetivo estabelecer a primeira base naval, inicialmente designada por Soberania, mas posteriormente apelidada de Capitán Arturo Prat, a qual seria inaugurada em 6 de fevereiro de 1947, dia em que se realizou o voo chileno inaugural sobre o continente antártico (Fuerza Aérea de Chile, s.d.) e se inaugurou igualmente a Agência dos Correios do Território Antártico Chileno (Gallegos, 2007).

Em fevereiro de 1948 era inaugurada a base General Bernardo O'Higgins, cuja cerimónia foi presidida pelo presidente Gabriel González Videla, o primeiro Chefe de Estado a pisar território antártico. O Ministério das Relações Exteriores, num comunicado a propósito da inauguração da base, declarava: "O Chile rejeita qualquer tentativa de internacionalizar a Antártida, mas estará sempre disponível para alcançar acordos que assegurem a continuidade da colaboração científica que já se pratica na Antártida por diferentes nações" (Gallegos, 2007, pp. 43-44).

Contudo, após o AIG e a consequente mudança de paradigma relativamente à Antártida, nomeadamente no que concerne à promoção da investigação científica internacional e à utilização do território para fins pacíficos, o Chile acabou por mudar de estratégia, tornando-se dos países mais ativos nas negociações que conduziram ao Tratado.

A soberania, a manutenção da presença naquele continente através das forças armadas, a criação de medidas de proteção dos recursos naturais, a possibilidade de revisão do Tratado, a área de implementação do mesmo, bem como o mecanismo de adesão de países terceiros foram os assuntos que mais preocuparam as autoridades chilenas durante a negociação, tendo o Chile simultaneamente apoiado a Argentina na sua iniciativa de proibir o uso de armamento nuclear na Antártida (Gallegos, 2007).

Assim, na sua qualidade de Membro Consultivo original daquele documento, o Chile participa, com direito a voto, nos processos decisórios vinculados à Antártida, revelando-se disponível para considerar mecanismos de maior controlo e cooperação internacional que não afetem os seus direitos de soberania (Ministerio de Defensa Nacional, 2010).

No entanto, à semelhança da Argentina, o governo chileno assume que "naturalmente, el objetivo de Chile es proyectar los intereses nacionales en esa región del mundo y cumplir sus obligaciones internacionales" (Ministerio de Defensa Nacional, 2010, p. 46), ainda que respeitando as disposições do Tratado da Antártida:

"O Tratado protege a situação jurídica do Território Antártico Chileno, adia novas reivindicações de soberania territorial durante a sua vigência e estabelece um regime internacional que respeita as posições das partes nos temas relacionados com a soberania sobre o dito continente. Deste modo, no quadro do reconhecimento consignado no Tra-

tado Antártico no seu artigo IV, o Chile mantém de forma irrenunciável os seus direitos de soberania territorial na Antártida” (Ministerio de Defensa Nacional, 2010, p. 46).

Quando o documento entrou em vigor, em 1961, o Chile detinha seis instalações de verão naquela região (Walker, 2012a): Prat, O’Higgins, Gabriel Gonzáles Videla e Pedro Aguirre Cerda (bases), Bahia Yankee e Luis Risopatrón (abrigos) e em 1963, reforçando o interesse no continente, o governo do Chile criou o Instituto Antártico Chileno (INACH) na dependência do Ministério das Relações Exteriores, o único organismo estatal responsável por coordenar, planificar e executar as atividades em território antártico, bem como representar o governo chileno em *fora* e reuniões internacionais nesta matéria. A primeira expedição científica antártica organizada pelo INACH decorreu na temporada 1964/1965 (Instituto Antártico Chileno, s.d.).

Cerca de duas décadas após a ratificação do Tratado e a criação do INACH, o governo chileno aprovou em 1984 a Política Antártica Nacional (PAN), que definia os objetivos da atuação na Antártida. De acordo com o investigador Luís Ferrada Walker (2012), aquando da elaboração deste documento ainda se discutia a possibilidade de exploração dos recursos minerais antárticos, pelo que à semelhança da PAN Argentina, a PAN chilena acabou por se caracterizar por um claro sentido “territorialista”, enfatizando a defesa dos direitos soberanos em detrimento da colaboração internacional e reforçando ações concretas nesse sentido, como a construção do aeródromo Teniente Marsh e da Villa Las Estrellas, a primeira “Cidade Antártica” ambos na Península de Fildes, ilha de Rei Jorge.

Villa Las Estrellas é local de residência de famílias de oficiais das forças armadas⁴⁷ e possui algumas infraestruturas de apoio, como um pequeno centro comercial, um banco, correios, uma loja de recordações e um hotel (The Clinic, 2013; Prensa Antártica, 2015).

No entanto, durante a década de 1990, com a entrada em vigor do Protocolo de Madrid, o governo chileno sentiu necessidade de redefinir as prioridades estratégicas por forma a alcançar um maior equilíbrio entre os interesses chilenos, a investigação científica, a proteção do meio ambiente e a valorização económica da região, com base na pesca e no turismo (Decreto Supremo de RR.EE N.º 429, de 28 de março de 2000). Deste modo, em 28 de março de 2000 o governo do Chile aprovava a nova PAN, que ainda hoje vigora e que define:

- A proteção dos direitos antárticos do Chile, vinculando-os ao Tratado;
- A promoção das potencialidades do território chileno como ponte para a Antártida;
- A preservação da zona de paz, as atividades científicas e a reserva ecológica;
- O desenvolvimento da ciência antártica chilena nos padrões de excelência mundiais;
- A conservação dos recursos vivos marinhos e o desenvolvimento da pesca austral;
- A promoção do turismo controlado;
- O estímulo à cooperação internacional.

47 O primeiro bebé “antártico” chileno nasceu na Villa Las Estrellas, em novembro de 1984.

A PAN procura assim conjugar a vocação extracontinental do Chile com uma participação internacional ativa no sentido de compatibilizar as reivindicações de soberania com promoção da investigação científica internacional. Neste âmbito, a sua vocação enquanto “país-ponte” reveste-se de particular relevância na medida em que não só vincula a ligação da América do Sul à Antártida, como legitima a presença chilena no “continente gelado” por vizinhança (Paredes, 2009).

Esta proximidade obriga igualmente a zelar pelo cumprimento, na Antártida Chilena, de todas as normas e decisões adotadas pelas instituições internacionais competentes (Ministerio de Defensa Nacional, 2010), como a Organização Marítima Internacional (IMO), a Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), a Organização Meteorológica Mundial (WMO), a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (IOC) e a Organização Hidrográfica Internacional (IHO).

O cumprimento das normas internacionais e o respeito pelo Tratado da Antártida exigem um avultado investimento em missões e meios civis e militares, entre 22 e 24 milhões de dólares por ano⁴⁸ dependendo dos projetos (COMNAP, s.d.). Todavia, este investimento fortalece não só o papel do Chile enquanto vizinho antártico, como permite deter uma jurisdição funcional sobre atividades e expedições, bem como uma visão de segurança mais ampla sobre a Antártida (Paredes, 2009).

Em termos de presença efetiva no terreno, o Chile possui atualmente quinze instalações, sendo a mais recente a base Glaciar Unión, inaugurada em 4 de janeiro de 2014 e que resultou do desmantelamento da base Teniente Arturo Parodi Alister. A Glaciar Unión localiza-se no interior do continente, já na região do Círculo Polar Antártico. Trata-se da única base chilena nesta região, onde já existem uma base americana (Amundsen-Scott) e uma chinesa (Kunlun) e é operada conjuntamente pelo INACH e pelos três ramos das forças armadas (Instituto Antártico Chileno, s.d.). Durante a inauguração, o presidente chileno Sebastián Piñera sublinhou que a aposta nesta nova instalação tinha como propósito exercer a presença efetiva, desenvolver a investigação científica antártica e explorar o continente (Instituto Antártico Chileno, s.d.).

Das 15 bases, as mais relevantes são a professor Julio Escudero onde se desenvolve a maior parte dos projetos científicos e Guillermo Mann, ambas geridas pelo INACH; a Arturo Prat, operada pela marinha e em funcionamento permanente desde 1947 (remodelada em 2008), orientada sobretudo para a pesquisa científica; a O’Higgins, instalada em 1948 (remodelada em 2003), operada pelo exército e destinada não só à investigação, mas igualmente a atividades de exploração do território antártico (expedições); e a Presidente Eduardo Frei Montalva, a mais importante das bases administradas pela força aérea, onde se encontra o Centro Meteorológico Regional e o núcleo populacional da ilha de Rei Jorge, Villa Las Estrellas (Ministerio de Defensa Nacional, 2010).

A base Presidente Eduardo Frei Montalva é responsável pela única pista de aterragem do arquipélago das Shetlands do Sul, que tem capacidade para receber uma aeronave com as dimensões de um C-130 (Ministerio de Defensa Nacional, 2010).

48 O orçamento do INACH em 2017 foi de aproximadamente 6,34 milhões de euros, mantendo-se em linha com orçamentos anteriores (Ministério de Relações Exteriores, 2018).

Tirando partido destas infraestruturas, em setembro de 2016, durante a Semana Chilena na RPC, um evento anual com o objetivo de promover o país e os seus produtos junto do mercado chinês, o Chile apresentou uma proposta de programa turístico na Antártida, que inclui voo e visita à ilha de Rei Jorge, no arquipélago das Shetlands do Sul, onde se encontram as bases Escudero e Presidente Eduardo Frei Montalva (Por Conocer, 2016).

Este programa não é inédito; aliás, quando estivemos no terreno no âmbito do projeto COOPANTAR (que será desenvolvido adiante), deparámo-nos com uma excursão turística, no âmbito da qual os visitantes puderam conhecer as bases chilenas, enviar cartas a partir do posto de correios e conhecer a fauna e a flora da ilha.

Através da divulgação na Semana Chilena, as autoridades pretenderam tirar partido da apetência crescente dos turistas chineses pela Antártida, que na temporada 2014-2015 foram a terceira maior nacionalidade a visitar o continente, atrás dos norte-americanos e dos australianos (South China Morning Post, 2016), bem como reforçar a sua soberania sobre a região ao vender este destino turístico na mesma linha de outros em território chileno, como a ilha da Páscoa ou o deserto de Atacama.

Contudo, segundo o investigador Luís Ferrada Walker, pese embora o elevado investimento em atividades antárticas, os índices de produção científica são menos favoráveis do que da presença soberana no terreno. Porém, ultimamente, tem vindo a registar-se um aumento quer da quantidade, quer da qualidade do trabalho produzido (Walker, 2012b). Não obstante, este papel de país-ponte e a presença naquele território garantem a participação direta na revisão do Tratado em 2041.

2.1.2.4.6. Reino Unido

À semelhança da Argentina e do Chile, o Reino Unido também reivindica uma parcela do território antártico, que coincide precisamente com as reivindicações daqueles dois países, como verificámos anteriormente, entre o Polo Sul até à latitude 60° S e longitude entre 20° O e 80° O, o qual designa por British Antarctic Territory, ou BAT, (Território Britânico Antártico). O BAT é administrado a partir de Londres pelo Polar Region Department (Departamento de Regiões Polares), do Foreign and Commonwealth Office (Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth) (British Antarctic Survey, s.d.).

O governo deste território tem um quadro legal e administrativo próprio, sendo que a presença no terreno é assegurada pelo BAS, responsável por três bases científicas – Halley VI, Rothera e Signy – e pelo United Kingdom Antarctic Heritage Trust (UKAHT), um fundo que financia atividades de conservação de infraestruturas e de artefactos de interesse histórico na Antártida e que, por sua vez, gere a base histórica de Port Lockroy (British Antarctic Survey, s.d.). Importa referir, neste contexto, que a presença britânica na Antártida é justificada pela longa herança histórica de expedições, como verificámos no início do presente capítulo, pelo que o UKAHT tem desenvolvido várias missões de preservação dos artefactos da “Era Heróica” (UKAHT, s.d.).

Em vez de uma política antártica delineada pelo governo central, o BAT tem um governo próprio que através de consultas com diferentes *stakeholders*⁴⁹, desenvolveu uma estratégia de cinco anos para o território (de revisão anual), na qual identifica objetivos e prioridades (Gov. UK, s.d.). Atualmente encontra-se em vigor a relativa ao período 2014-2019, que estabelece os seguintes objetivos (British Antarctic Territory, 2014):

- Manter a segurança do território a longo prazo, apoiando a participação do Reino Unido no STA;
- Promover a soberania do Reino Unido sobre o BAT, nomeadamente através de uma consciência crescente da história e interesses britânicos na região;
- Proteger o meio ambiente no território e a herança histórica britânica;
- Garantir um quadro legal e administrativo eficaz e proporcional, que abranja todas as atividades desenvolvidas no território;
- Gerir os recursos do território respeitando as melhores práticas financeiras.

O BAS foi oficialmente criado em 1962, a partir do Falkland Islands Dependencies Survey, tendo a sua sede sido transferida formalmente para Londres (British Antarctic Survey, 2012). Em 1965, o governo britânico criou o Natural Environmental Research Council (NERC), que dois anos mais tarde passou a tutelar o BAS.

Durante a Guerra das Falkland (1982), os investigadores e colaboradores do instituto no arquipélago da Geórgia do Sul (base de Bird Island) foram deportados por ordem dos militares argentinos, tendo as comunicações com a Antártida sido severamente afetadas. No entanto, após o final do conflito, o governo aumentou o orçamento do BAS, permitindo-lhe expandir as suas infraestruturas, construir um novo navio, reconstruir a base de Halley e melhorar significativamente as comunicações no território (British Antarctic Survey, 2012). A descoberta do “Buraco do Ozono” em 1985 terá sido efetuada precisamente a partir daquela base.

No final da década de 1980, houve um investimento por parte do BAS nas outras duas bases, Rothera e Signy, com o intuito de melhorar as condições para os investigadores. Para além destas bases e de Halley VI, o instituto tutela também a Bird Island e a King Edward Point (Geórgia do Sul), bem como os postos logísticos de Fossil Bluf, Sky-Blu (Península Antártica) e Stanley (Falkland), este último uma importante plataforma logística de apoio às missões antárticas, para chegada e partida de investigadores e abastecimento de navios e de aeronaves (British Antarctic Survey, 2012).

Rothera, localizada na ilha de Adelaide, é a maior base britânica, com capacidade para acolher 100 pessoas no verão e 22 no inverno. Encontra-se vocacionada para a investigação na área da biologia e para o apoio a operações aéreas e terrestres no interior do continente – possui uma pista de aterragem em pedra e um hangar.

49 *Stakeholders*: BAS, UKAHT, Scott Polar Research Institute (SPRI), World Wide Fund for Nature (WWF), Environmental Research & Assessment (ERA), International Association of Antarctica Tour Operators (IAATO), Pobjoy Mint (selos e moedas), Creative Directions (Worldwide), High Latitudes, Pelagic Expeditions, Eynos Expeditions, London Zoo e Dr. Liz Pasteur. Gov.UK – BAT).

Halley VI é considerada pelo BAS um importante *hub* para a observação meteorológica, espacial e terrestre, uma vez que se localiza numa zona sensível em termos climáticos – daí a descoberta do “Buraco do Ozono” em 1985. Foi construída numa plataforma de gelo flutuante no Mar de Weddell, tornando-se a primeira infraestrutura de investigação mundial a poder ser realocada. A sua realocação tornou-se necessária devido a uma fratura no gelo que se acentuou em 2012, tendo progredido cerca de 1.700 metros por ano desde então. Deste modo, foi concebido um plano de três anos (2015-2018) para a sua deslocalização para uma área a 23 km da sua localização original, tendo o processo no terreno começado na temporada 2016/2017 (British Antarctic Survey, 2016).

A base Halley acolhe 70 pessoas no verão e 16 no inverno. Em 2013, passou a integrar o programa da WMO Global Atmosphere Watch, que reúne 30 bases científicas ao nível mundial – foi a terceira na Antártida a integrar o programa. Estas bases recolhem informação sobre a composição química da atmosfera e monitorizam as alterações que a mesma possa vir a sofrer (British Antarctic Survey, s.d.c).

Signy, localizada na ilha com o mesmo nome, é uma base de verão e tem como propósito o estudo de aves e da ecologia terrestre. Já Bird Island e King Edward Point na Geórgia do Sul dedicam-se sobretudo à investigação em biologia e pesca sustentável, respetivamente, tirando partido da localização privilegiada num dos locais mais ricos do planeta no que respeita a vida selvagem. Bird Island acolhe dez pessoas no verão e quatro no inverno e King Edward, 22 no verão e 12 no inverno. Esta última é propriedade do governo das ilhas da Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, que integram o Território Britânico Ultramarino – UK Overseas Territory –, mas gerida pelo BAS.

Outra das instituições de relevo na investigação antártica britânica (e não só) é o Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR), já referido anteriormente. O SCAR foi criado em 1958, como Special Committee on Antarctic Research, na sequência do AGI, sob proposta do International Council of Scientific Unions (ICSU). De acordo com Peter Clarkson (2015), aquele evento foi tão bem-sucedido que os países que nele participaram quiseram prolongar a investigação polar por mais um ano e consideraram que deveria haver um organismo oficial de coordenação.

Assim, o ICSU, responsável pela coordenação do AGI, convidou os 12 países ativamente envolvidos na investigação antártica durante o evento a nomear um delegado cada para o SCAR (Walton e Clarkson, 2011), tendo a primeira reunião decorrido em Haia, de 3 a 5 de fevereiro de 1958. Nascia deste modo o comité: “SCAR is a Special Committee for ICSU charged with furthering the co-ordination of scientific activity in the Antarctic, with a view to framing a scientific programme of circumpolar scope and significance” (Walton e Clarkson, 2011, p. 19).

O SCAR é um comité interdisciplinar que tem como missão iniciar, desenvolver e coordenar a investigação científica internacional de alto nível na região antártica – incluindo no Oceano Glacial Antártico (Scientific Committee on Antarctic Research, s.d.). O trabalho do SCAR é desenvolvido por vários grupos científicos, nas áreas das geociências, ciências da vida e ciências físicas, que relatam a sua investigação ao comité,

focando-se praticamente em todas as disciplinas exceto no estudo de cetáceos, por ser demasiado politizado (Clarkson, 2015).

Estes grupos integram especialistas internacionais, que ficam sujeitos a um código de imparcialidade na condução da sua investigação. O trabalho de coordenação desenvolvido pelo SCAR reflete-se, por exemplo, na preparação das campanhas/missões antárticas: evita a sobreposição de meios logísticos ao coordenar a partilha dos mesmos num determinado local e divulga oportunidades de investigação entre os diferentes países presentes no terreno. O comité reúne de dois em dois anos para debater assuntos administrativos na reunião de delegados, os quais são responsáveis pela elaboração da estratégia e da política do SCAR.

Os delegados nomeiam ainda o comité executivo, que é responsável pela gestão quotidiana da instituição – o secretariado está sediado no Scott Polar Research Institute, em Cambridge, o qual tivemos oportunidade de visitar.

O SCAR começou com 12 Membros Efetivos em 1958, tendo atualmente 31 – Argentina, Brasil, Chile, EUA, Reino Unido e Uruguai integram o comité nesta categoria – e quatro Membros Associados – Dinamarca, Paquistão, Portugal desde 17 de julho de 2006 e Roménia. Apenas os membros efetivos têm poder de voto nas decisões do comité (Clarkson, 2015).

Ao contrário do BAS, o SCAR é um organismo de investigação independente, ligado à academia de ciências e tem assessorado as reuniões do Tratado desde a sua assinatura. Estas academias são financiadas pelo governo, mas o destino deste financiamento é decidido internamente por cada uma, facto que confere ao SCAR a independência necessária para atuar no âmbito do Tratado (Clarkson, 2015). Por outro lado, por não ter estado diretamente envolvido nas negociações que deram origem a este instrumento, comporta uma independência adicional, na perspetiva dos seus membros (Walton e Clarkson, 2011).

Em 1985, um grupo de elementos nomeado pelos Membros Efetivos considerou que o SCAR não dedicava atenção suficiente às questões logísticas, que tinham (e mantêm) um papel fundamental nas missões antárticas. Três anos depois, nascia o Council of Managers of National Antarctic Programs (COMNAP) financiado pelo orçamento dos Membros do SCAR. Com sede em Christchurch, Nova Zelândia, o COMNAP é Observador do Tratado da Antártida e tem um orçamento superior ao do SCAR. No início a relação entre os dois organismos não foi pacífica, mas atualmente complementam-se (Clarkson, 2015).

O SCAR passou por várias fases ao longo dos anos, sendo hoje em dia um organismo mais burocrático do que nas duas primeiras décadas, de acordo com Peter Clarkson. No início, segundo o investigador, “assemelhava-se a uma reunião de amigos, que se juntavam para discutir temas polares enquanto fumavam, sendo que todos eles tinham experiência no terreno, na Antártida”. As reuniões constituíam uma boa oportunidade para partilhar experiências. Atualmente, muitos dos delegados do SCAR nunca estiveram no “continente gelado”, pelo que as reuniões adquiriram um cariz mais político, à semelhança das reuniões do Tratado (Clarkson, 2015).

No entanto, este organismo tem vindo a evoluir significativamente desde 1990, quando sofreu uma transformação na sua estrutura e tem tido muita procura por parte dos seus membros, mas provavelmente será necessária uma nova reestruturação no médio-longo prazo por forma a evitar a cristalização. Por fim, importa referir a título de exemplo que o SCAR apoiou a criação do PROANTAR brasileiro, durante a década de 1980, formando os seus colaboradores e promovendo a realização de vários seminários no Brasil sobre investigação antártica (Clarkson, 2015).

O Reino Unido é, deste modo, dos países mais ativos na Antártida, invocando a preservação da sua herança histórica e dos seus interesses. A localização estratégica das suas bases, aliada aos restantes territórios ultramarinos no Atlântico Sul, permite-lhe ter uma posição privilegiada no controlo daquele espaço geopolítico.

Em suma, tendo em consideração o esforço de investigação desenvolvido até aqui, consideramos ter condições para responder a mais uma pergunta inicialmente colocada: quais os interesses dos países do Atlântico Sul na Antártida? Concluímos assim que esses interesses são sobretudo de cariz estratégico. A localização do “continente gelado” e os seus recursos naturais não podem ser descurados por parte de quem procura afirmar-se no espaço geopolítico do Atlântico Sul. E nenhum dos países analisados oculta as suas verdadeiras intenções relativamente à Antártida.

Nos discursos oficiais a investigação científica surge frequentemente como o principal argumento para a presença naquele continente, mas os países analisados nesta investigação não se coíbem de evocar a importância estratégica da Antártida para a prossecução dos seus interesses nacionais nem a legitimidade para fazê-lo, seja por meio da defrontação, proximidade geográfica ou herança histórica.

Por outro lado, pudemos verificar que embora a Argentina, o Chile e o Reino Unido mantenham relações de soberania diferentes no continente antártico, a sua intenção a longo prazo, bem como dos restantes países reivindicadores, será a própria anexação dos territórios reclamados. Importa relembrar, neste contexto, que o Tratado não proíbe manifestações de soberania sobre territórios reivindicados antes da assinatura do documento, impede sim novas reivindicações, dando azo a que, por exemplo, os países promovam a “consciência antártica” junto da sociedade civil.

Porém, constatámos igualmente que não será a presença de um maior número de cientistas de diferentes nacionalidades ou o incremento do investimento em investigação antártica – que acaba por reforçar não tanto o estatuto de reserva da humanidade, mas eventualmente o cariz de “laboratório internacional” – que irão impedir novas manifestações de soberania, reivindicações territoriais ou a exploração de recursos, se tal for permitido após a revisão do Tratado em 2041.

A manutenção daquele estatuto e a prevenção de conflitos no continente tem passado sobretudo pelo STA e pela pressão internacional, não tanto pelo tipo de presença (militar e/ou civil) no território, nem por qualquer limitação ou proibição que vá para além do que já está estipulado no Tratado da Antártida e no Protocolo de Madrid.

2.2. Portugal e a Antártida

Não obstante não ter sido um caminho inicialmente selecionado no projeto de investigação, afigurou-se com particular significado, dada a novidade do tema quanto ao seu tratamento em Portugal, bem como pela referência efetuada pelo chefe de missão do Equador a propósito da sua curiosidade sobre a putativa presença portuguesa, abordar neste trabalho o assunto de comparência de Portugal na Antártida, pela sua crescente relevância no quadro da investigação polar internacional, pelo interesse nacional no Atlântico Sul por inerência histórica, pelas salutares relações de cooperação com os países por ele banhados e pela importância de que se reveste uma maior presença no continente gelado, tendo em perspetiva a revisão do Tratado da Antártida em 2041.

2.2.1 O Programa Polar Português

– “Portugal tem alguma base na Antártida? Quem não está na Antártida não existe”, dizia-nos o chefe de missão do Equador, quando navegávamos pelo Estreito de Magalhães a caminho do arquipélago das Shetlands do Sul. – “Apesar dos elevados custos que as missões antárticas comportam, temos de estar presentes se quisermos pronunciar-nos em 2041, quando o Tratado for discutido. E já lá estamos há 25 anos”. A missão equatorial dirigia-se para a ilha de Greenwich com o objetivo de transformar a sua base de Maldonado, que à data era sazonal, numa base permanente. – “Não, Portugal não tem uma base na Antártida” – respondíamos nós – “mas os nossos cientistas polares primam pela excelência da sua investigação e são internacionalmente reconhecidos”.

Quando Cook e Bellingshausen circum-navegavam o planeta, Portugal e Espanha estariam mais empenhados em explorar as suas colónias ultramarinas do que em navegar nos mares do Sul em busca de um território desconhecido (Afonso, 2003). A perda dos arquipélagos no Atlântico, Tristão da Cunha, Santa Helena e Ascensão para a coroa britânica no século XIX também não terá sido despicienda ao desinteresse português na descoberta do território antártico, uma vez que aqueles constituíam importantes pontos de apoio às expedições marítimas.

No entanto, o astrofísico português Paulo Afonso considera existirem fortes indícios de que navegadores portugueses terão chegado à Antártida dois a três séculos antes da sua descoberta oficial em 1820, elencando as referências que o historiador Luíz Filipe Reis Thomaz revela sobre a presença dos marinheiros nacionais naquele continente (Afonso, 2003). Uma dessas referências é uma carta de 1597, desenhada pelo geógrafo João Baptista de Lavanha, onde surge a *Grande Terra Australis*, como habitual nos mapas da época, mas com uma diferença relevante nas anotações: pode ler-se, em latim, sobre a orla da Antártida, a sul do continente africano, “Região dos papagaios, assim chamada pelos portugueses devido ao incrível tamanho que nela têm as ditas aves” (Afonso, 2003, p. 33). Seriam estes “papagaios”, pinguins, uma vez que naquela região a sul de África não existiam aquelas aves?

Outra das referências à presença portuguesa na Antártida foi a introdução de uma nota numa carta náutica, pelo cartógrafo Alessandro Zorzi, que colaborou na elaboração das cartas das viagens de Cristóvão Colombo. Nesse esboço, Zorzi desenha a *Terra*

Australis Incognita, acrescentando “vista pelos portugueses a seiscentas milhas a sul do dito Brasil” (Afonso, 2003, p. 34). À data, acreditava-se que o extremo sul do Brasil culminava no extremo da América Sul – aliás, a designação “América do Sul” apenas terá surgido no mapa de Mercator em 1538. Curiosamente, a distância entre o extremo da América do Sul e a Antártida é de, efetivamente, 600 milhas marítimas (Afonso, 2003).

Já o mapa de Piri Reis de 1513, descoberto em Istambul em 1929, apresenta parte do território antártico, concretamente o que hoje é conhecido como a Terra da Rainha Maud, e reclamado pela Noruega, apresentando semelhanças com as atuais cartas da região. Piri Reis escreveu numa anotação: “É referido pelos portugueses que nesta zona o dia e a noite têm a duração mínima de duas horas, e na fase mais longa o máximo de vinte e duas horas” (Afonso, 2003, p. 36), o que só acontece em regiões polares. Deste modo, os marinhos portugueses poderiam ter estado naquela região ainda no século XV.

No entanto a política de segredo de Portugal, reforçada durante o reinado de D. João II, cuja estratégia expansionista ultramarina que conduziu à assinatura em 1494 do Tratado de Tordesilhas obrigava a manter o secretismo sobre novas descobertas para travar o interesse dos reinos concorrentes, não permitiu provar oficialmente que os portugueses tinham estado na Antártida muito antes da sua descoberta oficial, uma vez que não foram divulgados documentos escritos sobre este feito.

Assim, apesar da sua longa história de descobertas e conquistas, dos indícios históricos que apontam para a presença portuguesa no “continente gelado” logo no século XV, do facto de as autoridades nacionais terem estado atentas aos desenvolvimentos do Tratado da Antártida na década de 1960 e do seu impacto na cooperação internacional naquele continente em plena Guerra Fria, Portugal apenas despertou politicamente para a importância da Antártida muito recentemente, tendo ratificado o Tratado em 29 de janeiro de 2010 e o Protocolo de Madrid em 10 de setembro de 2014 (Aviso n.º 103/2014, de 24 de outubro de 2014).

No plano científico, até ao Ano Polar Internacional (API) de 2007-08, não existia uma estrutura formal de investigação polar. A investigação antártica lusa, nas áreas das ciências biológicas, atmosféricas, planetárias e da Terra era desenvolvida, a título individual, por alguns cientistas que integravam equipas estrangeiras de investigação de vários países membros do SCAR, nomeadamente da Bulgária, de Espanha, dos EUA, da França, da Itália e do Reino Unido (Xavier, Vieira e Canário, s.d.).

No ano 2000, o professor Gonçalo Vieira⁵⁰, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), encetou vários contactos com possíveis patrocinadores e jornalistas para que apoiassem e divulgassem um projeto que iria desenvolver na Antártida. Este projeto adquiriu visibilidade e lançou uma rede informal de “amigos da Antártida”, constituída, por um lado, por pessoas que tinham estado no terreno, como o almirante Agostinho Ramos da Silva, antigo diretor-geral do Instituto Hidrográfico, que em 1991 tinha visitado a Antártida com a marinha brasileira

50 Gonçalo Vieira é professor associado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Universidade de Lisboa, Investigador e membro da direção do Centro de Estudos Geográficos e Coordenador do Programa Polar Português (PROPOLAR). Foi entrevistado por nós em 15 de outubro de 2015.

e por outro lado, por entusiastas como o astrofísico Paulo Afonso (2003) autor do livro *De polo a polo: o Árctico e a Antártida. Histórias da exploração moderna das zonas polares e da busca do último continente*, que acabou por colaborar na elaboração do primeiro *site* do PROPOLAR.

O grupo foi crescendo e em 2004, aquando da preparação do API de 2007-08, numa fase em que se criavam os comités nacionais para o evento, Gonçalo Vieira desencadeou os primeiros contactos com o Comité Internacional do API, disponibilizando-se como ponto de contacto nacional para o evento, no sentido de encontrar outros cientistas portugueses que estivessem a desenvolver investigação na Antártida e para formar um Comité Português para o API. Em dezembro desse ano seria criado um grupo de trabalho provisório e informal, coordenado pelos professores Gonçalo Vieira e Adelino Canário, do Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve (CCMAR) e que envolveria 17 participantes de diferentes áreas de investigação, com o intuito de preparar a criação do comité e a participação portuguesa no API.

Deste modo, em março de 2005, com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Gonçalo Vieira participou no Primeiro Fórum para o API, que decorreu na sede da UNESCO, em Paris, onde apresentou o plano geral para a implementação do evento em Portugal, o qual mereceu o apoio do Comité Internacional (Xavier, Vieira e Canário, s.d.). Um mês mais tarde realizava-se o primeiro encontro do pró-Comité Português para o API, no Centro de Estudos Geográficos, tendo sido convidado para presidente do futuro Comité Português para o API, o professor Luís Mendes-Victor (Universidade de Lisboa), pelo seu prestígio e currículo internacionalmente reconhecidos na área da geofísica, bem como pela sua participação no AIG em 1957/58 (Vieira, 2015).

Este pró-Comité integrava assim o professor Luís Mendes-Victor (presidente), o professor Luís Aires de Barros, o professor Adelino Canário, o professor Pedro Miranda, o doutor Pedro Viterbo, o doutor José Xavier, o professor Gonçalo Vieira e o almirante Agostinho Ramos da Silva (colaborador). O Comité Português para o API seria formalmente aprovado pelo governo português em março de 2006 e passou a integrar também a professora Ana Maria Silva (Centro de Geofísica da Universidade de Évora) e a doutora Vera Assis Fernandes (Instituto de Geofísica da Universidade de Coimbra).

O Comité tinha três objetivos principais: a captação de financiamento para projetos de investigação, a ratificação por Portugal do Tratado da Antártida e a criação de um programa educativo abrangente que estabelecesse a ligação entre a sociedade civil e a ciência. “No fundo, a criação das raízes do que viria a ser o Programa Polar Português” (Vieira, 2015).

Neste sentido, uma das primeiras iniciativas do Comité (ainda provisório) foi a organização em novembro de 2005, pelos professores Gonçalo Vieira e Mário Neves, bem como pelo investigador José Xavier, do I *Workshop* “Portugal e a Antártida: oportunidades para investigação, ciência e promoção do Ano Polar Internacional 2007-08”, que decorreu na Faculdade de Letras de Lisboa e contou com mais de 100 participantes⁵¹.

51 Estes *workshops* viriam a dar origem às Conferências de Ciências Polares, a partir de 2009.

O objetivo passou essencialmente por dar a conhecer a participação portuguesa em projetos antárticos e preparar o API (Vieira, Xavier e Neves, 2005). Um mês mais tarde, o CCMAR, com o apoio do Comité Português para o API e da Academia de Ciências de Lisboa representante nacional do ICSU, submeteu uma proposta de adesão ao SCAR, que viria a ser aceite por unanimidade em 19 de julho de 2006, na reunião daquele comité que decorreu na Austrália, em Hobart (Xavier, Vieira e Canário, s.d.).

A aprovação formal do Comité Português em março de 2006 resultou no financiamento por parte da FCT de cinco projetos de investigação na Antártida, com duração de dois a três anos e que acabariam por alimentar a participação portuguesa no API. Paralelamente, a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – apoiou o comité durante o API, através da divulgação da ciência antártica portuguesa e uma instituição bancária nacional concedeu cinco bolsas de investigação⁵².

Por sua vez, a empresa Mundicenter promoveu uma exposição sobre a Antártida em cinco centros comerciais, com a colaboração do comité, nomeadamente na formação de monitores, que recebeu várias visitas guiadas de escolas e do público em geral. Foi um evento com bastante impacto na divulgação da ciência polar portuguesa. Também os CTT apoiaram o Comité nas atividades de divulgação através do lançamento de uma coleção de selos desenhada pelo ilustrador científico Nuno Farinha, sob o tema “As aves polares que visitam a costa portuguesa” e do lançamento de uma agenda, coordenada pelo professor Gonçalo Vieira, que contou com a colaboração de todos os cientistas que desenvolviam investigação na Antártida. Cada mês do ano corresponde a um projeto/ investigador e é acompanhado por um pequeno texto com fotografias daquele continente, na sua maioria captadas pelos investigadores nacionais. Apenas uma pequena parte das imagens foi adquirida pelos CTT à National Geographic.

Findo o API, com base na estrutura do Comité Português para o evento e em todo o seu legado, surge em 2010 o Programa Polar Português (PROPOLAR), para dar continuidade à ciência polar nacional⁵³. O surgimento do PROPOLAR coincide com a manifestação de interesse por parte da FCT, através do professor João Senticero e do

52 Projeto ALBATROZ. Especializações individuais em albatrozes: os efeitos da idade, da morfologia e de traços comportamentais. Investigador Principal Paulo Catry, Instituto Superior de Psicologia Aplicada; Projeto NOTO. Adaptive Responses of Fish to Environmental Change, Investigador Principal Adelino Canário, Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve; Projeto PERMANTAR. Permafrost and Climate Change in the Maritime Antarctic. Investigador Principal Gonçalo Vieira, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Projeto POLAR. Predator-prey interactions in the Antarctic Ocean during the International Polar Year. Investigador Principal José Xavier, Instituto do Mar, Coimbra; e, Projeto SPATRAM-MIGE. Monitorização de constituintes atmosféricos minoritários na Antártica a partir de deteção remota de superfície SPATRAM-MIGE. Investigador Principal Daniel Bortoli, Centro de Geofísica da Universidade de Évora (Portal Polar Português, s.d.).

53 A rede PROPOLAR envolve as seguintes instituições: CEG/IGOT-UL, CCMAR, CERENA/IST – Universidade Técnica de Lisboa; CGE-Universidade de Évora; CQE/IST-Universidade de Lisboa; IDL – Universidade de Lisboa; IMAR – Universidade de Coimbra; CGUC – Universidade de Coimbra, Instituto de Oceanografia – Universidade de Lisboa; IPIMAR, ISCTE-IUL, ISPA – Instituto Universitário. A Comissão de Coordenação é composta por: Gonçalo Vieira, CEG/IGOT-UL; Adelino Canário, CCMAR; João Canário, CQE/IST; José Xavier, IMAR (Portal Polar Português, s.d.).

Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, na pessoa do ministro Mariano Gago. Um ano mais tarde, em dezembro de 2011 seria criado o Gabinete Polar da FCT, que passaria a disponibilizar uma base de apoio e de acompanhamento institucional à investigação nacional nas regiões polares. Foi igualmente preparada a primeira campanha de investigação do PROPOLAR⁵⁴.

Esta primeira campanha, na qual participámos, teve início em novembro de 2011 e enquadrou sete projetos de investigação em diferentes áreas⁵⁵, envolvendo 17 cientistas e sete instituições nacionais. Pela primeira vez, o PROPOLAR, com financiamento da FCT, fretou um voo de ligação (ida e volta) entre Punta Arenas (Chile) e o aeródromo Teniente Marsh, ilha Rei Jorge, disponibilizando transporte para 73 investigadores de 57 programas antárticos e de 6 de países parceiros. Assim, em troca de lugares no voo, os investigadores portugueses garantiram a estada nas diferentes bases estrangeiras (Vieira, 2015; Portal Polar Português, s.d.).

Um ano mais tarde, a Campanha Antártica Portuguesa envolveu 9 projetos e 23 investigadores nacionais, tendo sido incluída pela primeira vez a região da Antártida Oriental como área de estudo. O voo antártico transportou 110 investigadores, sendo que este meio de transporte tem vindo a registar um interesse crescente por parte de programas antárticos estrangeiros, quer para transporte de passageiros, quer para carga.

Em 2013-2014, a campanha do PROPOLAR alargou pela primeira vez o seu apoio logístico à região do Ártico. Já a campanha 2015-2016, que decorreu entre dezembro de 2015 e junho de 2016, envolveu oito projetos na Antártida e seis no Ártico. Na Antártida,

54 O Gabinete Polar integra dois conselheiros científicos: professor Gonçalo Vieira (Universidade de Lisboa) e doutor José Xavier (Universidade de Coimbra), que estão em permanente articulação com a FCT nas diversas iniciativas na área polar (Portal Polar Português, s.d.).

55 Projetos: CONTANTARC – Trace Element Fate, Transport and Speciation in Environmental Compartments in Ilha Deception. Investigador Principal João Canário, INRB/IPIMAR. Estada: Base Espanhola Gabriel de Castilla. Novembro – Dezembro 2011; COOPANTAR – Dinâmicas de Cooperação na Antártida. Península de Fildes, ilha Rei Jorge, arquipélago das Ilhas Shetland do Sul. Investigador Principal coronel (doutor) Carlos Mendes Dias. Investigação no terreno: Vanessa Rei, CEI/ISCTE-IUL. Estada: Base Uruguia de Artigas. Janeiro de 2012; FISHWARM – Adaptive responses of fish to environmental change. Baía Admiralty, ilha Rei Jorge. Investigador Principal Adelino Canário, CCMAR-UAIG. Estada: Base Polaca de Arctowsky. Janeiro – Março 2012; HOLOANTAR – Evolução dos ambientes com *permafrost* das ilhas Shetland do Sul no Holocénico Superior – Antártica Marítima. Ilha Rei Jorge. Investigador Principal Marc Oliva, CEG/IGOT-UL. Estada: Base Sul Coreana King Sejong e Acampamento Brasileiro de Potter. Janeiro – Fevereiro de 2012; PENGUIN – Inter-specific dietary competition between three penguin species: do they compete for the same prey? Península de Hurd e Ponta Hannah, ilha Livingston, Arquipélago das Shetlands do Sul. Investigador Principal José Xavier, IMAR-UC. Estada: Base Búlgara de St. Kliment Ohridski. Dezembro de 2011 – janeiro de 2012; PERMANTAR-2 – Permafrost and Climate Change in the Maritime Antarctic. Ilhas Livingston, Deception e Rei Jorge, ilha Anvers, Península Antártica. Investigador Principal Gonçalo Vieira, CEG/IGOT-UL. Estada: Base Búlgara de St. Kliment Ohridski, ilha Livingston, Base Antártica Argentina Deception, Ilha Deception, Base Norte-Americana de Palmer, ilha Anvers e acampamento próximo da Base Argentina Primavera, Península Antártica. Dezembro 2011 – Abril 2012; SNOWCHANGE – Snowpatch dynamics and the changing permafrost environment. Península de Fildes, ilha Rei Jorge. Investigador Principal Gonçalo Vieira, CEG/IGOT-UL. Estada: Base Chilena Prof. Julio Escudero. Os projetos podem ser consultados no portal do Programa Polar Português, disponível em <http://www.propolar.org/campanhas.html>

a campanha nacional teve o apoio dos programas antárticos argentino, búlgaro, chileno, espanhol, norte-americano e sul-coreano.

O voo português de apoio logístico internacional desta última campanha realizou-se em 17 de janeiro de 2016, ligando novamente a cidade chilena de Punta Arenas ao Aeródromo Teniente Marsh na ilha Rei Jorge, Antártida. Foram transportados 75 passageiros de 10 nacionalidades diferentes e 664 kg de carga adicional, apoiando 7 programas antárticos parceiros (Programa Polar Português, s.d.b).

A campanha 2016-2017 manteve o voo antártico e contou com 19 projetos: 7 na Antártida e Oceano Glacial Antártico, 8 no Ártico e 4 em laboratório. O voo antártico transportou 117 passageiros, de 12 nacionalidades (Programa Polar Português, s.d.c). A campanha 2018-2019 incluiu 13 projetos – 6 na Antártida, 5 no Ártico e 2 em laboratório – tendo o voo antártico transportado 112 passageiros de 12 nacionalidades, apoiado 5 programas polares parceiros e transportado 329 kg de carga adicional.

O PROPOLAR abre uma convocatória anual para apresentação de propostas para projetos de investigação, nas diferentes áreas científicas, na Antártida e no Ártico. Podem candidatar-se investigadores doutorados de centros de investigação nacionais, públicos ou privados.

Paralelamente, o programa apoia jovens cientistas que pretendam realizar missões de curta duração no estrangeiro, através de bolsas de mobilidade, estimulando a internacionalização e a partilha de conhecimento em temáticas polares. Podem candidatar-se a estas bolsas estudantes de mestrado, de doutoramento ou doutorados há menos de cinco anos, de cidadania portuguesa ou estrangeiros com certificado de residência permanente em Portugal, desde que integrados em instituições nacionais (Programa Polar Português, s.d.c). Esta bolsa de mobilidade permitiu-nos desenvolver o projeto COOPANTAR na Antártida.

Contrariamente aos diferentes programas polares analisados nesta investigação, o programa português não decorre de uma política antártica ou estratégia polar nacional, mas sim de uma iniciativa *bottom-up* espoletada pela comunidade académica nacional, no sentido de se aproximar dos padrões dos programas estrangeiros e de consolidar a investigação polar nacional. O PROPOLAR é um projeto, financiado anualmente pelo Fundo de Apoio à Comunidade Científica. Comporta dois pacotes de financiamento: um destinado ao voo antártico e outro para pequenos projetos, ou seja, estímulos à investigação para que Portugal consiga enviar investigadores para a Antártida. Projetos de maiores dimensões têm o apoio do PROPOLAR, mas necessitam de financiamento próprio – normalmente encontram-se associados a centros de investigação.

O programa consolidou-se em 2015 com uma direção e secretariado a tempo integral da responsabilidade da doutora Teresa Cabrita e engenheira Ana Salomé, respetivamente, com a criação de um grupo externo de avaliadores independentes dos projetos submetidos e com um protocolo com o Centro de Medicina Desportiva para a certificação dos exames médicos obrigatórios para quem desenvolve projetos nas regiões polares – até então os exames eram certificados pelo Comité Polar Espanhol. É também dos poucos programas polares europeus que disponibiliza um curso de Primeiros Socorros integrado nas reuniões de preparação para as campanhas polares.

Em termos de projetos paralelos, o PROPOLAR está envolvido numa iniciativa europeia de ciência e logística polar, no âmbito do Horizonte 2020, uma Coordinating Science Action do EU-PolarNeT, que constitui uma fonte de receitas adicional. O professor Gonçalo Vieira é um dos *task leaders* de um dos grupos que está a trabalhar em interoperabilidade (Task 3.1), através da criação de uma base de dados europeia de todas as bases polares (árticas e antárticas), navios, capacidades dos mesmos e de laboratórios científicos. Outra das tarefas é o lançamento de um catálogo inspirado no projeto Interact e no Eurofleets. O Interact proporciona financiamento para os cientistas acederem a bases e o Eurofleets, para projetos em navios.

Em suma, o PROPOLAR é um programa financiado pela FCT que, apesar de jovem, tem vindo a conquistar o seu espaço de afirmação no seio da comunidade polar internacional, sendo reconhecido pela qualidade dos seus investigadores e pelo apoio logístico disponibilizando, nomeadamente o voo antártico. Embora tenha um orçamento substancialmente menor em comparação com os países anteriormente analisados, o seu *know-how* e a capacidade de adaptação têm-lhe permitido desenvolver investigação científica ao mais alto nível e em colaboração com os mais prestigiados institutos polares, universidades e entidades internacionais⁵⁶: Tratado da Antártida, PEP, COMNAP, SCAR, European Polar Board, Forum of Arctic Research Operators (FARO), International Arctic Science Committee (IASC), Association of Polar Early Career Scientists (APECS), PYRN e Polar Educators International.

Contudo, como qualquer projeto, o maior desafio que enfrenta é o acesso ao financiamento, uma vez que a atual situação não lhe garante sustentabilidade a longo prazo. De acordo com o professor Gonçalo Vieira, coordenador do PROPOLAR, o ideal seria o financiamento alargado, a cinco anos, que conferisse maior estabilidade ao programa ao permitir a continuidade dos projetos plurianuais em curso.

No que concerne à investigação polar em si, apesar de recente, tem sido reconhecida internacionalmente pela sua qualidade, nomeadamente em publicações em revistas internacionais de prestígio, *Antarctic Science*, *Global and Planetary Change*, *Annals of Tourism Research*, entre outras e através da atribuição de prémios internacionais e de cargos de destaque.

O investigador José Xavier, por exemplo, foi galardoado em 2011 com o prémio Martha Tinker-Muse for Science and Policy in Antarctica⁵⁷, pela qualidade da investigação desenvolvida no âmbito da Antártida, pelo seu envolvimento na criação do Comité Português para o API, na organização do evento e pela participação nas iniciativas a ele subordinadas. O comité de seleção considerou “notável” o trabalho do investigador ao longo de 11 anos, sobretudo no que concerne às dinâmicas entre predador e presa que sustentam as populações de albatrozes, focas, pinguins e outros grandes predadores no Oceano Glacial Antártico (Geraldès, 2011).

56 A participação no IASC, no SCAR, no European Polar Board, no COMNAP e no FARO é assegurada pela FCT, que financia o pagamento das quotas destas organizações.

57 O prémio Martha Tinker-Muse, com um valor fixo de 100.000 dólares, é atribuído a investigadores que desenvolvam trabalho de excelência na Antártida, na área das ciências naturais ou sociais.

Por sua vez, a investigadora do Centro de Estudos Geográficos (CEG/IGOT-UL), Vanessa Batista, recebeu em 2010 o prémio Outstanding Presentation for Early Career Scientists na Oslo IPY Science Conference, na segunda categoria Past, Present and Future Changes in Polar Regions, para o qual tinham concorrido 750 investigadores no início de carreira. A investigação premiada teve como objetivo estudar os fatores que controlam a camada ativa do *permafrost* ao nível espacial e temporal e foi desenvolvida na ilha Deception, nos verões de 2009 e 2010 (Geraldès, 2011).

Igualmente do CEG/IGOT-UL, o investigador Alexandre Trindade Nieuwendam foi nomeado, em 2012, presidente da organização internacional Permafrost Young Researchers Network (PYRN), fundada em 2005 com o objetivo de promover a difusão do conhecimento sobre *permafrost* bem como a cooperação entre investigadores, organizações nacionais e internacionais envolvidas no seu estudo (Portal Polar Português, 2012).

2.2.2. O Memorando de Entendimento entre Portugal e o Brasil

Em 1 de novembro de 2016 foi assinado um Memorando de Entendimento para a cooperação antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, por ocasião da XII Cimeira Brasil-Portugal com o intuito de fortalecer a cooperação bilateral para a Antártida (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2016). Este Memorando designou o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e a FCT, em Portugal e o Ministério das Relações Exteriores, no Brasil, como órgãos de coordenação das atividades de cooperação.

O Memorando prevê a realização de atividades conjuntas entre cientistas portugueses e brasileiros por forma a tirar partido das oportunidades de cooperação previstas nos acordos do STA, com o intuito de otimizar recursos humanos e evitar duplicidade de projetos de investigação.

A cooperação deverá centrar-se: i) na preparação conjunta de projetos científicos e tecnológicos, de acordo com os objetivos das atividades antárticas nacionais; ii) na partilha de informação em áreas de interesse comum; iii) na promoção da educação e da formação profissional de recursos humanos, através do intercâmbio de especialistas, da realização de cursos de capacitação e de atividades académicas; e, iv) na facilitação, dentro das suas capacidades, do transporte, alojamento, bem como de outras atividades logísticas, incluindo missões conjuntas e partilha de meios. O documento prevê igualmente o alargamento da cooperação a outros países através de programas multilaterais, porém com recurso a fontes de financiamento adicionais.

No que concerne à coordenação das atividades antárticas, os órgãos designados deverão i) incentivar a elaboração de editais comuns para o desenvolvimento de atividades antárticas conjuntas em áreas a acordar pelos dois governos; ii) fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico através da elaboração conjunta de estudos, reuniões, eventos, conferências, exposições ou de outros meios de divulgação de temas antárticos de interesse mútuo; iii) disponibilizar o acesso a materiais didáticos, audiovisuais, bibliográficos e tecnológicos para divulgação científica; iv) promover o desenvolvimento de atividades de investigação conjuntas na Antártida, mitigando o impacto ambiental e redu-

zindo as necessidades logísticas; e v) coordenar a cooperação nas áreas indicadas no Memorando.

A assinatura deste documento marca uma viragem política no que concerne à investigação antártica nacional. Se até 1 novembro de 2016 a ciência polar portuguesa era maioritariamente uma preocupação da FCT e do Programa Polar Português, a assinatura deste Memorando confere-lhe uma nova visibilidade e envolve pela primeira vez um Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) na coordenação das atividades de investigação e divulgação. Embora ainda se desconheçam os resultados práticos deste Memorando, consideramos que poderá constituir-se como incentivo para a celebração de outros acordos desta natureza com diferentes países, para que Portugal possa reforçar a sua presença na Antártida, investir na investigação científica e evoluir, nas próximas duas décadas, para o estatuto de Membro Consultivo, ainda a tempo da revisão do Tratado da Antártida em 2041.

2.3 Projeto COOPANTAR

O projeto Dinâmicas de Cooperação na Antártida (COOPANTAR), em linha com as perguntas da investigação qual o âmbito das missões antárticas dos países do Atlântico Sul? e que tipos de parcerias são estabelecidos no âmbito da investigação no terreno, na Antártida? teve como objetivo observar e analisar *in loco* a presença das missões científicas, as dinâmicas de cooperação e a vivência de quem permanece longas temporadas nas bases, com os seus inerentes desafios logísticos e organizacionais.

Revelou-se uma mais-valia para o desenvolvimento da presente investigação, na medida em que permitiu compreender não só as dinâmicas de cooperação, aliás, como se pretendia, mas igualmente conhecer os desafios do quotidiano de quem permanece numa das regiões mais movimentadas da Antártida. O acesso ao *hub* de Fildes bem como a estada na base uruguaia de Artigas entre 13 e 27 de janeiro de 2012 foram essenciais para a compreensão da cooperação entre as diferentes nacionalidades presentes na ilha Rei Jorge. Entre outros aspetos, foi possível distinguir dois níveis de cooperação importantes: i) a política, firmada através de acordos maioritariamente bilaterais e ii) a cooperação diária, através do apoio mútuo, que pode passar por trocas tão simples como combustível por alimentos ou uma viatura para apoio numa tarefa ou ainda, num quadro de maior gravidade, auxílio na evacuação de feridos.

Foi igualmente possível verificar no terreno como se processam as dinâmicas de cooperação. Neste projeto, por exemplo, tivemos o apoio do PROPOLAR, que efetuou diligências junto do INACH, o qual permitiu que viajássemos num navio chileno, e junto do IAU, que se disponibilizou para acolher-nos em Artigas.

Durante este processo pudemos ainda presenciar um evento político ao mais alto nível no que respeita à cooperação bilateral entre os presidentes do Uruguai e do Chile, durante o qual ambos visitaram as respetivas bases, acompanhados pelas suas comitivas, tendo acordado reforçar os laços de cooperação que mantêm no que respeita às atividades no “continente branco”.

Coincidindo com o período da nossa estada, a Base Artigas recebeu igualmente vários elementos das bases vizinhas para um almoço de divulgação do principal produto

de exportação do Uruguai (carne bovina), onde conviveram uruguaios, chilenos, russos, coreanos e chineses.

A estada na Antártida permitiu ainda compreender a rotina e as dificuldades a que estão sujeitas as pessoas que permanecem nas bases durante todo o ano, dado que, em virtude das condições climáticas extremas – o clima é muito instável, sobretudo no inverno –, a probabilidade de ocorrência de uma situação inesperada, como um acidente grave na execução de tarefas aparentemente simples, é muito elevada.

No campo da ciência, foi possível verificar que existe uma rotatividade de cientistas de diversas nacionalidades em todas as bases, sobretudo na Escudero, chilena, com natural predominância dos investigadores nacionais em cada uma delas. Referindo como exemplo Artigas, em dez cientistas, que permaneceram por um período de uma semana, apenas um deles não era uruguaio, uma investigadora mexicana. À semelhança do que ocorre com as guarnições permanentes das bases, também os investigadores são confrontados com dificuldades inesperadas, desde a impossibilidade de se deslocarem ao terreno, a conservação de amostras fora do seu *habitat* e, no limite, a impossibilidade de abandonar a ilha onde se encontram.

Por fim, no que concerne ao enquadramento político, foi possível constatar que todas as pessoas de diferentes nacionalidades por nós contactadas revelaram apreensão relativamente ao futuro da Antártida, tendo manifestado que os seus países pretendem manter a sua presença na região o tempo que for necessário para, aquando da discussão do estatuto do continente em 2041, terem direito a pronunciar-se vinculativamente. Deste modo, uma vez que o investimento em ciência constitui um fator obrigatório e abonatório do processo de tomada de decisão no âmbito do STA, espera-se, senão o aumento, pelo menos a manutenção do nível de financiamento atual destinado à ciência.

Assim, respondendo à pergunta, qual o âmbito das missões antárticas dos países do Atlântico Sul? verificámos que as mesmas podem ser militares ou civis, de investigação científica ou permanência/exploração do território. As missões de investigação, habitualmente civis, desenvolvem essencialmente pesquisa nas diferentes áreas das geociências. São frequentemente de menor duração do que as missões militares – em Artigas, como referido anteriormente, os investigadores apenas permaneceram uma semana numa base que se encontra permanentemente operacional e que representa um esforço financeiro elevado para o erário público uruguaio.

As missões militares, para além do objetivo principal que passa pela garantia do pleno funcionamento das bases, podem ter como propósito a exploração do território, com vista à identificação de pontos estratégicos ou de locais para instalação de infraestruturas complementares, como antenas, radares ou simplesmente pontos de abastecimento de água potável, por exemplo.

No que concerne aos tipos de parcerias que são estabelecidos no âmbito da investigação no terreno, na Antártida, podem abranger a partilha de logística, a troca de lugares num voo pelo alojamento nas bases, como tem procedido o PROPOLAR nos últimos quatro anos e a colaboração em projetos de investigação.

Conclusão

Qual a importância da Antártida, na atualidade, no espaço geopolítico do Atlântico Sul? Foi a nossa questão de partida. Verificamos ao longo desta investigação que o “continente gelado” é efetivamente importante naquele espaço geopolítico pela sua localização, características físicas e pelos seus recursos. Mesmo antes da sua descoberta, a Antártida alimentava a imaginação das nações e dos seus marinheiros, pelas riquezas naturais que possuiria.

Pese embora a indefinição em torno da descoberta oficial da Antártida, o avistamento do continente mais austral do mundo lançou uma competição inédita entre as potências do século XIX para a conquista de novos territórios e afirmação no panorama político internacional, conduzindo as maiores companhias baleceiras e de captura de focas a estabelecerem-se nas ilhas da Convergência Antártica durante o verão do hemisfério sul, em busca de peles, carne fresca e gordura para abastecimento das respetivas indústrias. Foram assim os funcionários dessas companhias que, conciliando as suas atividades com a organização de expedições, desvendaram paulatinamente o território antártico, cartografando-o.

A designada Era Heróica ficou marcada por expedições mediáticas e por grandes conquistas em nome da Pátria (ou Coroa), mas acabou por dar lugar à competição no terreno, às reivindicações territoriais, ao estabelecimento de bases permanentes e à desconfiança entre potências, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial, época em que o interesse na exploração comercial da Antártida conheceu um incremento significativo, sobretudo pelo óleo de baleia.

A Segunda Guerra Mundial conduziu os submarinos alemães à Antártida, situação que gerou apreensão entre praticamente todos os países com interesses naquele continente e levou ao surgimento de novas reivindicações territoriais. No final da guerra, sobressaíram os conflitos crescentes entre Argentina, Chile e Reino Unido, que deram origem inclusivamente a incidentes junto à Península Antártica e que acabariam por atrair a atenção das duas principais potências da época – EUA e URSS.

A solução encontrada para refrear a conflitualidade em torno do continente foi a assinatura do Tratado da Antártida, delineado, segundo Luis Ferrada Walker, como um instrumento de geoestratégia, uma vez que em 1959 as preocupações dos países signatários pendiam mais sobre a presença e a capacidade de influência na Antártida do que propriamente sobre questões ambientais. Congelaram-se as reivindicações territoriais e proibiram-se novas, mas não se acomodou a questão da exploração de recursos minerais, à data ainda inviável.

No início deste trabalho de pesquisa e análise foram definidas dez perguntas de investigação e seis hipóteses que procuraram dar resposta à pergunta de partida anteriormente referida. As questões permitiram-nos nortear a pesquisa, tendo a sua resposta conduzido à solução do problema lançado na pergunta de partida. No que respeita à primeira pergunta de investigação, verificamos que a Antártida é importante no Atlântico Sul pela sua localização, características físicas e pelos seus recursos, como anteriormente referido.

Em resposta à segunda pergunta de investigação, aferimos igualmente que os interesses dos países do Atlântico Sul são essencialmente estratégicos e que os fatores atrás elencados não podem ser descurados pelos países que procuram afirmar-se no espaço geopolítico do Atlântico Sul. Por outro lado, nenhum dos países que integram aquela região e que foram alvo da nossa análise oculta as suas verdadeiras intenções relativamente à Antártida.

No que concerne às linhas de fricção, identificámos as tensões diplomáticas entre Argentina e Reino Unido, relativamente, i) à soberania sobre o arquipélago das Falkland/Malvinas e à extensão da plataforma continental argentina sobre este território e sobre os arquipélagos da Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, e ii) às reivindicações territoriais sobrepostas, na Antártida, disputada pela Argentina, Chile e Reino Unido, que delas não abdicam por se encontrarem numa das áreas do continente antártico com maior relevância estratégica.

No que respeita aos recursos verificámos que existe o risco de poderem vir a converter-se em focos de tensão, pelo que qualquer proposta de exploração poderá espoletar/accentuar potenciais conflitos diplomáticos na região. Contudo, os eventuais defensores da exploração de recursos deverão ser alvo de fortes pressões por parte de outros Estados e atores não-estatais para manterem o *status quo* no continente, por forma a mantê-lo livre da exploração comercial.

Relativamente ao âmbito das missões antárticas dos países do Atlântico Sul, foi possível apurar que podem ser militares ou civis, de investigação científica ou permanência/exploração do território, sendo que as missões de investigação, habitualmente civis, visam a pesquisa nas diferentes áreas das geociências e as missões militares têm como objetivo essencialmente a presença no território através da ocupação permanente das bases, garantindo o seu pleno funcionamento e a exploração do continente, para identificação de pontos estratégicos ou de locais destinados à instalação de infraestruturas complementares.

No que respeita às parcerias estabelecidas no âmbito da investigação no terreno, identificámos na Antártida a partilha de logística, a troca de lugares no voo entre Punta Arenas e Fildes pelo alojamento nas bases, bem como a colaboração em projetos de investigação.

No âmbito das alterações climáticas e em relação à forma como poderão contribuir para a relevância estratégica da Antártida, foi possível apurar que não aumentam necessariamente esta relevância, mas acabam por se constituir, ainda que indiretamente, como um importante instrumento de validação científica para os países que pretendem afirmar-se no STA.

No que concerne ao impacto da extensão da plataforma continental nas estratégias dos países com interesses na Antártida, constatamos que na prática esse impacto reflete-se essencialmente nas relações diplomáticas, dado que as submissões em torno do “continente gelado” encontram-se sobrepostas sem que tenha sido possível até à data alcançar um consenso entre a Argentina e o Reino Unido, o que não conduz especificamente a uma mudança de estratégia por parte dos atores envolvidos. Uma vez que não é uma

questão de resolução célere porque está diretamente relacionada com os interesses nacionais de ambos os países, este assunto tem sido e continuará a ser diplomaticamente gerido, não se excluindo que após 2041, caso a revisão do Tratado desbloqueie as reivindicações territoriais já expressas, Argentina e Reino Unido tomem posições mais assertivas relativamente àqueles territórios.

Não obstante, o quadro legal em vigor tem sido suficiente e eficiente na prevenção e resolução de conflitos na Antártida. Em cinco décadas de vigência, o STA evoluiu para um regime, mantendo o “continente gelado” isento de conflitos e melhorando as medidas de conservação do ecossistema, instituindo as inspeções e pautando sempre por uma atitude geradora de consensos, mesmo no que respeita aos recursos minerais.

No que respeita à última questão enunciada, sobre a relevância estratégica das rotas marítimas do Atlântico Sul, descortinámos que, por um lado, a Rota do Estreito de Magalhães, do estuário do Rio da Prata e dos portos brasileiros, que progride para os portos europeus do Ocidente e do Mediterrâneo enriquece funcionalmente o Brasil e, por outro, que a Passagem de Drake e a Rota do Cabo da Boa Esperança são estrategicamente relevantes no quadro da doutrina de defesa do hemisfério representada pelo TIAR, os “vasos comunicantes geográficos interoceânicos” de Therezinha de Castro. A Rota do Cabo é ainda muito utilizada pela cabotagem chinesa no transporte de mercadorias para a costa oeste africana, América do Sul e do Norte e Europa Ocidental.

Respondidas as perguntas da investigação, debruçemo-nos agora sobre as hipóteses, que foram elaboradas com base no conhecimento prévio que detínhamos sobre esta temática e que tiveram como objetivo conduzir, com ordem e rigor, a recolha da informação e a análise dos dados obtidos. Centraram-se essencialmente na importância da Antártida no espaço geopolítico em análise e nas questões de soberania e eventual conflitualidade futura.

Relativamente à primeira hipótese, o fator circulação incrementa a importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul, sobretudo no controlo das rotas marítimas, designadamente as que circulam junto à Passagem de Drake e ao Cabo da Boa Esperança, consideramos que tal se verifica e que constitui uma das razões que sustentam a importância da Antártida, na atualidade, no espaço geopolítico do Atlântico Sul. Como defendiam Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, a localização da Antártida é relevante no contexto daquele oceano, uma vez que permite controlar as rotas do Estreito de Magalhães e Passagem de Drake, que embora tenham perdido alguma importância após a abertura do Canal do Panamá, continuam a ser rotas alternativas frequentadas em especial pela cabotagem sul-americana e por navios militares. Por outro lado, dada a proximidade relativa ao Cabo de Boa Esperança, a localização do “continente gelado” permite igualmente controlar esta rota, bastante utilizada pela China, como verificámos anteriormente.

Neste contexto, sendo possível marcar presença na Antártida e simultaneamente nos arquipélagos ao longo do Atlântico Sul, sobretudo junto aos “Vasos Comunicantes”, a vantagem comparativa relativamente aos restantes países com interesses na região é ainda maior, situação que o Reino Unido tem vindo a privilegiar.

No que concerne à segunda hipótese, o fator recursos naturais é o mais relevante para a importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul, verificamos que os recursos naturais da Antártida e do Atlântico Sul são importantes, sobretudo os recursos antárticos. Embora o minério e os hidrocarbonetos não possam ser explorados, pelo menos até 2041, o mesmo não se verifica com os recursos marinhos como o *krill*, com especial valor comercial, capturado por 18 Membros Consultivos em águas antárticas, na área abrangida pela CCAMLR.

Todavia, no plano da verificação desta hipótese, não é possível asseverar categoricamente que os recursos naturais constituam o único e mais relevante fator para a importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul, embora constituam sem dúvida uma das principais razões que conduziram os Membros Consultivos e Não Consultivos do Tratado ao “continente gelado”.

De acordo com o que foi possível apurar ao longo desta investigação, caso os recursos minerais adquiram viabilidade econômica antes de 2041, o interesse naquele continente deverá crescer não sendo de excluir um conflito, ainda que diplomático, entre Estados reivindicadores e não-reivindicadores sobre a eventual exploração de hidrocarbonetos *offshore*, com base no Artigo 76.º da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 3 de abril de 1997), tal como refere o investigador Christopher Joyner.

Não obstante, não se afigura que o Tratado da Antártida possa ser quebrado com base num eventual conflito desta natureza, uma vez que a pressão para o consenso é muito elevada no âmbito do STA, sobretudo devido à intervenção de membros como a China, por exemplo, que ao não terem efetuado reivindicações territoriais, defendem o estatuto de Reserva da Humanidade da Antártida.

Deste modo, consideramos que a terceira hipótese, se os recursos naturais da Antártida e *offshore* adquirirem viabilidade econômica, o Tratado da Antártida é quebrado e, consequentemente, aumenta o interesse e a conflitualidade no “continente gelado” também não pode ser verificada na sua totalidade.

A relação de soberania⁵⁸ da Argentina e do Chile na Antártida é diferente de todos os outros países presentes no continente gelado e constitui uma estratégia a longo prazo para, finda a vigência do Tratado, anexarem definitivamente os territórios reivindicados foi a quarta hipótese apresentada.

Como aferimos ao longo desta investigação, três países reivindicadores de território antártico destacam-se entre os Membros do Tratado: são eles a Argentina, o Chile e o Reino Unido. Cada um é livre para agir no território reclamado antes de 1959, de escolher o seu próprio sistema político, econômico e social, mas tendo sempre em consideração as pretensões, interesses e posições manifestadas pelos seus pares, pautando para que as

58 Soberania definida, de acordo com Jean Bodin (1903), como poder político absoluto e independente (*majestas, summum imperium*), que não se limita na ordem interna e que, no plano internacional, só aceita regras voluntariamente. O conceito tem vindo a evoluir ao longo do tempo e na Antártida, como noutros “espaços” e até no preconizado na construção de algumas organizações internacionais, a soberania, embora em linha com Bodin, flexibilizou-se, partilhou-se, respeitando o regime do STA.

relações diplomáticas assentem no princípio de igualdade. Assim, numa perspectiva *tout court* do conceito de Jean Bodin, a relação de soberania da Argentina, Chile e Reino Unido é idêntica, na medida em que todos reivindicam aquele território como seu, tendo o poder absoluto e independente sobre o mesmo. Todavia, se atentarmos numa análise mais escrutinada desta relação, podemos descortinar algumas diferenças e daí verificar a hipótese aventada.

A Argentina e o Chile são bastante ativos no âmbito do STA, tendo o maior número de bases antárticas. Mantêm uma relação de soberania nos moldes acima referidos com os territórios reivindicados, os “Territórios Antárticos”, a qual, embora não reconhecida oficialmente pelos demais atores com interesses na Antártida, nomeadamente pelo Reino Unido, tem projetado internacionalmente a sua imagem como países-ponte na ligação àquele continente.

Neste âmbito, para além do investimento na educação das gerações mais novas com vista ao desenvolvimento de uma “consciência antártica”, a Argentina e o Chile têm promovido no mercado internacional a proximidade com aquele continente através de ofertas turísticas, tirando partido das suas infraestruturas. O Chile apresentou recentemente no mercado chinês uma proposta de programa turístico na Antártida, com voo e visitas a bases chilenas, com o intuito não só de retirar dividendos da atividade, mas também de reforçar a sua soberania sobre a região ao vender este destino turístico como qualquer outro em território chileno, conferindo um grau de naturalidade à apropriação daquele espaço.

Na mesma linha, a Argentina anunciou em 2016 que pretendia disponibilizar voos comerciais antárticos com o objetivo de explorar novas fontes de financiamento para o seu programa antártico e simultaneamente divulgar o trabalho desenvolvido pelos seus investigadores na base de Marambio, onde os turistas permanecerão alojados durante uma semana (Merco Press, 2016; Tourism Review, 2016). À semelhança da estratégia chilena, a promoção de atividades turísticas na “Antártida Argentina” acaba igualmente por reforçar a sua soberania sobre aquela região.

Já o território antártico reivindicado pelo Reino Unido sobrepõe-se às parcelas reclamadas pela Argentina e pelo Chile, sendo que as autoridades britânicas invocam a preservação da sua herança histórica e dos seus interesses estratégicos como argumentos para a reivindicação. As autoridades britânicas consideram a área reclamada como parte do Território Britânico Antártico, com um governo próprio e uma estratégia quinquenal revista anualmente. À semelhança dos países sul-americanos mencionados, o Reino Unido também considera natural a sua presença na Antártida dada a sua herança histórica da Era Heroica, mantendo igualmente uma forte relação de soberania, plasmada na aposta na investigação e divulgação científica promovida sobretudo pelo BAS. No entanto, não promovem uma “consciência antártica” nos cidadãos britânicos, pelo que ao contrário dos argentinos e dos chilenos, acabam por não sentir aquele território como seu, considerando-o apenas um local por onde os seus antepassados passaram e marcaram a História.

A relação daqueles países sul-americanos com o continente antártico deriva igualmente do subfator localização que, permitimo-nos afirmar, acaba por influenciar o fator

humano ao criar uma ligação cultural especial com a Antártida pela sua proximidade geográfica, que o Reino Unido naturalmente não consegue. Estar perto permite estar mais presente, criar ligações de identidade, de pertença. O primeiro bebé a nascer na Antártida, a Villa Las Estrelas, a estação dos correios, os selos com a “Antártida Argentina” e a “Antártida Chilena”, tudo isto representa pertença a um território. E os governos argentino e chileno pretendem que este sentimento de pertença seja consciente e celebrado.

Não obstante as abordagens culturais diferentes relativamente à Antártida é possível concluir que tanto estes países sul-americanos como o Reino Unido têm uma estratégia de longo prazo para anexar definitivamente os territórios reivindicados, dada a importância estratégica dos mesmos. Contudo, a consumir-se esta pretensão, daí resultarão inevitavelmente tensões diplomáticas porque, por um lado, nenhum destes países estará disposto a abdicar das suas reivindicações e, por outro, os restantes Membros Consultivos que não reivindicaram parcelas do território não pretenderão que a Antártida, com tanta riqueza de recursos naturais, seja “repartida” por apenas oito países.

Deste modo, caberá ao STA envidar esforços no sentido de conter estas linhas de fricção e de gerar consensos, sob pena deste sistema poder fragmentar-se, como referem Dodds e Hemmings (2013, p. 1432) “While no one is predicting the imminent collapse of the ATS, there is evidence of tension within and beyond the system, and that has a bearing on any assessment of the stability of the region and its place in the global system”.

Perante este cenário, a revisão do Tratado da Antártida em 2041 reveste-se de especial importância, na medida em que pode marcar uma viragem não só na relação do mundo com aquele continente, como também na sua ocupação. E é neste contexto que podemos analisar a quinta hipótese aventada: a limitação e, num patamar mais restrito, a proibição de manifestações de soberania e da manutenção de bases militares e civis permanentes, bem como do número de missões científicas no terreno constituem as medidas mais importantes na prevenção de conflitos na Antártida.

Ao longo desta investigação verificámos que não existe uma proibição tácita de manifestações de soberania. O Tratado da Antártida apenas impede novas reivindicações territoriais, preservando as que foram apresentadas antes da sua assinatura (Artigo 4.º), pelo que consideramos que este impedimento pode constituir uma das principais razões, senão a principal, para a sobrevivência do STA ao longo das últimas seis décadas, mantendo a Antártida livre de conflitos.

Deste modo, não podemos concluir que a proibição de manifestações de soberania e que a limitação do número de bases militares e civis, bem como do número de missões científicas possam constituir medidas importantes na prevenção de conflitos, até porque os países que reivindicam parcelas de território antártico não abdicam de demonstrar a sua soberania sobre o mesmo e esta situação não tem ameaçado a existência do STA. Pelo contrário, verificámos que a presença de missões científicas de várias nacionalidades é muito positiva, pois potencia a cooperação internacional e enriquece a investigação polar. Todavia, isto não significa que se houver uma maior presença de cientistas de diferentes

nacionalidades na Antártida, então o estatuto de Reserva da Humanidade é reforçado e são dissuadidos conflitos pela soberania, mesmo num cenário de exploração rentável de recursos, como aventámos na sexta e última hipótese.

Num cenário de exploração viável de recursos e de regulamentação por parte do STA para a sua extração, através eventualmente de um instrumento semelhante à CRA-MRA, não será a presença de cientistas de diferentes nacionalidades que impedirá os países que tenham capacidade para o fazer de explorar esses recursos, como refere, aliás, o *Global Strategic Trends – Out to 2045* do Ministério da Defesa britânico.

Recorde-se que este documento alerta para o facto de todas as nações que atualmente desenvolvem investigação científica na Antártida terem interesse nos seus recursos minerais, especialmente a RPC, e que a eventual exploração irá influenciar a geopolítica da região nas próximas décadas, empolando tensões políticas na região por parte quer de Membros do Tratado, quer de grupos ambientalistas (United Kingdom Ministry of Defence, 2014).

Por outro lado, importa referir que os EUA, o Japão e o Reino Unido manifestaram-se em 1991 contra a proibição *ad aeternum* da prospeção, exploração e comercialização dos recursos minerais, pelo que será muito provável que venham a colocar esta questão em 2041. Nesse momento, a argumentação a utilizar poderá passar pela evolução tecnológica da atividade mineira e a consequente redução do impacto ambiental, ou seja, “uma extração limpa”, fator que constitui uma das maiores preocupações dos grupos ambientalistas, a par da sobre-exploração do continente.

E Portugal? “Quem não está na Antártida, não existe”, frase que apesar de ter sido proferida pelo chefe de missão do Equador, resume de facto a posição dos países que analisámos nesta investigação relativamente àquele continente. Assim, Portugal terá que se empenhar na ratificação da CCAS e da CCAMLR e de apostar no desenvolvimento da ciência antártica, para que possa evoluir para a condição de Membro Consultivo e manifestar-se vinculativamente na revisão do Tratado da Antártida em 2041.

Utilizando uma analogia, será como tentar entrar num comboio que já circula a alta velocidade, tendo em consideração que a maioria dos Membros Consultivos desenvolve investigação naquele continente há décadas e possui orçamentos muito mais avultados comparativamente ao montante que Portugal poderá afetar à ciência antártica nos próximos vinte anos.

Porém, a celebração de acordos de cooperação com outros países com historial de investigação antártica, como o recente Memorando de Entendimento com o Brasil, poderá ter um impacto muito positivo na dinamização do envolvimento de Portugal na Antártida, uma vez que permite reduzir custos ao partilhar a logística. Em termos de presença efetiva naquele continente, a solução poderia passar por uma base antártica gerida conjuntamente com outros países, como o caso da Base Concordia, partilhada entre França e Itália e utilizada igualmente pela Agência Espacial Europeia (ESA) para desenvolver investigação (European Space Agency, 2013). Contudo, neste cenário hipotético, o financiamento não poderia ficar apenas a cargo da FCT, que, de acordo com o nosso conhecimento, não terá essa capacidade.

Qualquer que seja a estratégia adotada por Portugal para reforçar a sua presença na Antártida dever-se-á ter consciência de que mais do que um laboratório privilegiado para o desenvolvimento da investigação científica sobre alterações climáticas ou exploração do espaço, trata-se de um continente com elevada relevância estratégica, importante no espaço geopolítico do Atlântico Sul pela sua localização, características físicas e pelos seus recursos e que não pode ser dissociado de uma estratégia de afirmação de um país que apregoa a sua “vocação atlântica”.

Bibliografia

- ABC, 2014. Japan ordered to immediately stop whaling in Antarctic as International Court of Justice rules program was not carried out for scientific purposes. *ABC* [em linha], 8:09 AM, 1 de abril. Disponível em: <http://www.abc.net.au/news/2014-03-31/ijc-japan-whaling-southern-ocean-scientific-research/5357416> [consultado em 10 de fevereiro de 2015].
- Afonso, P. M., 2003. *De polo a polo: o Ártico e a Antártida. Histórias da exploração moderna das zonas polares e da busca do último continente*. Coletânea Os Livros da Super Interessante. Lisboa: Edimpresa.
- Agência Brasil, 2014. Dilma inaugura prédio de estaleiro que instalará propulsão nuclear em submarino. *Agência Brasil* [em linha], 14:20, 12 de dezembro. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-12/dilma-inaugura-predio-de-estaleiro-que-instalara-propulsao-nuclear-em> [consultado em 20 de janeiro de 2015].
- Almeida, E. C. e Bernardino, L. M. B., 2013. A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica. *Revista Militar* [em linha], 2532, pp. 43-61. Disponível em: https://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=797 [consultado em 15 de fevereiro de 2015].
- American Geographical Society, 1895. Sixth International Geographical Congress. *Journal of the American Geographical Society of New York* [em linha], 27(3). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/197315.pdf?refreqid=excelsior%3A847d69049443c0bed694f4e40fcc9c07> [consultado em 20 de março de 2012].
- Armada Argentina. Bases permanentes. *Armada Argentina* [em linha]. Disponível em: <http://www.ara.mil.ar/pag.asp?idItem=172> [consultado em 8 de julho de 2012].
- Armitage, R. e Nye Jr., J., 2007. *CSIS Commission on Smart Power: A smarter, more secure America* [pdf]. Washington: Center for Strategic and International Studies (CSIS). Disponível em CSIS [website] http://csis.org/files/media/csis/pubs/071106_csissmartpowerreport.pdf [consultado em 20 de março de 2013].
- Aron, R., 1972. *Estudos Políticos: Pensamento Político*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Arraes, V., 2008. Estados Unidos: um possível significado para a Quarta Frota. *Meridiano 47* [em linha], 97, pp. 25-27. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Disponível em: <http://www.ibri-rbpi.org/?p=12234> [consultado em 15 de novembro de 2016].
- Assembleia da República, 1997. Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 3 de abril de 1997. Aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da mesma Convenção, *Diário da República*, n.º 238/1997, 1.º Suplemento, Série I-A, de 14 de outubro. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/152897> [consultado em 12 de agosto de 2016].
- Australian Government, s.d. Antarctic Convergence. *Australian Antarctic Division* [em linha]: Leading Australia's Antarctic Program. Disponível em: <http://www.antarctica.gov.au/about-antarctica/fact-files/geography/antarctic-convergence> [consultado em 15 de outubro 2011].
- Baker, R. E., 1959. Antarctic Pact Is Signed By U.S., Reds, 10 Others. *Washington Post*, 2 de dezembro.
- Barbosa, L., 2015. *A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS): Criação, Projeção e Dimensão Político-Estratégica* [pdf]. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação

- em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Económicas da Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em UFRGS [website] <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116730/000955967.pdf?sequence=1> [consultado em 19 de outubro de 2016].
- Bargagli, R. 2005. *Antarctic Ecosystems: Environmental Contamination, Climate Change, and Human Impact*. Springer.
- Bartelson, J., 1995. *A genealogy of sovereignty*. Cambridge University Press.
- Bartholomew, J. G., 1922. *The Times Survey Atlas of the World*. Londres: The Times Office.
- BBC, 2016. Halley VI: Dropping in on the British Antarctic Survey. *BBC* [em linha]. 4 de março. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/magazine-35717932> [consultado em 18 de agosto de 2016].
- Belanger, D. O., 2006. *Deep Freeze: The United States, the International Geophysical Year, and the Origins of Antarctica's Age of Science*. Boulder: University Press of Colorado.
- Berkman, P. A., 2011. President Eisenhower, the Antarctic Treaty, and the Origin of International Spaces. Em Berkman, P. A., et al., eds., *Science Diplomacy: Antarctica, Science, and the Governance of International Spaces*, pp. 17-27. Washington: Smithsonian Institution Scholarly Press.
- Berkman, P. A., Lang, M. A., Walton, D. e Young, O. R., eds., 2011. *Science Diplomacy: Antarctica, Science, and the Governance of International Spaces*. Washington: Smithsonian Institution Scholarly Press.
- Bessa, A. M., 2011. Uma visão geopolítica do Atlântico. *Revista Geopolítica: o espaço da CPLP*, 4, dezembro, pp. 129-149. Aveiro: Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração.
- Bodin, J., 1903. *Six bookes of a Commonweale*. Londres: Impensis G. Bishop, Universidade de Londres.
- BP, 2016. *BP Statistical Review of World Energy 2016*. BP [em linha], junho. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf> [consultado em 24 de outubro de 2016].
- Braun, D. M., 2009. Antarctic Treaty at 50, a beacon for joint management of Earth. *Blog National Geographic* [em linha], 28 de outubro. Disponível em: <https://blog.nationalgeographic.org/2009/10/28/antarctic-treaty-at-50-a-beacon-for-joint-management-of-earth/> [consultado em 25 de outubro de 2016].
- British Antarctic Survey, 2016. Moving Halley. *British Antarctic Survey* [em linha]. Disponível em: <https://www.bas.ac.uk/project/moving-halley/#about> [consultado em 6 de janeiro de 2017].
- British Antarctic Survey, 2016a. Britain in Antarctica. *British Antarctic Survey* [em linha]. Disponível em: <https://www.bas.ac.uk/about/antarctica/britain-in-antarctica/> [consultado em 18 de agosto de 2016].
- British Antarctic Survey, 2016b. Mining. *British Antarctic Survey* [em linha]. Disponível em: <https://www.bas.ac.uk/about/antarctica/environmental-protection/mining/> [consultado em 16 de novembro de 2016].
- British Antarctic Survey, 2016c. Research stations. *British Antarctic Survey* [em linha]. Disponível em: <https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/station/> [consultado em 19 de agosto de 2016].

- British Antarctic Survey, 2015. New study shows Antarctic ice shelf is thinning from above and below. *British Antarctic Survey* [em linha], 13 de maio, Press Releases. Disponível em: <https://www.bas.ac.uk/media-post/new-study-shows-antarctic-ice-shelf-is-thinning-from-above-and-below/> [consultado em 14 de maio de 2015].
- British Antarctic Survey, 2012. British Antarctic Survey History. *British Antarctic Survey* [em linha]. Disponível em: <https://www.bas.ac.uk/data/our-data/publication/british-antarctic-survey-history-2/> [consultado em 18 de agosto de 2016].
- British Antarctic Territory, 2014. *Strategy 2014-2019* [em linha], abril. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/world/organisations/british-antarctic-territory> [consultado em 18 de agosto de 2016].
- Caldas, A. O., 2013. *A ZOPACAS e o Brasil: o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul* [pdf]. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais. Disponível em Universidade de Brasília [website] http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7908/1/2013_AdersondeOliveiraCaldas.pdf [consultado em 20 de fevereiro de 2015].
- Câmara dos Deputados, 2016. Debatedores pedem investimento contínuo no programa de pesquisas na Antártida. *Câmara dos Deputados* [em linha], 15:18, 6 de julho. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIENCIA-E-TECNOLOGIA/511943-DEBATEDORES-PEDEM-INVESTIMENTO-CONTINUO-NO-PROGRAMA-DE-PESQUISAS-NA-ANTARTIDA.html> [consultado em 10 de agosto de 2016].
- Cândido, A., 2012. A Convenção de Montego Bay e Portugal – Delimitação das Zonas Marítimas da Madeira. *Boletim Ensino – Investigação*, 12, pp. 165-184. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Cargo From China (CFC), s.d. Shipping Routes from China. *CFC* [em linha]. Disponível em: <https://cargofromchina.com/shipping-routes/> [consultado em 19 de outubro de 2016].
- Carvalho, D., 2009. O Atlântico. Em *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, Documentos para Disseminação – Memória Institucional 16* [em linha]. Rio de Janeiro: IBGE, pp. 135-150. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf [consultado em 19 de outubro de 2016].
- Carvalho, D. e Castro, T., 2009. A Questão da Antártica. Em *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, Documentos para Disseminação – Memória Institucional 16* [em linha]. Rio de Janeiro: IBGE, pp. 411-417. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf [consultado em 19 de outubro de 2016].
- Castro, T., 2009a. Antártica: O Assunto do Momento. Em *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, Documentos para Disseminação – Memória Institucional 16* [em linha]. Rio de Janeiro: IBGE, pp. 233-242. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf [consultado em 19 de outubro de 2016].
- Castro, T., 2009b. Antártica. Em *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, Documentos para Disseminação – Memória Institucional 16* [em linha]. Rio de Janeiro:

- IBGE, pp. 367-398. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf [consultado em 19 de outubro de 2016].
- Castro, T., 1998. *Atlântico Sul: Geopolítica e Geoestratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Castro, T., 1992. *Nossa América. Geopolítica Comparada*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Castro, T., 1986. *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins*. Rio de Janeiro: Colégio D. Pedro II.
- Castro, T., 1982. *Retrato do Brasil: Atlas Texto de Geopolítica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- Castro, T., 1976. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos.
- CCAMLR, 2015. *About CCAMLR* [em linha]. Disponível em: <https://www.ccamlr.org/en/organization/about-ccamlr> [consultado em 15 de novembro de 2016].
- CCAMLR, s.d. *Krill fisheries and sustainability* [em linha]. Disponível em: <https://www.ccamlr.org/en/fisheries/krill-fisheries-and-sustainability> [consultado em 17 de outubro de 2016].
- Centro de Estudos Geográficos, s.d. *Gonçalo Vieira* [em linha]. Disponível em: <http://ceg.ulisboa.pt/investigacao/investigadores/goncalo-vieira/> [consultado em 9 de dezembro de 2016].
- Chatam House, 2012. *Angola and the Gulf of Guinea. Towards an Integrated Maritime Strategy*. Report of the Angola Forum conference aboard HMS Dauntless in Luanda, Angola, 29 of June [em linha], novembro. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/events/view/184657> [consultado em 20 de agosto de 2016].
- Chayes, A. e Chayes, A. H., 1995. *The New Sovereignty. Compliance with International Regulatory Regimes*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Child, J., 2010. Stamps of the American Quadrant of Antarctica and the South Atlantic Islands. *Presentation Prepared for the Blount Postal History Symposium (Smithsonian Institution, National Postal Museum)* [em linha], 30 de setembro. Disponível em: [http://www.postalmuseum.si.edu/symposium2010/Child Stamps_of_the_American_Quadrant_of_Antarctica.pdf](http://www.postalmuseum.si.edu/symposium2010/Child%20Stamps_of_the_American_Quadrant_of_Antarctica.pdf) [consultado em 20 de janeiro de 2011].
- Child, J., 1989. A Antártida e o Pensamento Geopolítico Argentino. *A Defesa Nacional*, 742, março/abril. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
- Child, J., 1988. *Antarctica and South American Geopolitics. Frozen Lebensraum*. Nova Iorque: Praeger.
- CIA, 2016. South America: Argentina. People and Society, *The World Factbook* [em linha]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ar.html> [consultado em 25 de agosto de 2016].
- CLCS, 2016. *Summary of Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in regard to the Submission made by Argentina on 21 April 2009* [em linha]. Disponível em: http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/arg25_09/2016_03_11_COM_SUMREC_ARG.pdf [consultado em 23 de outubro de 2016].
- Cohen, H. K., 2002. *Handbook of the Antarctic Treaty System* [em linha]. Departamento de Estado EUA. Disponível em: <https://www.state.gov/e/oes/rls/rpts/ant/> [consultado em 23 de fevereiro de 2012].

- Colacrai, M., 2013. La Política Antártica Argentina y su compromiso con el Tratado Antártico. *Boletín del Centro Naval*, 836, maio-agosto, pp. 267-276.
- Comissão do Golfo da Guiné, 2013. *Summit of the Heads of State and Government on Maritime Safety and Security in the Gulf of Guinea* [em linha], junho. Disponível em: <http://www.golfedegui-nee2013.cm/ggc> [consultado em 2 de fevereiro de 2015].
- Comissão Europeia, 2013. *New EU initiative to combat piracy in the Gulf of Guinea* [em linha], 10 de janeiro. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-14_en.htm [consultado em 02 de fevereiro 2015].
- Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, s.d. *Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR* [em linha]. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/secirm/portugues/proantar.html#historico> [consultado em 19 de agosto de 2016].
- Committee on the Development of a Strategic Vision for the U.S. *et al.*, 2015. *A Strategic Vision for NSF Investments in Antarctic and Southern Ocean Research* [em linha]. Washington DC: The National Academies Press. Disponível em: <http://www.nap.edu/catalog/21741/a-strategic-vision-for-nsf-investments-in-antarctic-and-southern-ocean-research> [consultado em 20 de outubro de 2016].
- Conference on Antarctica, 1959. *The Antarctic Treaty* [em linha]. Washington. Disponível em: http://www.ats.aq/documents/ats/treaty_original.pdf [consultado em 10 de dezembro de 2011].
- Congress Bill, 2014. *S. Res. 288 – A resolution supporting enhanced maritime security in the Gulf of Guinea and encouraging increased cooperation between the United States and West and Central African countries to fight armed robbery at sea, piracy, and other maritime threats.* Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/113th-congress/senate-resolution/288/text> [consultado em 23 de setembro de 2015].
- Connelly, C., 2017. How Antarctica became home to a new kind of scientific diplomacy. *The Guardian* [em linha], 1 de julho. Disponível em: <https://www.theguardian.com/science/blog/2017/jul/01/how-antarctica-became-home-to-a-new-kind-of-scientific-diplomacy> [consultado em 24 de julho de 2017].
- Constable, A. J., *et al.*, 2014. Climate change and Southern Ocean ecosystems I: how changes in physical habitats directly affect marine biota. *Global Change Biology*, 20(10), outubro, pp. 3004-3025.
- Costa, M. G., 2013. Brasil e Zopacas: A manutenção do *status quo* e a projeção no Atlântico Sul. *Comunicação apresentada no Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI): O Atlântico Sul como Eixo da Inserção Internacional do Brasil* [em linha], 23 maio. Disponível em: http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1370921861_ARQUIVO_Artigo-MuriloGomesdaCosta-FG-SEBREEI_final_.pdf [consultado em 20 de outubro de 2015].
- Costa, W. M., 2012. Dossier: Desafios do pré-sal. *Revista USP* [em linha], setembro/outubro/novembro, 9. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/4344> [consultada em 16 de agosto de 2016].
- Council of Managers of National Antarctic Program (COMNAP), s.d. Our members. *COMNAP* [em linha]. Disponível em: <https://www.comnap.aq/Members/SitePages/Home.aspx> [consultado em 23 de junho de 2015].

- Couratier, J., 1991. *Le Système Antartique*. Bruxelas: Établissements Émile Bruylant.
- Davis, N., 2017. Iceberg twice size of Luxembourg breaks off Antarctic ice shelf. *The Guardian* [em linha], 12 de julho. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2017/jul/12/giant-antarctic-iceberg-breaks-free-of-larsen-c-ice-shelf> [consultado em 13 de julho de 2017].
- Defesanet, 2013. *Geopolítica: ZOPACAS – Amorim propõe ações para fortalecer cooperação em Defesa* [em linha], 6 de janeiro. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9322/ZOPACAS---Amorim-propoe-acoes-para-fortalecer-cooperacao-em-Defesa/> [consultado em 18 de fevereiro de 2015].
- Deloitte, 2015. *Oil and gas taxation in The Falkland Islands* [em linha]. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/global/Documents/Energy-and-Resources/gx-er-falkland-islands-oil-and-gas-guide.pdf> [consultado em 20 de agosto de 2016].
- Devlin, H., 2017. Giant iceberg poised to break off from Antarctic shelf. *The Guardian* [em linha], 6 de janeiro. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/jan/06/giant-iceberg-poised-to-break-off-from-antarctic-shelf-larsen-c> [consultado no mesmo dia].
- Diario Popular, 2013. *Presidentes del CELAC reiteraron apoyo a la Argentina por Malvinas* [em linha], 28 de janeiro. Disponível em: <http://www.diariopopular.com.ar/notas/144958-presidentes-del-celac-reiteraron-apoyo-la-argentina-malvinas> [consultado em 31 de dezembro de 2016].
- Dias, C. M., 2012. *Geopolítica: Velhas, mas novas aproximações e o contrário*. Aveiro: Mare Liberum.
- Dias, C. M., 2011. Conceitos, Modelos de Análise de Dinâmicas Regionais e CPLP. *Revista Geopolítica: o espaço da CPLP*, 4, dezembro, pp. 67-111. Aveiro: Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração.
- Dias, C. M., 2010. *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos*. Lisboa: Prefácio.
- Dias, C. M., 2009. Outrora... Europa banhou-se no Mediterrâneo. *Geopolítica: Revista do Centro Português de Geopolítica*, 3, junho, pp. 173-220. Aveiro: Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração.
- Dinis, R., 2016. Buraco da camada do ozono começou a diminuir e a «cicatrizar». *Observador* [em linha], 4 de julho. Disponível em: <http://observador.pt/2016/07/04/buraco-da-camada-do-ozono-comecou-a-diminuir-e-a-cicatrizar/> [consultado no mesmo dia].
- Direção-Geral de Política Externa, 2014. Depósito do instrumento de ratificação do Protocolo ao Tratado da Antártida sobre Proteção do Meio Ambiente, adotado em Madrid em 4 de outubro de 1991. *Aviso n.º 103/2014, de 24 de outubro, Diário da República*, 1.ª Série, N.º 217, de 10 de novembro. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/58819980> [consultado em 16 de agosto de 2016].
- Dirección de Programas Antárticos e Sub-Antárticos, 2012. *Comienza la lucha por los recursos minerales de Antártica* [em linha], 18 de agosto. Disponível em: <http://www.umag.cl/investigacion/dpa/?p=3048> [consultado em 10 de julho de 2013].
- Dirección Nacional del Antártico e Instituto Antártico Argentino, s.d. *Bases Argentinas* [em linha]. Disponível em: <http://www.dna.gov.ar/bases-argentinas> [consultado em 16 de agosto de 2016].
- Dirección Nacional del Antártico e Instituto Antártico Argentino, s.d. *Sobre la DNA* [em linha]. Disponível em: <http://www.dna.gov.ar/sobre-la-dna> [consultado em 19 de agosto de 2016].
- Dodds, K., 2002. *Pink Ice: Britain and the South Atlantic Empire*. Londres: L.B. Tauris & Co.

- Dodds, K., 2000. Geopolitics and the Geographical Imagination of Argentina. *Geopolitical Traditions. Critical Stories of a century of geopolitical thought*, pp. 150-184. Londres: Routledge.
- Dodds, K. e Hemmings; A. D., 2013. Britain and the British Antarctic Territory in the wider geopolitics of the Antarctic and the Southern Ocean. *International Affairs*, 89(6), novembro, pp.1429-1444.
- Editors of Encyclopædia Britannica, s.d. *Geneva Summit* [em linha]. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/229068/Geneva-Summit> [consultado em 15 de abril de 2013].
- Elzinga, A., 2009. Geopolitics, science and internationalism during and after IGY. *Boletín Antártico Chileno. Second SCAR Workshop on the History of Antarctic Research, 21 to 22 September 2009*. Punta Arenas: Instituto Antártico Chileno, pp. 71-81.
- Empresa Nacional de Petróleo do Chile, s.d. *La Empresa* [em linha]. Disponível em: <http://www.enap.cl/> [consultado em 10 de julho de 2013].
- En Cuerpo Y Alma, 2012. *Del desconocido descubridor de la Antártida, el español Gabriel de Castilla* [em linha], 20 de março. Disponível em: <http://www.religionenlibertad.com/del-desconocido-descubridor-antartida-espanol-gabriel-castilla-21390.htm> [consultado em 16 de abril de 2012].
- Encyclopedia of the New American Nation, s.d. *Outer Space – The freedom of space doctrine* [em linha]. Disponível em: <http://www.americanforeignrelations.com/O-W/Outer-Space-The-freedom-of-space-doctrine.html#b> [consultado em 23 de junho de 2014].
- Estadão, 2019. *Ministro faz visita oficial a obra da estação brasileira na Antártida* [em linha], 12 de março. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-faz-visita-oficial-a-obra-da-estacao-brasileira-na-antartida,70002751853> [consultado em 12 de setembro de 2019].
- Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), 2017. *Obangame Express* [em linha]. Disponível em: <https://www.emgfa.pt/pt/operacoes/exerc/obangameexpress> [consultado em 11 de setembro de 2019].
- European Space Agency, 2013. *The Remotest Base on Earth* [em linha], 22 de março. Disponível em: [http://www.esa.int/Our_Activities/Human_Spaceflight/Concordia/The_remotest_base_on_Earth/\(print\)](http://www.esa.int/Our_Activities/Human_Spaceflight/Concordia/The_remotest_base_on_Earth/(print)) [consultado em 16 de novembro de 2016].
- Farmer, B., 2015. *Britain's military defences in the Falkland Islands* [em linha], 24 de março. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/southamerica/falklandislands/11491580/Britains-military-defences-in-the-Falkland-Islands.html> [consultado em 07 de julho de 2017].
- Farrell, S. e Rodgers, M., 2007. *Gulf of Guinea Oil and Gas Overview and Outlook*. Washington: PFC Energy.
- Felício, R., 2007. Antártida. A geografia do continente gelado e as operações brasileiras. *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia* [em linha], 1. Disponível em: <https://confins.revues.org/122?lang=pt> [consultado em 20 de fevereiro de 2015].
- Ferreira, N., 2013. Atingido novo recorde de temperatura mínima na Terra: 93,2 graus Celsius negativos. *Público* [em linha], 10 de dezembro. Disponível em: <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/atingido-novo-recorde-de-temperatura-minima-na-terra-932-graus-celsius-negativos-1615760> [consultado em 15 de dezembro de 2014].
- Filanaval, 2010. *Decreto Ley 1747* [em linha]. Disponível em: <http://filanaval.blogspot.pt/2010/08/decretoley1747.html> [consultado 9 de dezembro de 2016].

- Filho, J. V., 2016. *A segurança do Atlântico Sul e as suas relações com África* [em linha]. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Disponível em: <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/component/content/article?id=1334> [consultado em 20 de dezembro de 2016].
- Fontes, W., 2013. Antecedentes de la fundación de la Base Artigas. Em *XIII Encuentro de Historiadores Antárticos Latinoamericanos 28 al 30 de octubre de 2013* [em linha]. Ushuaia: Argentina. Disponível em: <http://www.museomaritimo.com/Marítimo/Actividades/Encuentros/XIII-EHAL/Ponencias%20web/FONTES.pdf> [consultado em 16 de outubro de 2016].
- Fontes, W., 2011. Uruguay en la Antártida. Una visión estratégica. *Revista Estrategia* [em linha], Tercera Época, 3, pp. 124-137. Centro de Altos Estudios Nacionales de Uruguay. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275042398_URUGUAY_EN_LA_ANTARTIDA_UNA_VISION ESTRATEGICA [consultado em 20 de outubro de 2016].
- Fontura, J., 2006. Efeitos jurídicos da presença brasileira na Antártica. *Revista de Informação Legislativa*, abril/junho, 43(170), pp. 175-180.
- Forest, J. e Sousa, M., 2006. *Oil and Terrorism in the New Gulf: framing U.S. Energy and Security policies for the Gulf of Guinea*. Laham (EUA): Lexington Books.
- France Diplomatie, 2014. *La France, pionnière dans la lutte contre la piraterie à l'échelle mondiale* [em linha]. 14 de outubro. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/defense-et-securite/piraterie-en-mer/> [consultado em 3 de fevereiro de 2015].
- Fuerza Aérea de Chile, s.d. *Antarctica* [em linha]. Disponível em: <http://www.fach.cl/antartica.html> [consultado em 14 de março de 2013].
- Fundación Marambio, 2015. *Ocupación permanente de la Antártida Argentina. 22 de Febrero de 1904* [em linha]. Disponível em: <http://www.marambio.aq/detallesantartida.html> [consultado em 20 de outubro de 2016].
- Fundación Marambio, s.d. *Bases Antárticas Argentinas* [em linha]. Disponível em: <http://www.marambio.aq/index1.htm> [consultado em 15 de março de 2013].
- Gallegos, R. W., 2007. *Análisis y Proyecciones de la Política Antártica Nacional*. Magister en Política Exterior. Santiago do Chile: Universidad de Santiago de Chile.
- Gandra, R. M., 2009. O Brasil e a Antártida: ciência e geopolítica. *Revista Geografias* [em linha], (65-74), julho-dezembro. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/92/90> [consultado em 20 de fevereiro de 2015].
- Gaspar, P. M., 2010. *As reivindicações territoriais na Antártida*. Ericeira: Mar de Letras.
- Geraldes, H., 2011. Predadores da Antártida «dão» prémio internacional a cientista portuguesa. *Público* [em linha], 26 de julho. Disponível em: <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/predadores-da-antarctica-dao-premio-internacional-a-cientista-portugues-1504743> [consultado em 15 de novembro de 2011].
- Gilbert, M., 2011. *História do Século XX*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Globo, 2012. *Malvinas: Unasul entrega à ONU declaração em apoio à Argentina* [em linha], 2 de abril. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/04/malvinas-unasul-entrega-a-onu-declaracao-em-apoio-a-argentina.html> [consultado em 31 de dezembro de 2016].
- Gouveia, J. F., 2016. Malvinas passam a fazer parte da plataforma continental argentina. *Diário de Notícias* [em linha], 30 de março. Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/malvinas-passam-a-fazer-parte-da-plataforma-continental-argentina-5099866.html> [consultado no mesmo dia].

- Gov.UK, s.d. *British Antarctic Territory* [em linha]. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/world/organisations/british-antarctic-territory> [consultado em 18 de agosto de 2016].
- Governo da Argentina, 2009. *Outer Limit of the Continental Shelf. Argentine Submission* [em linha]. Disponível em: http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/arg25_09/arg2009e_summary_eng.pdf [consultado em 20 de outubro de 2016].
- Governo do Chile, 2009. *Información preliminar indicativa de los límites exteriores de la Plataforma Continental y una descripción del estado de preparación y de la fecha prevista de envío de la presentación a la Comisión de Límites de la Plataforma Continental* [em linha]. Disponível em: <http://www.minrel.gob.cl/minrel/site/artic/20090511/asocfile/20090511131213/chl2009informepreliminar.pdf> [consultado em 13 de dezembro de 2015].
- Governo do Uruguai, 2018. Apobación de Rendición de Cuentas y Balance de Ejecución Presupuestal. Ejercicio 2017, *Ley n.º 19670*, de 15 de outubro. [em linha] Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19670-2018> [consultado em 13 de setembro de 2019].
- Grotius, H., 1916. *The Freedom of the Seas or The right which belongs to the Dutch to take part in the East Indian Trade*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Gutt, J., et al., 2014. The Southern Ocean ecosystem under multiple climate change stresses – an integrated circumpolar assessment. *Global Change Biology*, 20(5), maio, pp. 1434-1453.
- Hatch, D. A., s.d. DDA & NSA: An Introductory Survey. *Cryptologic Quarterly* [em linha]. EUA: National Security Agency. Disponível em: http://www.nsa.gov/public_info/_files/cryptologic_quarterly/dde_nsa.pdf [consultado em 20 de fevereiro de 2015].
- Headland, R. K., 2009. *A chronology of Antarctic exploration. A synopsis of events and activities from the earliest times until the International Polar Years, 2007-09*. Londres: Quaritch.
- Hemmings, A. D., Rothwell, D. R. e Scott, K. N., eds., 2012. *Antarctic Security in the Twenty-First Century. Legal and policy perspectives*. Oxfordshire (Reino Unido): Routledge.
- Hobbes, T., 1651. *Leviathan, or the Matter, Forme, & Power of a Common-wealth Ecclesiasticall and Civill*. Londres: Impresso para Andrew Crooke em Green Dragon, St. Pauls Church-Yard.
- Iglesias, L., 2016. Los «piratas» gallegos de la merluza negra. *El Mundo* [em linha], 14 de março. Disponível em: <http://www.elmundo.es/cronica/2016/03/14/56e3f37546163f3e638b4588.html> [consultado em 15 de novembro de 2016].
- Institute for Cetacean Research, s.d. *Scientific contribution JARPA/JARPA II* [em linha]. Disponível em: <http://www.icrwhale.org/scJARPA.html> [consultado em 12 de dezembro de 2014].
- Instituto Antártico Chileno, s.d. *História* [em linha]. Disponível em: http://www.inach.cl/inach/?page_id=173 [consultado em 15 de novembro de 2011].
- Instituto Antártico Uruguayo (IAU), 2019a. *Marco Jurídico* [em linha]. Disponível em: http://www.iau.gub.uy/?page_id=1041&lang=es [consultado em 13 de setembro de 2019].
- Instituto Antártico Uruguayo (IAU), 2019b. *Visión 45* [em linha]. Disponível em: http://www.iau.gub.uy/?page_id=78&lang=es [consultado em 13 de setembro de 2019].
- Instituto Antártico Uruguayo (IAU), s.d. *História* [em linha]. Disponível em: <http://www.iau.gub.uy/historia/historia.htm> [consultado em 11 de agosto de 2016].
- Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), 2007. *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, s.d. *Ozono estratosférico* [em linha]. Disponível em: <https://www.ipma.pt/pt/enciclopedia/amb.atmosfera/ozono/index.html> [consultado em 15 de outubro de 2014].
- International Maritime Bureau (ICC), 2019. *Piracy and armed robbery against ships. Report for the period 1 January – 30 June 2019* [em linha]. Londres: ICC. Disponível em: <https://www.icc-ccs.org/reports/2019Q2IMB-Piracy-Report.pdf> [consultado em 11 de setembro de 2019].
- International Maritime Bureau (ICC), 2016. *Piracy and armed robbery against ships. Report for the period 1 January – 30 June 2016* [em linha]. Londres: ICC. Disponível em: <http://www.icc.se/wp-content/uploads/2016/07/2016-Q2-IMB-Piracy-Report-Abridged.pdf> [consultado em 25 de outubro de 2016].
- International Maritime Bureau (ICC), 2015. *Piracy and armed robbery against ships. Report for the period 1 January – 30 June 2015* [em linha]. Londres: ICC. Disponível em: <http://www.hellenicshippingnews.com/wp-content/uploads/2015/07/2015-Q2-IMB-Piracy-Report-ABRIDGED.pdf> [consultado em 20 de outubro de 2016].
- International Maritime Bureau (ICC), s.d. *Piracy & Armed Robbery Prone Areas and Warnings*[em linha]. Disponível em: <https://icc-ccs.org/icc/imb> [consultado em 19 de agosto de 2016].
- Jamaica Observer, 2016. *C'bean overseas territories could suffer if Britain votes to leave EU* [em linha]. 14 de junho. Disponível em: <http://www.jamaicaobserver.com/news/Caribbean-Overseas-Territories-could-suffer-Britain-votes-to-leave-European-Union-> [consultado em 19 de agosto de 2016].
- JCG, 2013. No nos dejen afuera. [blogspot] *Argentina Vortice Geopolitico Mundial* [em linha], 6 de junho. Disponível em: <http://argentinavorticegeopoliticomundial.blogspot.com.ar/2013/06/no-nos-dejen-afuera.html> [consultado em 22 de agosto de 2013].
- Johnson, S. E., et al., 2012. *Promoting International Energy Security*, Vol. 4, *The Gulf of Guinea* [pdf]. Santa Mónica: Rand Corporation. Disponível em: http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/technical_reports/2012/RAND_TR1144z4.pdf [consultado em 20 de agosto de 2016].
- Joyner, C. C., 2013. United States foreign policy interests in Antarctica. Em Brady, Anne-Marie, ed., *The Emerging Politics of Antarctica*. Oxon (Reino Unido): Routledge.
- Joyner, C. C., 2011. Potential Challenges to the Antarctic Treaty. Em Berkman, P. A., et al., *Science Diplomacy: Antarctica, Science, and the Governance of International Spaces*. Washington: Smithsonian Institution Scholarly Press, pp. 97-102.
- Joyner, C. C., 1992. *Antarctica and the Law of the Sea*. Martinus Nijhoff Publishers.
- Joyner, C. C. e Theis, E. R., 1997. *Eagle Over the Ice. The U.S. in the Antarctic*. Hanover (EUA): University Press of New England.
- Kennicutt II, M. C. e Chown, S. L., 2014. Six priorities for Antarctic Science. *Nature. International weekly journal of science* [em linha], 512, pp. 23-25, Macmillan Publishers. Disponível em: https://www.nature.com/polopoly_fs/1.156581/menu/main/topColumns/topLeftColumn/pdf/512023a.pdf [consultada em 20 de agosto de 2016].
- Keohane, R., 2002. *Power and Governance in a Partially Globalized World*. Londres: Routledge.
- Keohane, R., 1984. *After Hegemony. Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Nova Jérícia: Princeton University Press.

- Klotz, F. G., 2012. American Interests in Antarctica. *The National Interest* [em linha], janeiro. Disponível em: <http://nationalinterest.org/commentary/american-interests-antarctica-6365> [consultado em 17 de agosto de 2016].
- Klotz, F. G., 1990. *America on the ice. Antarctic Policy Issues*. Washington: National Defense University Press.
- Lacoste, Y., 2013. *Atlas Géopolitique. Pour comprendre le monde de demain*. Nova edição. França: Larousse.
- Lampraia, R., 2016. A Extensão da Plataforma Continental como Ameaça à Segurança Marítima: o caso da Antártida. *Revista de Ciências Militares* [em linha], Ano IV, IV (1), maio, pp. 15-43. Lisboa, Instituto Universitário Militar. Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/revista/Artigos/Artigo_68.pdf [consultada em 18 de agosto de 2016].
- Larrain, M., 2004. El Tratado del Antártico, vehículo de paz en un campo minado. *Revista Universum* [em linha], 1(19), pp. 138-147. Universidade de Talca. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762004000100008 [consultado em 20 de dezembro de 2011].
- Lindsey, R., 2016. Antarctic Ozone Hole 1975-2016. *NASA Earth Observatory* [em linha]. Disponível em: <http://earthobservatory.nasa.gov/Features/WorldOfChange/ozone.php> [consultado em 2 de novembro de 2016].
- Luís, C., 2010. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: a Construção da Política Internacional na Região Sul-Atlântica. *Revista Acadêmica de Relações Internacionais*, 1(1), pp. 89-106. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Machado, M. C. e Brito, T., coord., 2006. *Antártica: ensino fundamental e ensino médio* [em linha]. Coleção Explorando o Ensino, 9. Brasília, Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/683/4/Ant%C3%A1rtica_ensino%20fundamental%20e%20ensino%20m%C3%A9dio.pdf [consultado em 20 de dezembro de 2011].
- Maclay, J. D. et al., 2009. *The Fourth Fleet. A Tool of U.S. Engagement in the Americas* [em linha]. Washington: Center for Strategic and International Studies (CSIS). Disponível em: http://www.voltairenet.org/IMG/pdf/The_Fourth_Fleet.pdf [consultado em 16 de agosto de 2016].
- Madrid, P., 2008. Falta de recursos frena avance de investigaciones antárticas. *El Observador* [em linha], 21 de agosto. Disponível em: http://www.nuestromar.org/noticias/antarctica_082008_18385_uruguay_falta_de_recursos_frena_avance_de_investigaciones_ [consultado em 16 de agosto de 2016].
- Maia, A. S., 2004. A Antártica e o Brasil. *Revista de Informação Legislativa* [em linha], 41(163), julho/setembro, pp. 41-56. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/980> [consultado em 25 de fevereiro de 2015].
- Mañe, D. O., 2005. *Emergence of the Gulf of Guinea in the Global Economy: Prospects and Challenges* [em linha], dezembro. IMF Working Paper, Washington: Office of the Executive Director/Africa. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2005/wp05235.pdf> [consultado em 15 de fevereiro de 2015].
- McGrath, M., 2016. World's largest marine protected area declared in Antarctica. *BBC* [em linha], 28 de outubro. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/science-environment-37789594> [consultado no mesmo dia].

- Medeiros, F. C., 2011. *Defrontação e internacionalização: a política externa brasileira e a organização internacional sobre o continente antártico* [em linha]. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3429/3/20822687.pdf> [consultado em 15 de fevereiro de 2015].
- Mello, L., 1996. *Argentina e Brasil: a Balança de Poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume.
- Merco Press, 2016a. UK resolutely committed to Falklands' self-determination; better relations with Argentina is in everyone's interests. *Merco Press* [em linha], 23 de dezembro. Disponível em: <http://en.mercopress.com/2016/12/23/uk-resolutely-committed-to-falklands-self-determination-better-relations-with-argentina-is-in-everyone-s-interests> [consultado em 31 de dezembro de 2016].
- Merco Press, 2016b. Argentina planning tourist air tours of Antarctica beginning 2018. *Merco Press* [em linha], 27 de julho. Disponível em: <http://en.mercopress.com/2016/07/27/argentina-planning-tourist-air-tours-of-antarctica-beginning-2018> [consultado no mesmo dia].
- Merco Press, 2016c. Chile downplays Argentina's continental shelf extension which included Falklands and Antarctic territory. *Merco Press* [em linha], 21 de abril. Disponível em: <http://en.mercopress.com/2016/04/21/chile-downplays-argentina-s-continental-shelf-extension-which-included-falklands-and-antarctic-territory> [consultado em 7 de dezembro de 2016].
- Mesquita, J. L., 2018. Proantar está 'gravemente ameaçado'. *Estadão* [em linha], 25 de março de 2018. Disponível em: <https://marsemfm.com.br/proantar-esta-gravemente-ameacado/> [consultado em 12 de setembro de 2019].
- Ministère de la Defence de France, 2014. *Piraterie: la France aide les pays du golfe de Guinée a élaborer leur propre réponse* [em linha], 28 de novembro. Disponível em: <http://www.defense.gouv.fr/english/actualites/articles/piraterie-la-france-aide-les-pays-du-golfe-de-guinee-a-elaborer-leur-propre-reponse> [consultado em 2 de fevereiro de 2015].
- Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), s.d. *Polantar* [em linha]. Disponível em <http://www.mctic.gov.br/portal> [consultado em 10 de agosto de 2016].
- Ministério da Defesa do Brasil, 2013. *Brasil e Namíbia, querem expandir cooperação bilateral na área militar* [em linha], 22 de fevereiro. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/4231-22-02-2013-defesa-brasil-e-namibia-querem-expandir-cooperacao-bilateral-na-area-militar> [consultado em 23 de dezembro de 2016].
- Ministério da Educação do Brasil, 2007. Salto para o Futuro. O Brasil na Antártica: pesquisa e tecnologia. *Boletim 12* [em linha], agosto. Disponível em: <http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/105054Brasilnaantartida2.pdf> [consultado em 20 de agosto de 2016].
- Ministério das las Relaciones Exteriores de Chile, 2018. *Balance de Gestión Integral Año 2017. Instituto Antártico Chileno* [em linha], 9 de março. Disponível em: http://www.dipres.gob.cl/597/articles-172539_doc_pdf.pdf [consultado em 13 de setembro de 2019].
- Ministério das las Relaciones Exteriores de Chile, 2000. *Decreto Supremo de RR.EE N.º 429, de 28 de março de 2000. Aprova a Política Antártica Nacional*.
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2016. *XII Cumbre Brasil-Portugal – Brasília, 1.º de novembro del 2016 – Actos firmados. Memorando de Entendimento sobre cooperação antártica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa* [em linha], 1 de novembro. Dis-

ponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/es/notas-a-la-prensa/15117-xii-cumbre-brasil-portugal-brasilia-1-de-noviembre-del-2016-actos-firmados-portugues> [consultado em 2 de novembro de 2016].

- Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2013. *Texto-base do discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota por ocasião da VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPA-CAS)* [em linha], 15 de janeiro, Montevidéu. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4547:vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-texto-base-do-discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-montevidéu-15-de-janeiro-de-2013&catid=194&Itemid=454&lang=pt-BR [consultado em 16 de fevereiro de 2015].
- Ministerio de Defensa Nacional, 2010. *Libro de la Defensa Nacional de Chile* [em linha]. Disponível em: <http://www.ssffaa.cl/libro-de-la-defensa-nacional-de-chile-2010/> [consultado em 15 de fevereiro de 2015].
- Ministerio de Defensa, s.d. *Campanha Antártica Argentina* [em linha]. Disponível em: http://mindef.gov.ar/mindef_campania_antartica/index.html [consultado em 15 de fevereiro de 2015].
- Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2017. *Cuestión de las Islas Malvinas: la Argentina reafirma sus derechos de soberanía y reitera el llamado al diálogo a 184 años de la usurpación británica* [em linha], 3 de janeiro. Disponível em: <https://www.mrecic.gov.ar/cuestion-de-las-islas-malvinas-la-argentina-reafirma-sus-derechos-de-soberania-y-reitera-el-llamado> [consultado no mesmo dia].
- Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2016. *Plan Anual Antártico 2016 Científico, Técnico y de Servicios* [em linha]. Disponível em: <http://www.dna.gov.ar/userfiles/adjuntos/PAA1516.PDF> [consultado em 20 de outubro de 2016].
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1969. *Telegrama da Embaixada de Portugal em Washington D.C. a propósito do Tratado da Antártida*. 11 de dezembro. Lisboa: Arquivo do MNE.
- Missão Permanente da Argentina junto das Nações Unidas, 2012. *Carta dirigida a Ban Ki-moon a propósito da submissão Argentina* [em linha], 8 de agosto. Disponível em: http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/arg25_09/arg25_arg_2012e.pdf [consultado em 20 de fevereiro de 2015].
- Missão Permanente do Reino Unido e Irlanda do Norte junto das Nações Unidas, 2009. *Carta dirigida a Ban Ki-moon em reação à submissão Argentina* [em linha], 6 de agosto. Disponível em: http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/arg25_09/clcs_45_2009_los_gbr.pdf [consultado em 20 de fevereiro de 2015].
- Mitchell, B., 1980. The Politics of Antarctica. *Environment*, 22(1), janeiro/fevereiro, pp. 12-41.
- Mourão, R., s.d. *Biografia de Cruls, Luís* [em linha]. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PjBQFZpKHycJ:www.brasiliana.com.br/pop/pop_bio/5/afba619da1406881d3dfd6e5b11ca4c8+ponto+cruls+punta+arenas&hl=pt-PT&gl=pt&strip=1 [consultado em 15 de junho de 2012].
- NASA Earth Observatory, 2012a. *Antarctic Sea Ice Reaches New Maximum Extent* [em linha], 11 de outubro. Disponível em: <https://earthobservatory.nasa.gov/IOTD/view.php?id=79369> [consultado em 20 de dezembro de 2016].
- NASA Earth Observatory, 2012b. *Watching the Ozone Hole Before and After the Montreal Protocol* [em linha], 18 de setembro. Disponível em: <http://earthobservatory.nasa.gov/IOTD/view.php?id=79198> [consultado em 15 de outubro de 2015].

- NASA, 2016. *Antarctic ozone hole attains moderate size, consistent with scientific expectations* [em linha], 25 de outubro. Disponível em: <http://www.nasa.gov/feature/Goddard/2016/antarctic-ozone-hole-attains-moderate-size> [consultado em 2 de novembro de 2016].
- NASA, 2015. *NASA Study Shows Antarctica's Larsen B Ice Shelf Nearing Its Final Act* [em linha], 14 de maio. Disponível em: <http://www.nasa.gov/press-release/nasa-study-shows-antarctica-s-larsen-b-ice-shelf-nearing-its-final-act> [consultado em 23 de maio de 2015].
- NASA, s.d. Korolev and Freedom of Space: February 14, 1955 – October 4, 1957, *Monographs in Aerospace History* [em linha], 10. Disponível em: <http://history.nasa.gov/monograph10/korspace.html> [consultado em 23 de maio de 2015].
- National Geographic Portugal, 2012a. “O continente esquivo”, *A conquista do Pólo Sul. Um século de exploração na Antártida*. National Geographic Portugal Edição Especial, 134, pp. 28-39.
- National Geographic Portugal, 2012b. “Roald Amundsen. O protegido dos gelos”, *A conquista do Pólo Sul. Um século de exploração na Antártida*. National Geographic Portugal Edição Especial, 134, pp. 70-85.
- National Geographic Portugal, 2012c. “Robert Scott. Riscos e fatalidades”, *A conquista do Pólo Sul. Um século de exploração na Antártida*. National Geographic Portugal Edição Especial, 134, pp. 40-53.
- National Geographic Portugal, 2012d. “Um infinito deserto de gelo”, *A conquista do Pólo Sul. Um século de exploração na Antártida*. National Geographic Portugal Edição Especial 134, pp. 4-27.
- National Science Foundation, s.d. *About the National Science Foundation* [em linha]. Disponível em: <https://www.nsf.gov/about/> [consultado em 16 de agosto de 2016].
- National Security Agency, 1981. *Cryptolog*, janeiro-março. Maryland: Fort George G. Meade.
- National Security Agency, 1977. *Cryptolog*, abril. Maryland: Fort George G. Meade.
- NATO, 1949. *Tratado do Atlântico Norte* [em linha], 4 de abril. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt [consultado em 5 de dezembro de 2016].
- Neo Visão, 2013. *ZOPACAS – Amorim propõe ações para fortalecer cooperação em defesa* [em linha], 21 de janeiro. Disponível em: <http://neovisao.blogspot.pt/2013/01/zopacas-amorim-propoe-acoes-para.html> [consultado em 3 de maio de 2015].
- Nye Jr., J., 2002. *The Paradox of the American Power. Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Oliveira, L. K., 2009. *Segurança Energética no Atlântico Sul: Análise comparada dos conflitos e disputas em áreas petrolíferas da América do Sul e África*. Trabalho apresentado no 33.º Encontro Anual da ANPOCS, GT 03: América do Sul e Regionalismos Comparados [em linha], 26 a 30 de outubro. Caxambu: Minas Gerais. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer=a?v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbX0ZXh0b3NkZXBvbG10aWNhaW50ZXJlYXNpdjB25hbHxneDo3NGJhNDMzMTBIOGFLOWVm> [consultado em 20 de fevereiro de 2015].
- Organização das Nações Unidas, 2016. *Submissions, through the Secretary-General of the United Nations, to the Commission on the Limits of the Continental Shelf, pursuant to article 76, paragraph 8, of the United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982* [em linha], 28 de outubro. Disponível em: http://www.un.org/depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm [consultado em 30 de outubro de 2016].

- Organização das Nações Unidas, 1945. *Carta das Nações Unidas* [em linha], 26 de junho. São Francisco (EUA). Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm> [consultado em 15 de abril de 2014].
- Paredes, J. U., 2009. El Tratado del Antártico, posición de Chile como país puente. *UNISCI Discussion Papers* [em linha], n.º 21, outubro. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/UNIS/article/view/28377> [consultado em 20 de agosto de 2016].
- Parlamento Europeu, 2016. *Fichas Técnicas sobre a União Europeia: a Política Monetária Europeia* [em linha], setembro. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_4.1.3.html [consultado em 05 de dezembro de 2016].
- Pash, C., 2016. Antarctica's Casey station just received its first midwinter airdrop. *Business Insider Australia* [em linha], 7 de junho. Disponível em: <http://www.businessinsider.com.au/video-antarcticas-casey-station-just-received-its-first-midwinter-airdrop-2016-6> [consultado em 14 de junho de 2016].
- Penha, E. A., 2011. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador da Bahia: EDUFBA.
- Penha, E. A., 2009. Geografia Política e Geopolítica: os estudos e preposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Em *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Documentos para Disseminação, Memória Institucional*, 16, pp. 117-134. Rio de Janeiro: IBGE.
- Penha, E. A., s.d. *Os Sistemas de Segurança Regional no Atlântico Sul: da Guerra Fria ao período atual* [em linha]. Disponível em: <http://reservaer.com.br/estrategicos/sistemas-seg-regional.html> [consultado em 30 de setembro de 2016].
- Petrobrás, s.d. *Quem somos* [em linha]. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/> [consultado em 15 de fevereiro de 2015].
- Pigafetta, A., s.d. *Relazione del primo viaggio intorno al mondo. Notizie del Mondo nuovo con le figure dei paesi scoperti* [em linha], Paris. Disponível em: http://www.intratext.com/ixt/ITA1688/_INDEX.HTM [consultado em 20 de maio de 2012].
- Pinochet de La Barra, O., 1955. *La Antártida Chilena*. Santiago do Chile: Editorial Andrés Bello.
- Pinto, E.M., 2010. *Argentina reativa projeto de submarino nuclear de ataque* [em linha], 4 de junho. Disponível em: <https://pbrasil.wordpress.com/2010/06/04/argentina-tambem-desenvolvera-submarino-nuclear-de-ataque/> [consultado em 23 de março de 2017].
- Pittock, A. B., 2009. *Climate Change: The Science, Impacts and Solutions*. Austrália: CSIRO.
- Poder Aéreo, 2012. *Avião da FAB vai resgatar militares e pesquisadores de estação da Antártida* [em linha], 25 de fevereiro. Disponível em: <http://www.aereo.jor.br/2012/02/25/aviao-da-fab-vai-resgatar-militares-e-pesquisadores-de-estacao-da-antartida/> [consultado em 20 de fevereiro de 2015].
- Poder Naval, 2018. *IBSAMAR VI começa em Simons Town, na África do Sul* [em linha]. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2018/10/03/ibsamar-vi-comeca-em-simons-town-africa-do-sul/> [consultado em 11 de setembro de 2019].
- Por Conocer, 2016. *Chile se promociona en China* [em linha], 16 de outubro. Disponível em: <http://www.porconocer.com/chile/chile-se-promociona-en-china.html> [consultado em 17 de outubro de 2016].
- Portal Polar Português, 2012. *Jovem investigador Alexandre Trindade nomeado para presidente do PYRN nos próximos 2 anos* [em linha], 2 de julho. Disponível em: <http://www.portalpolar.pt/notiacute>

- cias/jovem-investigador-alexandre-trindade-nomeado-para-presidente-do-pyrn-nos-prximos-2-anos [consultado em 15 de novembro de 2015].
- Portal Polar Português, s.d. *Apresentação* [em linha]. Disponível em: <http://www.portalpolar.pt/apresentaccedilatildeo.html> [consultado em 20 de março de 2011].
- Prensa Antártica, 2015. *Habitantes de bases antárticas en Isla Rey Jorge se suman a actividades del Mes del Mar* [em linha], 10 de maio. Disponível em: <https://prensaantartica.wordpress.com/2015/05/10/habitantes-de-bases-antarticas-en-isla-rey-jorge-se-suman-a-actividades-del-mes-del-mar/> [consultado em 10 de maio de 2015].
- Presidência da República Federativa do Brasil, 2008. *Decreto N.º 6703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm [consultado em 20 de janeiro de 2016].
- Presidência da República Federativa do Brasil, 1987. *Decreto N.º 94.401, de 3 de junho de 1987. Aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos*. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1987/dec_94401_1987_politicanacionalparaassuntosantarticos.pdf [consultado em 20 de janeiro de 2016].
- Presidente da República da Argentina, 1990. *Decreto N.º 2316/90. Política Nacional Antártica Argentina*. Disponível em: http://www.dna.gob.ar/userfiles/11_decreto2316_90.pdf [consultado em 20 de janeiro de 2016].
- Presidente da República Portuguesa, 1997. Ratifica a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, assinada por Portugal na mesma data, e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da Convenção, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 28 de Julho de 1994 e assinado por Portugal em 29 de Julho de 1994, Decreto do Presidente da República n.º 67-A/97 de 4 de setembro de 1997, *Diário da República*, I Série, N.º 238, de 14 de outubro. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/152860> [consultado em 12 de agosto de 2016].
- Programa Polar Português, 2012. Projeto COOPANTAR, *Blog de notícias* [em linha], janeiro. Disponível em: <http://www.propolar.org/notiacutecias-1ordf-campanha/category/projecto%20coopantar> [consultado em 20 de dezembro de 2016].
- Programa Polar Português, s.d.a. *Campanhas de investigação* [em linha]. Disponível em: <http://www.propolar.org/campanhas.html> [consultado em 12 de dezembro de 2016].
- Programa Polar Português, s.d.b. *PROPOLAR 2017-2017: Projetos* [em linha]. Disponível em: <http://www.propolar.org/propolar-2016-17.html> [consultado em 26 de dezembro de 2016].
- Programa Polar Português, s.d.c. *Apoios para mobilidade de jovens investigadores polares* [em linha]. Disponível em: <http://www.propolar.org/apoio-a-jovens-investigadores.html> [consultado em 12 de dezembro de 2016].
- Programa Polar Português, s.d.d. *A campanha antártica 2011-2012: projetos* [em linha]. Disponível em: <http://www.propolar.org/propolar-2011-12.html> [consultado em 11 de novembro de 2015].
- Quark Expeditions, s.d. *Robert Headland – Historian* [em linha]. Disponível em: <http://www.quarkexpeditions.com/en/why-quark/our-people/expedition-team/robert-headland> [consultado em 09 de dezembro de 2016].

- Rebouças, F., 2009. Dom Pedro II. Em *História Brasileira – Biografias* [em linha]. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/biografias/dom-pedro-ii/> [consultado em 20 de maio de 2012].
- Reino Unido e Irlanda do Norte, 2009. *Submission to the Commission on the Limits of the Continental Shelf pursuant to Article 76, paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea 1982, in respect of the Falkland Islands and the South Georgia and the South Sandwich Islands. Part 1: Executive Summary* [em linha]. Disponível em: http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/gbr45_09/gbr2009fgs_executive%20summary.pdf [consultado em 20 de fevereiro de 2015].
- República do Congo, 2005. *Lei n.º 10-2005 de 30 agosto de 2005. Autoriza a ratificação do Tratado que cria a Comissão do Golfo da Guiné.*
- Rider, D., 2015. Africa's maritime security wish list. *Maritime Security Review* [em linha], 11 de fevereiro. Disponível em: <http://www.marsecreview.com/2015/02/africas-maritime-security-wish-list/> [consultado em 12 de fevereiro de 2015].
- Riffenburgh, B., ed., 2007. *Encyclopedia of the Antarctic*, I, A-K Index. Nova Iorque: Routledge.
- Rivera, R. C., 1977. Perspectivas de desarrollo de recursos de hidrocarburos en la Antártica. Em Vicuña, F. O. e Araya, A. S., eds., *Desarrollo de la Antártica*. Instituto de Estudios Internacionales de la Universidade de Chile, Santiago de Chile: Editorial Universitária, pp. 267-274.
- Rocha, F., 1989. Um ideário político para o Atlântico Sul. *A Defesa Nacional*, 741, janeiro/fevereiro, pp. 124-136. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.
- Rolim, K., 2015. *Trampolim para o Espaço: Meio Século de Contribuições da Barreira do Inferno para o Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro*. Rio Grande do Norte: Editora Simplíssimo.
- Royal Air Force, s.d. *Falklands. British Forces South Atlantic Islands* [em linha]. Disponível em: <https://www.raf.mod.uk/currentoperations/opsfalklands.cfm> [consultado em 07 de julho de 2017].
- Santos, M., 2009. Delgado de Carvalho: um gentleman cartesiano. Em *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Documentos para Disseminação, Memória Institucional*, 16, pp.11-14. Rio de Janeiro: IBGE.
- Schellmann, K. e Kozel, S., 2005. A conquista da Antártida: signos e representações. *Revista Discente Expressões Geográficas*, 1, junho, pp. 15-26. Disponível em: <http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed01/artigo01.pdf> [consultado em 20 de dezembro de 2011].
- Scientific Committee on Antarctic Research, s.d. *About SCAR* [em linha]. Disponível em: <http://www.scar.org/about-us> [consultado em 19 de agosto de 2016].
- Scott Polar Research Institute, s.d. *Peter David Clarkson, MBE, BSc, PhD, FGS* [em linha]. Disponível em: <http://www.spri.cam.ac.uk/people/clarkson/#biography> [consultado em 9 de dezembro de 2016].
- Scott, R. F., 1968. *The diaries of Captain Robert Scott. Sledging diaries: November 1911 – March 1912*, VI, Cambridge: University Microfilms.
- Scully, T., 2011. The Development of the Antarctic Treaty System. Em Berkman, P. A. et al., *Science Diplomacy: Antarctica, Science, and the Governance of International Spaces*. Washington: Smithsonian Institution Scholarly Press, pp. 29-38.
- Sea Around Us Project, s.d. *Publications* [em linha]. Disponível em: <http://www.seaaroundus.org/articles/> [consultado em 13 de maio de 2016].

- Seal Conservation Society, s.d. *Antarctic Fur Seal (Arctocephalus gazella)* [em linha]. Disponível em: <http://www.pinnipeds.org/seal-information/species-information-pages/sea-lions-and-fur-seals/antarctic-fur-seal> [consultado em 15 de novembro de 2016].
- Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, s.d. *PROANTAR* [em linha]. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/secirm/> [consultado em 05 de agosto de 2016].
- Secretariat of the Antarctic Treaty, 2016. *Advanced Reports – List of Parties* [em linha], dezembro. Disponível em: http://www.ats.aq/devas/info_reports.aspx?lang=e&rt=pty [consultado em 9 de dezembro de 2016].
- Secretariat of the Antarctic Treaty, s.d. *Meetings* [em linha]. Disponível em: http://www.ats.aq/index_e.htm [consultado em 16 de agosto de 2016].
- Silva, A., 2014. O Atlântico Sul na perspectiva da Segurança e da Defesa. Em Nasser, R. M. e Moraes, R. F., org., *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul* [em linha]. Brasília: IPEA, pp. 199-213. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf [consultado em 20 de dezembro de 2016].
- Slezak, M., 2016. World's largest marine park created in Ross Sea in Antarctica in landmark deal. *The Guardian* [em linha], 28 de outubro. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/oct/28/worlds-largest-marine-park-created-in-ross-sea-in-antarctica-in-landmark-deal> [consultado em 28 de outubro de 2016].
- South China Morning Post, 2016. *Surge in Chinese tourists rise in Antarctica visitors* [em linha], 26 de abril. Disponível em: <http://www.scmp.com/lifestyle/travel-leisure/article/1938594/surge-chinese-tourists-drives-rise-antarctica-visitors> [consultado em 27 de abril de 2016].
- Sputnik Brasil, 2016. *Navio chinês leva equipamento para a nova base brasileira na Antártida* [em linha], 25 de novembro. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/brasil/201611256954760-polo-pesquisa-cientifica-cooperacao-laboratorios-reservas/> [consultado em 2 de dezembro de 2016].
- Spykman, N. J., 2008. *America's Strategy in World Politics. The United States and the Balance of Power*. Nova Jérсия: Transaction Publishers.
- Stokke, O. S. e Vidas, D., 1996. *Governing the Antarctic. The effectiveness and legitimacy of the Antarctic Treaty System*. Reino Unido: Cambridge University Press.
- Szklarz, E., 2013. Argentina conclui campanha na Antártida de 2012-13. *Diálogo, Revista Militar Digital* [em linha], 18 de março. Disponível em: http://dialogo-americas.com/pt/articles/rmisa/features/regional_news/2013/03/18/argentina-antarctic [consultado em 15 de setembro de 2014].
- Teixeira, S., 2015. Antártida: reserva de ciência e de paz. Entrevista a José Xavier. *Notícias Magazine* [em linha], 11 de fevereiro. Disponível em: <http://www.noticiasmagazine.pt/2015/antartida-reserva-de-ciencia-e-de-paz/?print=1> [consultado em 12 de fevereiro de 2015].
- The Clinic, 2013. *La historia de las bases chilenas en la Antártica: de la soberanía a la investigación polar* [em linha], 12 de março. Disponível em: <http://www.theclinic.cl/2013/03/12/la-historia-de-las-bases-chilenas-en-la-antarctica-de-la-soberania-a-la-investigacion-polar/> [consultado em 2 de fevereiro de 2015].
- The Economist, 2012. *Opposing Worlds. A climate of nationalist agitation* [em linha], 10 de maio. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21550000> [consultado em 19 de agosto de 2016].

- The White House, 2012. *Norm Augustine to Lead Review of Antarctic Science* [em linha], 12 de julho. Disponível em: https://www.usap.gov/News/documents/augustine_usap_release%207-12-11.pdf [consultado em 2 de março de 2015].
- Thorndike, J. R., 1942. Geopolitics: The lurid career of a Scientific System which a Briton invented, the Germans used and Americans need to study. *Life*, pp. 106-115.
- Tinker-Muse Foundation, s.d. *The Tinker-Muse Prize* [em linha]. Disponível em: <http://www.museprize.org/> [consultado em 20 de março de 2015].
- Tourism Review, 2016. *Argentina to offer Antarctic tourism experience* [em linha], 1 de agosto. Disponível em: <http://www.tourism-review.com/antarctic-tourism-flights-to-launch-in-2018-news5086> [consultado em 26 de agosto de 2016].
- Touret, P., 2014. Les produits raffinés, trafic maritime mondial en croissance. *Note de Synthèse* [em linha], 162, fevereiro. Nantes: Institut Supérieur d'Économie Maritime. Disponível em: <http://www.isemar.fr/wp-content/uploads/2016/11/note-de-synthese-isemar-162.pdf> [consultado em 23 de fevereiro de 2015].
- Tribunal Internacional de Justiça, s.d. *Cases* [em linha]. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/homepage/index.php?lang=en> [consultado em 12 de dezembro de 2014].
- Triggs, G., 2011. The Antarctic Treaty System: A Model of Legal Creativity and Cooperation. Berkman, P. A., et al., *Science Diplomacy: Antarctica, Science, and the Governance of International Spaces*. Washington: Smithsonian Institution Scholarly Press, pp. 39-49.
- Triggs, G., et al., 1987. *The Antarctic Treaty Regime. Law, Environment and Resources*. Cambridge University Press.
- UKAHT, s.d.a. *Our mission* [em linha]. Disponível em: <http://www.ukaht.org/about-us/our-mission/> [consultado em 18 de agosto de 2016].
- UKAHT, s.d.b. *Conservation* [em linha]. Disponível em: <http://www.ukaht.org/discover/conservation/> [consultado em 18 de agosto de 2016].
- United Kingdom Ministry of Defence, 2014. *Global Strategic Trends – Out to 2045*, 5.ª edição, Reino Unido.
- United Nations Information Center, 2013. *ICJ Hears Case of Whaling in Antarctic: Australia vs. Japan* [em linha], 27 de junho. Disponível em: <http://un.org.au/2013/06/27/icj-hears-case-of-whaling-in-antarctic-australia-vs-japan/> [consultado em 12 de dezembro de 2014].
- United States Antarctic Program, 2016. *The McMurdo Station Webcams* [em linha]. Disponível em: <https://www.usap.gov/videoclipsandmaps/mcmwebcam.cfm> [consultado em 15 de dezembro de 2016].
- United States Antarctic Program, 2014. *Participant Guide 2014-2016 Edition* [em linha]. Virginia, National Science Foundation. Disponível em: http://www.usap.gov/USAPgov/travelAndDeployment/documents/ParticipantGuide_2014-16.pdf [consultado em 20 de outubro de 2016].
- United States Antarctic Program, s.d. *What is the USAP?* [em linha]. Disponível em: <http://www.usap.gov/usapgov/aboutTheUSAP/index.cfm?m=1> [consultado em 20 de março de 2015].
- United States Antarctic Program External Panel, 1997. *The United States in Antarctica* [em linha]. Washington: National Science Foundation. Disponível em: <http://www.nsf.gov/pubs/1997/antpanel/front.htm> [consultado em 15 de dezembro de 2016].

- United States Department of State, 1955. Office of the Historian. Report by the Technological Capabilities Panel of the Science Advisory Committee. *Foreign Relations of the United States, 1955-1957, National Security Policy* [em linha], XIX, 14 de fevereiro. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1955-57v19/d9> [consultado em 20 de março de 2015].
- United States Department of State, s.d. *Antarctic* [em linha]. Disponível em: <http://www.state.gov/e/oes/ocns/opa/c6528.htm> [consultado em 20 de março de 2015].
- United States Energy Information Administration, 2014. *World Transit Chokepoints* [em linha], 10 de novembro. Disponível em: https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/special_topics/World_Oil_Transit_Chokepoints/wotc.pdf [consultado em 15 de março de 2015].
- United States Energy Information Administration, 2000. Antarctica: Fact Sheet. *Country Analysis Brief* [em linha]. Disponível em: <http://www.eia.doe.gov/cabs/antarctica.html> [consultado em 23 de outubro de 2016].
- Universidad de la República Uruguay, 2012. Operación Antarkos XXVIII llevó científicos a la Antártida. *Universidad de la República Uruguay* [em linha], 16 de janeiro. Disponível em: <http://www.universidad.edu.uy/prensa/renderItem/itemId/29651> [consultado em 11 de agosto de 2016].
- Vidigal, C. E., 2014. As Malvinas e o petróleo: perspectivas. *Boletim Meridiano* 47 [em linha], 15(143), maio-junho, pp. 19-27. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/10612/8076> [consultado em 20 de fevereiro de 2016].
- Vieira, F. B., 2006a. O Tratado da Antártica: Perspectivas Territorialista e Internacionalista. *Cadernos Prolam/USP* [em linha], Ano 5, 2, pp. 49-82. Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_2_2.pdf [consultado em 20 de dezembro de 2011].
- Vieira, F. B., 2006b. *Reivindicações territoriais da Argentina e do Chile sobre a Antártica. Texto-base para o seminário apresentado em 07.11.06 no Núcleo de Estudos de Política Internacional (Nespi)* [em linha]. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/reivindicacoes.pdf> [consultado em 20 de dezembro de 2011].
- Vieira, G., Xavier, J. e Neves, M., 2005. I *Workshop* Portugal e a Antártida e a preparação das atividades portuguesas no âmbito do Ano Polar Internacional 2007-08. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 40(80), pp. 105-111, agosto. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Vigni, P. 2000. The Interaction between the Antarctic Treaty System and the Other Relevant Conventions Applicable to the Antarctic Area. A Practical Approach *versus* Theoretical Doctrines. *Max Planck Yearbook of United Nations Law* [em linha], 4, pp. 481-542. Haia: Kluwer Law International. Disponível em: http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb_vigni_4.pdf [consultado em 15 de março de 2014].
- Walker, L., 2012a. Evolución del Sistema del Tratado Antártico: Desde su génesis geoestratégica a sus preocupaciones ambientalistas”, *Revista de Derecho* [em linha], (8), pp. 131-151. Santiago do Chile: Universidad San Sebastián. Disponível em: http://www.academia.edu/3052849/Evoluci%C3%B3n_del_Sistema_del_Tratado_Ant%C3%A1rtico_Desde_su_g%C3%A9nesis_geoestrat%C3%A9gica_a_sus_preocupaciones_ambientalistas_Antarctic_Treaty_

System_s_Evolution_From_its_geostrategic_origin_to_its_environmental_concerns_ [consultado em 15 de março de 2014].

- Walker, L., 2012b. La Defensa Nacional y su aporte a la Política Antártica de Chile. *Escenarios Actuales* [em linha], Ano 17, (3), pp. 29-40. Santiago do Chile: Centro de Estudios e Investigaciones Militares. Disponível em: http://www.academia.edu/5726845/La_Defensa_Nacional_y_su_aporte_a_la_pol%C3%ADtica_ant%C3%A1rtica_de_Chile [consultado em 15 de março de 2014].
- Walton, D. e Clarkson, P. D., 2011. *Science in the Snow. Fifty years of international collaboration through the Scientific Committee on Antarctic Research*. Cambridge: SCAR.
- West, P., s.d. NSF Station 1975. *National Science Foundation* [em linha]. Disponível em: https://www.nsf.gov/news/special_reports/livingsouthpole/1975.jsp [consultado em 23 de maio de 2015].
- Wilson, R., 1964. National interests and claims in the Antarctic. *Arctic* [em linha], 17. Disponível em: <http://pubs.aina.ucalgary.ca/arctic/Arctic17-1-15.pdf> [consultado em 20 de dezembro de 2011].
- Wintour, P., 2016. Argentina and UK agree to «remove obstacles» to Falklands development, *The Guardian* [em linha], 14 de setembro. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/sep/14/argentina-and-uk-agree-to-remove-obstacles-to-falklands-development> [consultado em 31 de dezembro de 2016].
- Wolf, N. e Walker, P., 2016. Plane completes risky journey back from South Pole to rescue sick workers. *The Guardian* [em linha], 23 de junho. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/jun/21/antarctica-polar-rescue-planes-medical-emergency> [consultado em 24 de junho de 2016].
- World Meteorological Organization (WMO), 2014. *Assessment for Decision-Makers. Scientific Assessment of Ozone Depletion: 2014*. WMO Global Ozone Research and Monitoring Project Report [em linha], Report no. 56, setembro, Genebra. Disponível em: https://www.esrl.noaa.gov/csd/assessments/ozone/2014/assessment_for_decision-makers.pdf [consultado em 20 de agosto de 2016].
- Xavier, J. C., Vieira, G. T. e Canário, A., s.d. *Estratégia Científica Portuguesa para o Ano Polar Internacional 2007-08*. Lisboa: Comité Português para o Ano Polar Internacional 2007-08.
- Zarankin, A. e Senatore, M. X., 2005. Archeology in Antarctica: Nineteenth-Century Capitalism Expansion Strategies, *International Journal of Historical Archaeology* [em linha], 9(1), março, pp. 43-56. Disponível em: https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Zarankin_texto.pdf [consultado em 20 de dezembro de 2011].

Índice de IDN Cadernos Publicados

III SÉRIE	
2019	34 Despojos de Guerra: As Consequências e Sequelas da Primeira Guerra Mundial
	33 IV Seminário IDN Jovem
	32 Seminário de Defesa Nacional
2018	31 A Democracia na Europa: Alemanha, França, Reino Unido e Espanha Face às Crises Contemporâneas
	30 III Seminário IDN Jovem
	29 Cibersegurança e Políticas Públicas: Análise Comparada dos Casos Chileno e Português
	28 Contributos para uma Estratégia Nacional de Ciberdefesa
2017	27 Economia da Defesa Nacional
	26 Novo Século, Novas Guerras Assimétricas? Origem, Dinâmica e Resposta a Conflitos não-Convencionais
	25 II Seminário IDN Jovem
	24 Geopolitics of Energy and Energy Security
	23 I Seminário IDN Jovem
22 Entering the First World War	
2016	21 Os Parlamentos Nacionais como Atores Dessecuritizadores do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da União Europeia: O Caso da Proteção de Dados
	20 América do Sul: uma Visão Geopolítica
2015	19 A Centralidade do Atlântico: Portugal e o Futuro da Ordem Internacional
	18 Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918
	17 As Ásias, a Europa e os Atlânticos sob o Signo da Energia: Horizonte 2030
	16 O Referencial Energético de Gás Natural Euro-Russo e a Anunciada Revolução do <i>Shale Gas</i>
2014	15 A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objetivos e Desafios
	14 Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa: a Força da Vontade, a Arte do Possível
	13 Memória do IDN
2013	12 Estratégia da Informação e Segurança no Ciberespaço
	11 Gender Violence in Armed Conflicts
	10 As Revoltas Árabes e a Democracia no Mundo
	9 Uma Estratégia Global para Portugal numa Europa em Crise

2012	8	Contributo para uma "Estratégia Abrangente" de Gestão de Crises
	7	Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China, 1998-2010: Uma desconstrução do Discurso e das Perceções de (in)Segurança
2011	6	A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
	5	O Futuro da Comunidade de Segurança Transatlântica
	4	Segurança Nacional e Estratégias Energéticas de Portugal e de Espanha
2010	3	As Relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades
	2	Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal
	1	Acerca de "Terrorismo" e de "Terrorismos"

II SÉRIE

2009	4	O Poder Aéreo na Transformação da Defesa O Programa de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos Autónomos Não-Tripulados da Academia da Força Aérea
	3	Conhecer o Islão
2008	2	Cibersegurança Segurança e Insegurança das Infra-Estruturas de Informação e Comunicação Organizacionais
	1	Conflito e Transformação da Defesa A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-subversão O Conflito na Geórgia

I SÉRIE

2007	5	Conselho de Segurança das Nações Unidas Modelos de Reforma Institucional
	4	A Estratégia face aos Estudos para a Paz e aos Estudos de Segurança. Um Ensaio desde a Escola Estratégica Portuguesa
2006	3	Fronteiras Prescritivas da Aliança Atlântica Entre o Normativo e o Funcional
	2	Os Casos do Kosovo e do Iraque na Política Externa de Tony Blair
	1	O Crime Organizado Transnacional na Europa: Origens, Práticas e Consequências

A ANTÁRTIDA NO ESPAÇO GEOPOLÍTICO DO ATLÂNTICO SUL

Imaginemos um território maioritariamente gelado com uma área de 14 milhões de km², 70% da água doce do planeta e uma fauna riquíssima, mas simultaneamente detentor de importantes recursos minerais, hidrocarbonetos e com uma localização estratégica entre três continentes e três oceanos. Assim é a Antártida, um laboratório privilegiado ao ar livre utilizado por muitos investigadores, nomeadamente portugueses, para o estudo de fenómenos como as alterações climáticas ou o efeito de estufa. No entanto, é igualmente um território geopoliticamente importante no Atlântico Sul e muito apetecível para vários países, pela sua localização, características físicas e pelos seus recursos naturais. Este número do IDN Cadernos procura despertar a curiosidade do leitor para a análise das questões antárticas na perspetiva das ciências sociais, temática ainda pouco explorada em Portugal.

